**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Participação da sociedade civil e da administração pública
no processo de Avaliação de Impacto Ambiental no
Município de São Paulo - Brasil**

Mary Dias Lobas de Castro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em
Ciências

Linha de Pesquisa: Saúde Ambiental, Modos de Vida
e Sustentabilidade

Orientador: Prof. Dr. Arlindo Philippi Junior

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Cecilia Focesi
Pelliccioni

**São Paulo
2018**

Participação da sociedade civil e da administração pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental no Município de São Paulo - Brasil

Mary Dias Lobas de Castro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em
Ciências

Linha de Pesquisa: Saúde Ambiental, Modos de Vida
e Sustentabilidade

Orientador: Prof. Dr. Arlindo Philippi Junior

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Cecilia Focesi
Pelliccioni

**Versão Corrigida
São Paulo
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Dias Lobas de Castro, Mary Participação da sociedade civil e da administração pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental no Município de São Paulo - Brasil / Mary Dias Lobas de Castro; orientador Arlindo Philippi Jr; coorientador Maria Cecília Focesi Pelliccioni. -- São Paulo, 2018. 251 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2018.

1. Avaliação de Impacto Ambiental. 2. Estudo de Impacto Ambiental. 3. Licenciamento Ambiental. 4. Participação Social. 5. Audiência Pública. I. Philippi Jr, Arlindo, orient. II. Focesi Pelliccioni, Maria Cecília, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Arlindo Philippi Jr e Maria Cecília Focesi Pelicioni, meus mestres, pelos ensinamentos transmitidos, pelo incentivo e pela oportunidade de poder compartilhar momentos que muito enriqueceram minha jornada acadêmica, profissional e pessoal.

Aos Professores, Ivan Carlos Maglio, Leandro Luiz Giatti e Maria do Carmo Martins Sobral, pelas valiosas contribuições que aprimoraram esta pesquisa.

Aos técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, que me instruíram no acesso aos documentos analisados e permitiram o levantamento de importantes dados da pesquisa, Nadia Scheffer, Elizabeth Wellausen e Maria Raquel Pacheco.

Aos amigos de que estão há muito comigo nesta caminhada de construção da melhoria da qualidade socioambiental: Rubens Borges, Clotilde Santos, Renata Ferraz de Toledo, Amanda Carbone, Sonia Maria Coutinho, Michelle Ramos, Debora Sotto, Denis Amorim, Eduardo Neder, Cintia Salles, Claudio Nascimento, Rita de Cássia Marques de Castro e Maycon Palma.

Helena Magozo, Regina Barros, Rita de Cássia Ogera e Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, os quais, em todos os momentos necessários, fizeram importantes aportes de conhecimento técnico e prático nesta pesquisa, tal como também fizeram para a Cidade de São Paulo.

Patricia Paz, amiga de todos os momentos e Juliana Cezare, que me acompanhou até o último instante desta pesquisa.

Aos meus familiares, que muito me incentivaram nesta jornada, Sonia Philippi, Tatiana Cortese, aos meus irmãos, Marisa, Mirian, Paulo e Francisco Carlos, minhas queridas Ana Carolina, Natalia, Isadora e Bianca.

Aos Conselheiros, que destinam parte significativa do seu tempo e capacidade de trabalho à melhoria de nossa Cidade.

Ao Alexandre, Junior, André, Maria Fernanda e Renata pelo apoio incondicional, incentivo e carinho. Sem vocês nada disto seria possível.

Obrigada por vocês fazerem parte da minha vida...

“A Educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A Educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas, saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais.

A educação e a formação se fundem aí.”

Paulo Freire 2000

RESUMO

CASTRO, M.D.L. **Participação da sociedade civil e da administração pública no processo de licenciamento ambiental no Município de São Paulo – Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

As metrópoles superam diariamente grandes desafios e para seu enfrentamento é preciso utilizar estratégias políticas, econômicas, socioambientais e estruturais, bem como contar com instrumentos de participação da sociedade civil e o consequente exercício do controle social sobre as políticas públicas e de governo. Com o agravamento de práticas ambientais predatórias as cidades têm tido suas condições ambientais alteradas por ações ou atividades antrópicas e, também determinadas por comportamentos inadequados por parte de seus governantes e habitantes. A Avaliação de Impacto Ambiental, instrumento de gestão ambiental, de planejamento e uso do solo, contribui como instrumento participativo para a organização do espaço urbano. Essa avaliação se dá por meio de etapas que compõe o procedimento administrativo e culmina com a concessão de licenças ambientais a fim de controlar atividades que utilizem recursos naturais ou que possam causar degradação. Uma de suas mais expressivas características é a participação social na tomada de decisões que se dá por meio de audiências públicas. Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar como se deu a participação da sociedade civil e da administração pública no processo de avaliação de impacto ambiental no Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Município de São Paulo, no período de 2010 a 2016. Para atingir os objetivos propostos neste estudo, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa. Devido às diferentes abordagens metodológicas utilizadas optou-se pela triangulação dos dados que foram obtidos por meio de entrevistas com os Conselheiros e Gestores, análise documental e observação participante. Como resultado, verificou-se que se os instrumentos legais de participação da sociedade civil no processo de Avaliação de Impacto Ambiental fossem utilizados, conjugando os objetivos da administração pública e as necessidades da população em todas as fases, haveria uma atuação mais efetiva e motivada da população, exigindo empreendimentos com menor impacto socioambiental e instrumentos mais inclusivos de consulta a população afetada pelos empreendimentos em análise no órgão ambiental.

Palavras-Chave: Avaliação de Impacto Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental, Licenciamento Ambiental, Participação Social, Participação da Sociedade Civil na Administração Pública, Audiência Pública.

ABSTRACT

CASTRO, M.D.L. Civil Society Participation and public administration in the process of Environmental Impact Assessment of the Municipality of São Paulo - Brazil. Thesis (Phd in Science) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The metropolises face big challenges on daily basis and their confrontation requires the use of political, economic, socio-environmental and structural strategies, as well as instruments of civil society participation and the consequent exercise of social control over public and government policies. With the worsening of predatory environmental practices, the cities have had their environmental conditions altered by anthropic actions or activities and also determined by inappropriate behaviour from their rulers and inhabitants. The Environmental Impact Assessment, an instrument of environmental management and planning and land use, contributes as a participatory instrument for the organization of urban space. This evaluation is done through steps that compose the administrative procedure and culminates with the granting of environmental licenses in order to control activities that use natural resources or that may cause degradation. One of its most expressive characteristics is the social participation in the decision-making process that takes place through public hearings.

This research had as general objective to investigate how the civil society and the public administration participated in the environmental impact assessment process in the Municipal Council of Environment and Sustainable Development - CADES of the Secretariat of Green and Environment, Municipality of São Paulo, in the period from 2010 to 2016. To achieve the objectives proposed in this study, it was decided to carry out a qualitative research. Due to the different methodological approaches used, we opted for the triangulation of the data that were obtained through interviews with the Advisors and Public Administrators, documentary analysis and participant observation. As a result, it was verified that if the legal instruments of civil society participation in the process of Environmental Impact Assessment were used, combining the objectives of the public administration and the needs of the population in all phases, there would be a more effective and motivated action of the population requiring ventures with less socio-environmental impact and more inclusive instruments of consultation to the population affected by the projects under analysis in the environmental agency.

Key words: Environmental Impact Assessment, Environmental Impact Evaluation, Environmental Licensing, Civil Society Participation, Public Administration Participation, Public Hearing.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	15
2. INTRODUÇÃO	18
2.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	19
2.2. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	27
3. OBJETIVOS	33
3.1. OBJETIVO GERAL	34
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	34
4. REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO DO TEMA.....	35
4.1. O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – SISNAMA: HISTÓRICO E MEMÓRIAS	36
4.1.1. Subsistemas e Competências dos Conselhos de Meio Ambiente.....	42
4.1.2. Sistema Municipal do Meio Ambiente no Município de São Paulo - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA.....	45
4.1.3. O Papel do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES na formulação de políticas públicas	48
4.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	54
4.2.1. Licenciamento Ambiental.....	61
4.3. AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	66
4.3.1. Audiência Pública como Canal de Diálogo entre Governo e Sociedade Civil	66
4.3.2. Audiência Pública no Município de São Paulo: histórico e legislações.....	70
4.4. MECANISMOS LEGAIS DE REPRESENTAÇÃO.....	77
4.4.1 Participação da Sociedade Civil.....	77
4.4.2. Educação Ambiental para uma Participação Efetiva nos Processos Decisórios	87
5. CENÁRIO DE ESTUDO	90
6. ABORDAGEM METODOLÓGICA	93
6.1. QUESTÃO DE FUNDO	94
6.2. NATUREZA DA PESQUISA.....	94
6.3. POPULAÇÃO DE ESTUDO	95
6.4. INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	97
7. RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL	103

7.1. EMPREENDIMENTO 1: READEQUAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CORREGO ZAVUVUS	104
7.2. EMPREENDIMENTO 2: OBRAS DE READEQUAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES DA BACIA DO ALTO ARICANDUVA	109
7.3. EMPREENDIMENTO 3: PROLONGAMENTO E REURBANIZAÇÃO DA AVENIDA JORNALISTA ROBERTO MARINHO.....	115
7.4. EMPREENDIMENTO 4: PROLONGAMENTO DA AV. CHUCRI ZAIDAN ATÉ A AV. JOÃO DIAS, PONTE BURLE MARX E COMPLEMENTOS VIÁRIOS NECESSÁRIOS	123
7.5. EMPREENDIMENTO 5: LIGAÇÃO POR SISTEMA DE MONOTRILHO – LIGAÇÃO DA LINHA 2 VERDE – TRECHO ORATÓRIO – CIDADE TIRADENTES	130
7.6. EMPREENDIMENTO 6: LIGAÇÃO DO AEROPORTO DE CONGONHAS A REDE METROFERROVIÁRIA – LINHA 17 OURO.....	141
7.7. EMPREENDIMENTO 7: TERMINAIS E SISTEMAS VIÁRIOS: CORREDOR CAPÃO REDONDO/ CAPO LIMPO / VILA SÔNIA	155
7.8. EMPREENDIMENTO 8: CORREDOR DE ÔNIBUS CAPÃO REDONDO/ CAPO LIMPO / VILA SÔNIA	162
7.9. EMPREENDIMENTO 9: OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA BRANCA.....	168
7.10. ASPECTOS QUANTITATIVOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	179
8. RESULTADOS DA PESQUISA	180
9. CONCLUSÕES	212
10. RECOMENDAÇÕES.....	219
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223
ANEXOS	238
ANexo 1 – CARTA DA SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	239
APÊNDICES.....	242
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CADES.....	243
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS GESTORES DA SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO - SVMA.....	244
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	245
CURRÍCULOS LATTES	248

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS.	20
FIGURA 2: AGLOMERAÇÕES URBANAS NO MUNDO E PROJEÇÕES FUTURAS	22
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	29
FIGURA 4: POPULAÇÃO DE ESTUDO	96
FIGURA 5: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA POR TRIANGULAÇÃO	99
FIGURA 6: ASPECTOS INVESTIGADOS NOS DOCUMENTOS	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TEMPO DE ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS ENTREVISTADOS.....	185
GRÁFICO 2: HORAS TRABALHADAS COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS DA CIDADE NO CADES.	187
GRÁFICO 3: NECESSIDADES TRAZIDAS PELA POPULAÇÃO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ATENDIDAS PELO ÓRGÃO LICENCIADOR.	198

LISTA DE GRÁFICOS

QUADRO 1: EMPREENDIMENTOS ANALISADOS	102
QUADRO 2: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 1	104
QUADRO 2 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 1	105
QUADRO 3: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 2	109
QUADRO 3 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 2	110
QUADRO 4: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 3	116
QUADRO 4 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 3	117
QUADRO 5: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 4	123
QUADRO 5 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 4	124
QUADRO 6: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 5	130
QUADRO 6 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 5	131
QUADRO 7: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 6	142
QUADRO 7 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 6	143
QUADRO 8: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 7	156
QUADRO 8 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 7	157
QUADRO 9: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 8	163
QUADRO 9 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 8	164
QUADRO 10: RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 9	169
QUADRO 10 (CONT.): RESUMO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO 9	170
QUADRO 11: ASPECTOS QUANTITATIVOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	179

LISTA DE SIGLAS

ABES	▪	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ADA	▪	Área Diretamente Afetada
AIA	▪	Avaliação de Impacto Ambiental
AID	▪	Área de Influência Direta
AII	▪	Área de Influência Indireta
BID	▪	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADES	▪	Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CDHU	▪	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEPAC	▪	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CEPAL	▪	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CET	▪	Companhia de Engenharia de Tráfego
CETESB	▪	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CNUMAD	▪	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COHAB	▪	Companhia Metropolitana de Habitação
CONAMA	▪	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONFEMA	▪	Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CONSEG	▪	Conselhos Estaduais de Segurança
CONSEMA	▪	Conselho Estadual do Meio Ambiente
DECONT	▪	Departamento de Controle da Qualidade Ambiental
DEPAVE	▪	Departamento de Parques e Áreas Verdes
DERSA	▪	Desenvolvimento Rodoviário S/A
DIS	▪	Decreto de Interesse Social
DUP	▪	Decreto de Utilidade Pública
EIA	▪	Estudo de Impacto Ambiental
EMPLASA	▪	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Governo do Estado de São Paulo

GTAC	▪ Grupo Técnico de Áreas Contaminadas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo
HIS	▪ Habitação de Interesse Social
IBGE	▪ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	▪ Licença Ambiental de Instalação
LAO	▪ Licença Ambiental de Operação
LAP	▪ Licença Ambiental Prévia
ONG	▪ Organização não governamental
ONU	▪ Organização das Nações Unidas
OPAS	▪ Organização Pan-Americana da Saúde
OUCAB	▪ Operação Urbana Consorciada Água Branca
PDE	▪ Plano Diretor Estratégico
PMSP	▪ Prefeitura Municipal de São Paulo
PNMA	▪ Política Nacional do Meio Ambiente
PRE	▪ Plano Regional Estratégico
RIMA	▪ Relatório de Impacto Ambiental
RMSP	▪ Região Metropolitana de São Paulo
SABESP	▪ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEHAB	▪ Secretaria Municipal de Habitação
SEMA	▪ Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	▪ Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPOBRAS	▪ Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SVMA	▪ Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo
TR	▪ Termo de Referência
UNESCO	▪ Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

A black and white line drawing illustration representing sustainable development and green energy. The scene includes a modern house with solar panels, a wind turbine, a recycling symbol, a lightbulb, a bicycle, a globe, and a person's head. The word 'ECO' is written on a tag.

1. APRESENTAÇÃO DA AUTORA

A minha motivação para a execução desta pesquisa se baseou tanto na minha trajetória pessoal quanto profissional.

Quanto ao pessoal, desde criança, meus avós paternos e meus pais se preocupavam e nos orientavam para a conservação do meio ambiente, mesmo quando as preocupações relativas ao futuro ambiental eram pouco debatidas. Essa cultura familiar me levou a enraizar ensinamentos e preocupações basilares quanto ao tema.

Quanto a minha trajetória profissional, sempre atuei na área da educação. No ano de 1993, quando se planejava a criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente no Município de São Paulo por um grupo de excelência nas questões ambientais, fui convidada para assumir a Coordenação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES.

Nesse Conselho exerci, por 20 anos, as funções de Coordenadora Geral, Assessora Técnica e Diretora, a depender da gestão e da organização interna do departamento. Certo é dizer que por todo esse tempo estive a frente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES e junto a ele enfrentei questões relevantes para a Cidade.

Trabalhar no CADES, onde as discussões entre governo e sociedade civil se fazem presente constantemente, fez com que, por muitas vezes, eu me colocasse no lugar de cada um deles, o que aumentou a minha motivação para desenvolver esta pesquisa, no sentido de contribuir com questões que possam aprimorar o trabalho dos Conselhos de Meio Ambiente.

Concomitante ao trabalho no CADES, eu atuei na Coordenação Executiva do Curso de Especialização em Educação Ambiental pelo Núcleo de Informações em Saúde Ambiental-NISAM da Universidade de São Paulo. Estive no NISAM até o início dos anos 2000.

No ano de 1997 assumi a Secretaria Executiva da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMA, função exercida até 1999.

No ano de 2003, concluí o mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com a dissertação intitulada: Educação Ambiental, Capacitação e Participação na Formulação de Políticas Públicas Ambientais: O Caso do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo.

Desde 2005 sou professora da Universidade de Mogi das Cruzes – Campus Villa Lobos – São Paulo, ministrando disciplinas ligadas a gestão ambiental para os de Biomedicina, Ciências Biológicas e Administração.

Desde 2014 sou pesquisadora do Instituto SIADES - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável.

Com a pretensão de contribuir com a melhoria da qualidade de vida na Cidade de São Paulo, esta é a tese apresentada.

2. INTRODUÇÃO

2. INTRODUÇÃO

2.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

As metrópoles superam diariamente grandes desafios e para seu enfrentamento é preciso utilizar estratégias políticas, econômicas, socioambientais e estruturais, bem como contar com instrumentos de participação da sociedade civil e o consequente exercício do controle social sobre as políticas públicas e de governo.

O processo de urbanização teve início a partir do século XIX, com uma forte pressão sobre os ecossistemas ocasionando a voracidade da degradação socioambiental. Com o desenvolvimento rápido e sem planejamento, ocorreu não só o incremento no impacto ambiental urbano, bem como a incapacidade de manter a qualidade de vida dos moradores das cidades. Para a UNESCO (2001), a qualidade de vida se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes.

Os desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocaram para as sociedades levaram a Organização das Nações Unidas – ONU a aprovar em 2015 o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para as Nações Unidas e o Desenvolvimento Sustentável”. Os 193 países signatários se comprometeram em adaptar, adotar, mobilizar governos, empresas e sociedade civil para o cumprimento de uma série de 17 objetivos (figura 1) compostos por 169 metas, voltados para a conquista de uma vida com dignidade e com oportunidades para todos. (ONU, 2015).

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Fonte: ONUBR [imagem obtida em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>, acesso em: 14 jun 2018]

Os objetivos e metas definidos estimularão a realização de ações para os próximos 15 anos, identificadas pelos países como áreas de importância para a humanidade e para o planeta.

Evidenciando o Objetivo 11, que trata de Cidades e Comunidades Sustentáveis, destaca-se que em 2014, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, com projeção de crescimento para 66% em 2050. Em 2030, são estimadas 41 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes. As metas aspiram cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis, bem como, a preservação da cultura, a redução dos impactos ambientais e o fortalecimento dos espaços de participação para que o indivíduo exerça sua cidadania (ONU, 2015). Neste contexto cumpre serem ressaltos os objetivos: 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 6 - Água potável e saneamento; 13 - Ações contra a mudança global do clima e 17 - Parcerias e meios de implementação; como estreitamente conectados à construção, ampliação e consolidação de maior e melhor participação social nos processos de planejamento e gestão urbana sustentáveis.

Tanto no Brasil como no mundo os problemas socioambientais são antigos, graves e complexos, na sua maioria, ocasionados pela acelerada expansão urbana que levou a um aumento no consumo de recursos naturais e o consequente desequilíbrio ecossistêmico, social e econômico.

Estima-se que em 2050, 70% da população mundial viverá em cidades. Mas, será que os gestores municipais, políticos, pesquisadores, líderes empresariais e a sociedade estarão preparados para garantir que sejam colocadas em prática, políticas que promovam a habitabilidade, tolerância, inclusão, sustentabilidade e resiliência, tornando as cidades economicamente atrativas e prósperas globalmente? (ABNT, 2017).

Maricato (2000) nos elucida que o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. No ano de 1940 a população urbana era de 26,3%. No ano de 2000 era de 81,2%. Em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, e em 2000 era de aproximadamente 138 milhões. Constatou-se, portanto, que em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas.

Em uma perspectiva de um planeta com população cada vez mais urbana, com cidades cada vez maiores, dando origem a megacidades, é preciso desenvolver modelos de sustentabilidade urbana capazes de alinhar o desenvolvimento desses espaços com o respeito aos princípios da sustentabilidade (LEITE, 2012 p 133).

As dez maiores aglomerações urbanas 1990 - 2014 mostram padrões de crescimento variados, tanto no passado recente como em futuras projeções (figura 2).

Figura 2: Aglomerações urbanas no mundo e projeções futuras.

Extraído de: ONU, 2014, p.14

As cidades transformaram-se em aglomerados adensados, sem identidade, o que tem dificultado o encontro de caminhos para construção de gestões políticas, técnicas e a participação efetiva para um planejamento eficiente. A participação efetiva para Jacobi (2003) pode ser entendida como ações de uma população organizada e informada de maneira correta, que está preparada para conhecer, entender, reclamar seus direitos e também de exercer sua responsabilidade.

Para Freitas (2000):

O meio ambiente não pode ser compreendido apenas como natureza intocável, mas também inclui as modificações nela introduzidas pelo ser humano, em razão de ser possível classificar o meio ambiente em

natural, que compreende a água, a flora, a fauna e cultural que abrange as obras de arte, imóveis históricos, museus, belas paisagens, enfim, tudo que possa contribuir para o bem-estar e a felicidade do ser humano (p.3).

Com o agravamento de práticas ambientais predatórias as Cidades têm tido suas condições ambientais alteradas por ações ou atividades antrópicas e também determinadas por comportamentos inadequados por parte de seus governantes e habitantes. O ecossistema urbano é aquele onde as intervenções humanas, são mais expressivas, pois ocasionam desequilíbrios que vão desde ambientais, sociais, econômicos e até de saúde pública e por vezes irreversíveis.

Asseguram Malheiros, Coutinho e Philippi Jr (2012),

(...) que nas últimas décadas, ampliou-se consideravelmente o debate em torno da preocupação com os impactos ambientais provocados pela exploração e pelo uso indiscriminado de recursos naturais. Os passivos ambientais tornaram-se alvo de estudos técnicos e científicos, como também tema relevante na definição de políticas públicas (p.160).

Para Souza (2006), uma das tipologias sobre a política pública são as decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi a primeira a tratar especificamente do meio ambiente, conferindo no artigo 225, Capítulo VI:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL,1988).

O §1 assegura a efetividade desse direito e incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

II - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

As Constituições anteriores não mencionaram o tema ambiental explícito em sua Lei maior. Milaré (2005) relembra que a:

Constituição do Império, de 1824, não fez qualquer referência à matéria, apenas cuidando da proibição de indústrias contrárias à saúde do cidadão (art. 179, n. 24). A Carta de 1891 atribuía competência legislativa à União para legislar sobre as suas minas e terras (art. 34, n. 29). Em 1937 se preocupou com a proteção dos monumentos históricos, artísticos e naturais, bem como das paisagens e locais especialmente dotados pela natureza (art. 134); incluiu entre as matérias de competência de a União legislar sobre minas, águas, florestas, caça, pesca e sua exploração (art. 16, XIV); cuidou ainda da competência legislativa sobre subsolo, águas e florestas no art. 18, onde igualmente tratou da proteção das plantas e rebanhos contra moléstias e agentes nocivos (p. 183).

Quanto às competências, desde a Carta Imperial de 1824, o Município era considerado autônomo, sem restrições, estabelecendo, em seus dispositivos, as linhas mestras de sua organização, embora indicasse as províncias como unidades componentes da divisão político-territorial do Império. O advento da República pela necessidade de alinhar nossa conformação

político-territorial, inspirada pelo modelo republicano norte-americano, asseguraram autonomia aos municípios, porém, conferindo-lhes, competência “peculiar”. Transferiu-se aos estados federados a iniciativa de legislar sobre a estrutura orgânica municipal (THE EAGLE VIEW, 2014).

A autonomia Municipal foi retomada com a Constituição de 1988, o artigo 1º determinou como um dos princípios fundamentais do Estado democrático a cidadania, dedicando o capítulo VI ao Meio Ambiente, enfocando não apenas o Poder Público, mas também a coletividade como responsáveis pela defesa e preservação do meio ambiente.

A Constituição de 1988 colocou o Município como ente federativo e propiciou a criação e a ampliação dos canais de diálogo entre o Poder Público e as organizações representativas da sociedade civil, particularmente aquelas ligadas à atuação na área ambiental.

Silva (2006), explica que

(...) na Comunidade Europeia emprega-se a eficácia como o critério de atribuições de competências e poderes entre os entes maiores e menores, reconhecendo estes como os mais capacitados para atenderem o interesse público em determinados âmbitos. A Carta Europeia de Autonomia Local trata da descentralização administrativa, reconhecendo expressamente (art. 2º) o princípio da autonomia local. Desse modo, prefere-se a tomada de decisões às autoridades administrativas mais próximas dos cidadãos (p. 51).

Com a autonomia vieram às atribuições comuns de implementação das normas de proteção ambiental, licenciamento e controle, previstas no art. 23 da Constituição Federal. Com o exercício dessas atribuições, no entanto, sobrevieram conflitos com organismos estaduais e federais (THE EAGLE VIEW, 2014),

Segundo o Art. 23 da Constituição, uma das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (BRASIL, 1988).

(...) o desenvolvimento urbano acelerou na segunda metade do século XX com a concentração da população em espaço reduzido, produzindo grande competição pelos mesmos recursos naturais como o solo e água, destruindo parte da biodiversidade natural. O meio formado pelo ambiente natural e pela população (socioeconômico urbano) é um ser vivo e dinâmico que gera um conjunto de efeitos interligados, que sem controle pode levar a cidade ao caos (TUCCI, 2008, p. 97)

Dentro do cenário exposto, o município de São Paulo, é a maior cidade do Brasil desde a década de 1960, centro da região metropolitana e ocupa a 4ª posição no ranking das maiores aglomerações urbanas do mundo (SÃO PAULO - CIDADE, 2004). O crescimento rápido do município, não levando em conta as limitações e as condicionantes naturais, sem o planejamento e os investimentos necessários em infraestrutura, saneamento ambiental, habitação social e transporte público, resultou em sérios problemas socioambientais (AGENDA 21 LOCAL. SÃO PAULO CIDADE, 1995).

Considerando os problemas que afetam de forma irrefutável a qualidade de vida dos moradores da cidade de São Paulo, é necessário que o Poder Público elabore e cumpra políticas públicas que busquem resultados para os graves problemas socioambiental. Contudo, é inexorável a participação dos segmentos da sociedade de forma individual e coletiva no enfrentamento de conflitos que envolvam as questões socioambientais.

Com a sociedade empoderada podemos fortalecer o poder local na tomada de decisões democráticas, visando a saúde e o planejamento da cidade.

2.2. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Na virada do século XIX para o XX, a conjugação de vários fatores somados com lucros provindos do café, a localização geográfica, a ferrovia e a imigração atribuíram à cidade de São Paulo características fundamentais para seu desenvolvimento. Esses fatores impulsionaram a transformação de um pequeno conglomerado em uma cidade industrial.

Atraída pela crescente produção industrial e atrelada à necessidade de mobilidade, a população chegada a São Paulo instalou-se em bairros operários próximos às fabricas. Já a segunda metade do século XX foi marcada pela aceleração do processo de urbanização e, dentre as consequências deste processo, pode-se destacar: a formação de regiões metropolitanas; a verticalização e adensamento das áreas já urbanizadas; e a expansão urbana para as áreas periféricas (MEYER, GROSTEIN e BIDERMAN, 2004; REIS e TANAKA, 2007).

“Ao liderar o processo de industrialização do país, São Paulo trouxe um espetacular impulso nos investimentos públicos em infraestrutura física de forma imediatista, induzindo deste modo um crescente esgotamento dos recursos naturais” (PHILIPPI JR et al.1999, p 26).

Os processos de expansão urbana, periferização, que se desenvolveram na Metrópole de São Paulo, tiveram fortes implicações sociais e ambientais. Entre os impactos socioambientais deste processo está o aumento das jornadas entre o centro e essas áreas, com consequente aumento do trânsito e da poluição do ar. A expansão destas áreas também implica na ausência de saneamento básico, principalmente rede de esgoto, e poluição de rios e córregos, além de um forte processo de desmatamento e degradação ambiental (TORRES et al., 2007).

Desde a década de 1970, o processo de periferização, incorporou vasta área à mancha urbana da metrópole, muitas vezes por meio da invasão de terras (loteamentos clandestinos e

favelas), e tem apresentado um forte ritmo de crescimento, que se intensificou nos últimos anos (MARCONDES, 1995; OLIVEIRA, 2005).

Atendendo aos anseios técnicos e políticos que visava uma reorganização da cidade, legislações foram discutidas, elaboradas e atualizadas desde 1899, quando do governo do Prefeito Antônio Prado (1899/1911). Com este cenário, se completa um movimento iniciado no século XIX e chegamos aos tempos atuais, século XXI, ainda nos debatendo e agora com mais urgência sobre as mesmas questões, que não foram solucionadas, mas, ao revés agravadas.

No Município de São Paulo, pode-se afirmar que a conservação de ecossistemas, de espécies e, principalmente, de genética, não foi uma prioridade ao longo de sua história, de modo que as perdas ocorridas são incalculáveis. Sabe-se que, atualmente, a perda da cobertura vegetal já atinge cerca de 80% da área do Município, de acordo com cálculos do IPT, baseado em imagens de satélite de 2001. Quase que a totalidade dos 20% de formações florestais remanescentes, concentrados em áreas periféricas, está submetida às pressões de ocupação e urbanização (SÃO PAULO - CIDADE, 2004, p 125).

O município de São Paulo é a maior metrópole do Brasil, maior cidade da América do Sul e a quarta maior do mundo. Com 1.525 quilômetros quadrados e densidade demográfica de 7.398,26 habitantes por quilômetros quadrados. Abriga uma população de 11.253.503 habitantes, sendo a população rural de 119.126 habitantes e população urbana 11.125.243 habitantes, pelo último censo do IBGE em 2010. Crianças, adolescentes e jovens com até 29 anos correspondem a 43% de seus habitantes, faixas etárias de 30 a 59 anos representam outros 43% e idosos de 60 anos e mais são 14% (FUNDAÇÃO SEADE, 2017).

Por lemas como "*São Paulo não pode parar*", "*São Paulo, a cidade que mais cresce no mundo*" "*São Paulo, a locomotiva do Brasil*" e "*Acelera São Paulo*", podemos compreender a rapidez e a vontade política de se obter um desenvolvimento a qualquer custo. O município de São Paulo foi vítima da rápida urbanização associada a falta de planejamento, provocando irregularidades no uso e ocupação do solo. O modelo de desenvolvimento e a

consequente incapacidade dos governos em planejar um modelo de forma sustentável, ocasionou danos irreparáveis para a qualidade de vida e foi deixando para trás um desequilíbrio ambiental sem precedentes e ainda, acentuou as desigualdades sociais.

Figura 3: Localização do Município de São Paulo

(a) Localização do Estado de São Paulo no Brasil e na América do Sul; (b) Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no Estado; (c) Município de São Paulo na RMSP.

Fonte Elaborado pela autora.com base em IBGE, 2010.

Wilheim (2004), rememora que São Paulo teve seu primeiro Plano Diretor aprovado em 1971 e não foi um documento originado de debate democrático: naquele tempo de regime militar, as câmaras aprovavam tudo o que o Executivo lhes enviava. Teve o segundo Plano em 1988, aprovado sem debate e por decurso de prazo.

Segundo o IBGE o município de São Paulo apresenta 92.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 74.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 50.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 225 de 645, já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 317 de 5570 (IBGE, 2010).

O município de São Paulo é formado por 96 distritos, administrativamente dividido em 32 prefeituras regionais e subordinadas a Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais. Cada prefeitura regional tem seu Prefeito Regional, que tem por função dar apoio gerencial e administrativo às decisões do Prefeito bem como, solucionar problemas de infraestrutura, circulação, sistema viário, limpeza urbana, manutenção das áreas verdes, vigilância sanitária e epidemiológica entre outras funções de zeladoria e rotina de cada região (SÃO PAULO - CIDADE, 2004).

A Região Metropolitana de São Paulo é o maior polo de riqueza nacional, concentra 39 municípios sendo que 18 fazem divisa com o Município de São Paulo. O intenso processo de conurbação em curso na Grande São Paulo tem tornado inefetivas as fronteiras políticas entre os municípios da região, criando uma metrópole cujo centro está em São Paulo. Para Spink et al (2007 p. 455) a conurbação é “uma agregação policêntrica na qual os diferentes espaços urbanos se juntam, em razão do crescimento de centros independentes e, como consequência, torna-se uma fonte geradora de novas questões trazidas por sua territorialidade complexa”.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi criada no ano de 1973 e reorganizada pela Lei Complementar nº 1.139 de 2011. Agrupou seus municípios em sub-regiões, é constituída por 39 municípios, sendo a maior aglomeração urbana do Brasil e a terceira maior das Américas. Fica assim definida (Art. 4º):

Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã;

Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano;

Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul;

Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista e a

Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba

(SÃO PAULO - ESTADO, 2011).

Grostein (2001) bem define que:

(...) o avanço da urbanização, sua escala e velocidade não constituem problema em si, não fosse o modo como ocorreu. Deve-se estar atento para esse processo, pois a sustentabilidade do aglomerado urbano, em sua componente físico-urbanística, relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); a descarga de resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo); o grau de mobilidade da população no espaço urbano (qualidade do transporte público de massa); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos. Dessa forma, as políticas que sustentam o parcelamento, uso e ocupação do solo e as práticas urbanísticas que viabilizam estas ações têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades num percurso sustentável (p. 1).

Dentro deste contexto, constata-se que a Cidade de São Paulo, sofre com os impactos inerentes de uma Cidade construída sem as bases de um planejamento adequado. A incapacidade do poder público em fazer cumprir as políticas públicas estabelecidas e a decorrente fiscalização, bem como a incipiente participação da sociedade civil nas tomadas de

decisões sobre atividades que possam causar impacto ambiental. Vivemos com a perda da qualidade ambiental e social que influencia diretamente na qualidade de vida e nas condições ambientais.

O Município de São Paulo, assim como toda a sua região metropolitana, enfrenta hoje um cenário bastante próximo ao limite de sua sustentabilidade, tendo em vista a magnitude dos problemas ambientais e sociais incidentes em seu território. Esse quadro impõe a necessidade de incorporação de novos paradigmas, em oposição às tradicionais políticas públicas, por envolver dinâmicas espaciais, sociais e econômicas que, para serem revertidas (...) ou minimizadas demandam estratégias de longo prazo (...) bem como, a participação da sociedade civil (SÃO PAULO – CIDADE, 2012 p 94).

Considerando que é no ambiente das grandes cidades que se exacerbam os problemas de degradação ambiental e onde os confrontos são radicalizados, há que se compreender que é também nessa esfera que os conflitos devem receber o tratamento necessário à sua solução, por meio dos mecanismos de participação disponíveis na política ambiental e na forma de gestão ambiental (CASTRO, 2003).

Por tudo o que foi exposto os objetivos da presente pesquisa serão apresentados no capítulo seguinte.

3. OBJETIVOS

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Investigar como se deu a participação da sociedade civil e da administração pública no processo de avaliação de impacto ambiental do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no Município de São Paulo, no período de 2010 a 2016.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Verificar se a Audiência Pública envolvendo a participação da Sociedade Civil e da Administração Pública tem sido dialógica.
2. Verificar e analisar se a Audiência Pública como instrumento de participação contribui para o processo de avaliação de impacto ambiental.
3. Identificar e analisar a opinião dos Conselheiros no processo de avaliação de impacto ambiental:
 - da sociedade civil sobre a participação da administração pública
 - da administração pública sobre a participação da sociedade civil

4. REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO DO TEMA

4. REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Na obtenção dos objetivos propostos é preciso considerar o referencial teórico que fundamenta o tema em discussão

4.1. O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – SISNAMA: HISTÓRICO E MEMÓRIAS

Na história mais recente das questões ambientais pode ser identificada uma relevância no estabelecimento de uma disciplina normativa que possa regular a exploração de recursos naturais, o desenvolvimento humano e os efeitos das interferências antrópicas na higidez do planeta. (...) A percepção, pela comunidade científica internacional, de que as atividades humanas, em especial a industrial, estavam produzindo efeitos na natureza e interferindo no comportamento, na reprodução e na forma de vida de espécies e de que, também estavam promovendo alterações climáticas, cujo significado poderia ser muito sério no curto e médio prazo, levou essa comunidade a pressionar os governos a estabelecer um conjunto de princípios e regras que fossem capazes de condicionar e disciplinar essas questões (FINK, 2018, p.889).

Benjamin (1999) identifica a história evolutiva legislativo-ambiental brasileira em três fases visando a proteção ambiental: Fase da Exploração Desregrada, a Fragmentária e a Fase Holística.

A fase da exploração desregrada vigorou do descobrimento do Brasil, em 1500, até o início da segunda metade do século XX, em que se evidenciam poucas normas de proteção ambiental. A Constituição Imperial não trouxe qualquer dispositivo sobre a tutela ambiental, em que pese o Código Penal de 1890 trazer em seu texto, dispositivo acerca da proteção das águas. O Artigo 162 daquele diploma legal determinava que corromper ou conspurcar a água potável de uso comum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva à saúde teria como pena a prisão celular um a três anos (ALMEIDA, 2002).

Na segunda fase na evolução histórica de proteção ao meio ambiente, buscou-se juridicamente a regulamentação das atividades exploratórias de forma esparsa. Influenciada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, a Declaração sobre Ambiente Humano estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento. A conferência também levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que deu continuidade a esses esforços e outras Conferências de igual importância para a gestão e educação ambiental (ONU, 1972).

A terceira fase denominada holística caracteriza-se pela visão do meio ambiente como um conjunto integrado. Benjamin (1999) entende que as legislações são fragmentárias, sem a unificação dos institutos jurídicos de proteção aos recursos ambientais, seria ineficaz para a garantia do desenvolvimento sustentável. Complementando, a UNESCO (1986), define que a problemática ambiental é o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura.

Neste sentido, por meio de muita perseverança, o brasileiro ambientalista nato, Professor Paulo Nogueira Neto, participou de Conferências Internacionais representando o Brasil, desde a década de 1970 e já se preocupava com as futuras gerações. Como Secretário Especial do Meio Ambiente (1973 a 1985) da Secretaria Especial do Meio Ambiente- SEMA, órgão vinculado ao Ministério do Interior, foi o grande responsável por instituir a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA - Lei Federal 6.838/1981.

Reavivando as palavras do Professor Paulo Nogueira Neto (2010):

Finalmente o presidente João Figueiredo sancionou a Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em 31 agosto 1981. Houve

apenas dois vetos, os solicitados por nós. Essa foi uma imensa vitória. A SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente vai ter, agora, melhores condições para agir. Contudo, o trabalho e a responsabilidade que temos pela frente são de assustar. As áreas de proteção permanente, que passarão do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), subordinado ao Ministério da Agricultura, para a SEMA, como as margens dos rios e as encostas inclinadas, são imensas e numerosíssimas. Como defender tudo isso? No regulamento da Lei teremos que estabelecer prioridades (p 229).

A promulgação da Lei Federal nº 6.938/1981, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA e o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que se constitui em importante instrumento jurídico com seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

Desde então, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituíram o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. A Lei já considerava os municípios como representantes do poder local para a área ambiental.

O SISNAMA veio para abarcar os aspectos políticos, sociais, científicos, naturais e técnicos, incluindo-os como conceitos na gestão ambiental de forma ampla e interdependente.

De acordo com o art 6º da Política Nacional de Meio Ambiente:

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - Órgão Superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - Órgão Central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - Órgãos Executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

(BRASIL, 1981)

Para Milaré (1999, p. 39), “A alma do SISNAMA, sua força e forma de presença é a comunicação entre os subsistemas e Instituições que o integram”.

Cabe, aos entes federativos integrantes do SISNAMA, desenvolver mecanismos para promover a integração entre os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. Desta forma, criando seu próprio Sistema de Gestão Ambiental (BRASIL, 1981).

Mesmo antes da Lei Federal 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, foram criados em estados como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais, os Conselhos de Meio Ambiente. Embora sua criação fosse muito importante, ainda havia uma questão a ser melhor debatida. As composições dos Conselhos tinham em sua maioria, membros do governo e, ainda, sem poder deliberativo.

Com o advento da nova Constituição Federal Brasileira, em 1988, o artigo 225, dispõe que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Importante ressaltar que a Política Nacional do Meio Ambiente disciplinada pela Lei nº 6.938/1981, foi recepcionada integralmente pela Constituição Federal de 1988.

Além do artigo 225, a matéria pertinente à proteção ambiental é trazida por outros artigos: artigo 5º, artigo 21, artigo 22, artigo 23, III, VI, VII, artigo 24, VI, VIII, artigo 129, III, artigo 170, artigo 186, II e artigo 200, VIII.

Os municípios ganharam status de ente federativo, conquistando a competência administrativa do exercício do poder em âmbito local. O artigo 23 da Constituição Federal acaba por lhes conferir o poder de administrar os bens ambientais e define competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Existem requisitos formais e materiais que as Municipalidades precisam cumprir para poder colocar em prática suas atribuições (BRASIL, 1988).

No ano 2011, a Lei complementar 140 veio regulamentar as normas de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios para o exercício da competência administrativa em matéria ambiental.

O Artigo 5º da Lei complementar 140/2001, considera que:

O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas e de Conselho de Meio Ambiente.

Parágrafo único. Considera-se órgão ambiental capacitado, para os efeitos do disposto no caput, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas.

Além de incentivar a gestão descentralizada das questões ambientais, a referida norma tem como objetivo harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federados e garantir a uniformidade da política ambiental em todo território nacional. (THOMÉ, 2014. p. 137).

Reforçando o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Constituição Federal de 1988, a Resolução 237 de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Lei Federal 9.605 de 1998 e a Lei complementar 140 de 2011 estabeleceram as regras para a descentralização da gestão ambiental e exigem a criação de órgãos ambientais municipais, Conselhos Ambientais, com quadros técnicos capacitados e a criação de Fundos de Meio Ambiente, bem como, determina-se que os empreendimentos sejam licenciados por um único nível de competência. (BRASIL, 1988, 1997, 1998, 2011).

Os conselhos como forma de organização não são recentes. Como mostram Gohn (2000), Teixeira (2005) e Gurgel e Justem (2013), há exemplos de conselho na Revolução Francesa e na Comuna de Paris (1871), são conselhos, os Soviets de Petrogrado (1905) e seus semelhantes na Revolução Russa (1917), houve Conselhos dos Operários de Turim, os conselhos alemães, os conselhos Iugoslavos (anos 1950), que ofereceram os melhores exemplos de moderna autogestão, dentre outras experiências semelhantes.

Segundo o Censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), em 2009, 3.135 dos 5.570 municípios brasileiros (56,3%), tinham Conselho Municipal de Meio Ambiente. Foi a primeira vez em que mais da metade dos municípios declararam a existência de conselho. Estes estavam presentes em todos os municípios com mais de 500 mil habitantes. Entretanto, ainda era baixa a presença de Conselho Municipal de Meio Ambiente, comparativamente a outros tipos de conselhos, como os de Assistência Social (99,3% dos municípios), Saúde (97,3%), Direitos da Criança e do Adolescente (91,4%) e Educação (79,1%).

Para Philippi Jr, Salles e Malheiros (2004), entre as principais dificuldades que os Conselhos Municipais enfrentam estão: falta de fortalecimento, inoperância, manipulação, desarticulação, falta de legitimidade, ausência de funcionalidade, legitimidade das representações, conflito de interesses entre o setor público e privado, e falta de participação popular.

Complementando as legislações ambientais, a Lei Federal 9.605 de 1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, pune como crime ambiental todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural. E ainda, possibilita a responsabilização penal da pessoa jurídica e também da pessoa física, autora da infração e as medidas de controle da atuação aos funcionários públicos no exercício de suas funções e de órgãos ambientais (BRASIL, 1998).

4.1.1. Subsistemas e Competências dos Conselhos de Meio Ambiente

Dentre os órgãos que fazem parte do SISNAMA, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, criado pela Lei Federal 6.938/1981, exerce um papel central, sendo um órgão deliberativo e consultivo ao qual cabe estabelecer normas e critérios para o controle da qualidade ambiental e para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou que utilizam recursos naturais.

O **CONAMA** já esteve ligado ao Ministério do Interior - MINTER, a Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMA, antes de ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente pela Lei Federal nº 8.490/1992.

Segundo Brasil (2012), “desde sua instituição em 1981, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA rompeu paradigmas e suas Resoluções refletiram progressos e mudanças na forma sustentável de uso e apropriação dos recursos naturais” (p.6).

O então ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Herman Benjamin (BRASIL, 2011), lembrou que quando o CONAMA foi criado, em 1981, “existiam muitas resistências, ‘por razões óbvias’, à participação da sociedade civil. (...) o CONAMA é a mãe de todos os Conselhos, onde se faz um aprendizado constante da democracia representativa”.

Ao **CONAMA** compete, principalmente:

- determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às entidades privadas, informações, notadamente as indispensáveis à apreciação de Estudos Prévios de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, em especial nas áreas consideradas patrimônio nacional;
- estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos;
- estabelecer os critérios técnicos para a declaração de áreas críticas, saturadas ou em vias de saturação;
- incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional dos Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e gestão de recursos ambientais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- avaliar regularmente a implementação e a execução da política e normas ambientais do País, estabelecendo sistemas de indicadores;

- promover a integração dos órgãos colegiados de meio ambiente (BRASIL, 1981).

No âmbito seccional, foi criado em 1983, no Estado de São Paulo, o Conselho Estadual do Meio Ambiente - **CONSEMA**, no momento em que o País se redemocratizava, a fim de imprimir um novo caráter de participação e democracia.

O CONSEMA tem como principais atribuições o acompanhamento e avaliação da política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais, até a apreciação de Estudos e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (SÃO PAULO – ESTADO, 1983). Desde a sua criação, o CONSEMA, passou por fases de reconsiderações e de mudanças, o que lhe proporcionou a experiência necessária para o trato de questões polêmicas que lhe foram submetidas. Conflitos foram gerados, mas obrigaram ao aperfeiçoamento de sua estrutura de trabalho, das suas normas e critérios de avaliação, das leis voltadas para as questões do meio ambiente e das formas de condução de consultas à sociedade civil. Hoje, constitui-se em um espaço democrático para a discussão dos problemas ambientais do Estado de São Paulo e um modelo para a consolidação de outros Conselhos.

Esta efetivação vai ao encontro do que afirma Wals e Jickling (2002) citados por Palma e Pedroso (2017) sobre a importância de serem criados espaços – espaço para caminhos alternativos de desenvolvimento; espaço para novas formas de pensar, avaliar e fazer; espaço para a participação; espaço para o pluralismo, a diversidade e perspectivas minoritárias; espaço para o consenso profundo, mas também para dissenso respeitoso; espaço para o pensamento autônomo e desviante; espaço para a autodeterminação; espaço para as diferenças contextuais e espaciais. Como complementa Palma e Pedrozo (2017), a criação de espaços é resultado do processo de busca “a partir de um ponto de vista emancipatório, oportunizando a busca por mais, não menos, diversidade de pensamento” (p. 242).

No nível local, em 1993, cria-se no Município de São Paulo, por meio da Lei nº 11.426, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - **SVMA** e seu respectivo Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – **CADES**, que serão explicitados no próximo item.

4.1.2. Sistema Municipal do Meio Ambiente no Município de São Paulo - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - **SVMA** foi criada numa época em que se aliaram vários fatores favoráveis à sua constituição: a inevitabilidade do atendimento às legislações federais, a necessidade de um sistema de gestão ambiental municipal, a vontade política e a pressão da sociedade.

A Lei Municipal n.º 11.426 de 1993 regulamentada pelo Decreto n.º 33.804 de 1993, criou a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA e o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, órgão local do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, nos termos dos artigos 1º e 23, incisos III, VI, VII, IX e XI, artigo 30, inciso I e artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 6º da Lei Federal nº 6.938 de 1981 (SÃO PAULO-CIDADE, 1993a, 1993b).

O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Constituição Federal de 1988, a Resolução 237 de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no Artigo 20 e a Lei complementar 140 de 2011 corroboram para que:

Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou à sua disposição profissionais legalmente habilitados. (BRASIL, 2012).

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, em sua premissa, órgão consultivo e deliberativo foi inicialmente vetado em seu poder deliberativo. No entanto, por pressão social e sendo condição vital para a estruturação dos Conselhos, em 1994, caiu o veto e assim, adquiriu de fato o caráter deliberativo.

No ano de 2001, por meio da Lei nº 13.155, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, criou o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA e o Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA. Ao CADES estabeleceu-se a competência de, anualmente determinar as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos do FEMA, em conformidade com a Política Municipal de Meio Ambiente (SÃO PAULO-CIDADE, 2001).

No ano de 2003, por meio da Lei nº 13.539 e regulamentada pelo Decreto nº 43.685, foram criados os Conselhos Gestores dos Parques Municipais de São Paulo, tendo como uma de suas atribuições, incentivar a participação e a articulação das comunidades do entorno dos parques, mediante debates, propostas e ações para a resolução dos problemas ambientais das suas áreas de influência, bem como, participar da elaboração e planejamento das atividades neles desenvolvidas, preservando as normas e restrições de uso estabelecidas nos respectivos Planos de Manejo das unidades e as normas estabelecidas pelo órgão responsável (SÃO PAULO-CIDADE, 2003a, 2003b).

Como forma de descentralização e ampliação da participação da sociedade, em 2007, inicialmente como Portaria Intersecretarial nº 005 de 2007, e posteriormente pela Lei nº 14.887 de 2009, criou-se no âmbito de cada Subprefeitura do Município de São Paulo, o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, de natureza participativa e consultiva (SÃO PAULO-CIDADE, 2007, 2009).

Os Conselhos Regionais do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz foram criados no momento em que se aliavam os princípios do interesse público com a

descentralização, ampliação e maior participação da sociedade civil, em todo o território do município de São Paulo, sendo implantados no âmbito das 31 subprefeituras e desta forma, representando todas as regiões do município de São Paulo.

Destacam-se como atribuições dos Conselhos Regionais do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (SÃO PAULO-CIDADE, 2007):

- fomentar a cultura e os ideais de sustentabilidade, apoiando ações públicas ou privadas de conservação do meio ambiente, de promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz;
- promover a participação social em todas as atividades das Subprefeituras relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz;
- promover ações conjuntas com outros Conselhos que atuem na região das Subprefeituras correspondentes.

No ano de 2009, a Lei Municipal nº 14.887, reorganizou a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA e conferiu nova disciplina ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz e, criou o Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas que tem por atribuição estimular a participação da sociedade no planejamento e gestão de políticas públicas (SÃO PAULO-CIDADE, 2009).

A política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas (SOUZA, 2006).

Primando pela descentralização e ampliação da participação da sociedade na formulação de políticas públicas, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, de São Paulo, tem assim instituído seu Sistema Municipal por meio dos Conselhos:

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA
Conselhos Regionais do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz
Conselhos Gestores dos Parques Municipais

Embora, formalmente o CADES seja consultado e delibere sobre as questões e licenciamentos municipais, a integração com os outros conselhos objetiva fortalecer e irradiar a representação de atores das diferentes regiões do município de São Paulo e sua grande diversidade.

4.1.3. O Papel do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES na formulação de políticas públicas

O CADES é um órgão consultivo e deliberativo em questões relativas à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural ou construído e do trabalho, em todo o território do Município de São Paulo (SÃO PAULO-CIDADE, 2009).

Segundo o artigo 30, o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, na consecução de suas atividades, deverá observar as seguintes diretrizes básicas:

- I - a interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;
 - II - a integração da política municipal do meio ambiente em nível nacional e estadual;
 - III - a introdução do componente ambiental nas políticas setoriais do Município;
 - IV - a predominância do interesse local, nas áreas de atuação do Executivo Municipal, Estadual e da União;
 - V - a participação da comunidade;
 - VI - a promoção do desenvolvimento sustentável da Cidade.
- (SÃO PAULO-CIDADE, 2009)

Quanto às atribuições do CADES, o artigo 31 define:

- I - colaborar na formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, mediante recomendações e proposições de planos, programas e projetos;

II - colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais e específicos de desenvolvimento do Município;

III - opinar sobre planos, programas e projetos, obras, instalações e operações que possam causar significativo impacto ambiental, podendo convocar, para tanto, audiências públicas, bem como requisitar aos órgãos públicos competentes e às entidades privadas as informações e estudos complementares que se façam necessários;

IV - apreciar e aprovar os Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Estudos de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIVI), no âmbito do Município de São Paulo;

V - propor diretrizes para a conservação e recuperação dos recursos ambientais do Município;

VI - propor normas, padrões e procedimentos visando à proteção ambiental e ao desenvolvimento do Município;

VII - opinar sobre projetos de lei e minutas de decreto referentes à proteção ambiental no Município de São Paulo, notadamente quanto àqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais;

VIII - propor projetos de lei e minutas de decreto referentes à proteção ambiental no Município de São Paulo;

IX - propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

X - propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental;

XI - propor a realização e promover campanhas de conscientização quanto aos problemas ambientais;

XII manter intercâmbio com entidades, oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do Meio Ambiente.

(SÃO PAULO-CIDADE, 2009)

Com a reorganização da SVMA a composição do CADES foi alterada e ampliada. Representando a Sociedade Civil, a composição do CADES que antes contava com a participação de três Organizações não Governamentais - ONGs com tradição na defesa do meio ambiente, passou a ter dez representações, sendo um representante e seu suplente para cada área abrangida pelas macrorregiões do Município. Desta forma, todas as regiões da Cidade passaram a ter suas representações, ampliando a participação da sociedade.

Ainda pela Sociedade Civil o CADES conta com as seguintes representações (art. 34, inciso II):

- 1 (um) representante das Universidades sediadas no Município de São Paulo;
 - 1 (um) representante da Câmara Municipal de São Paulo;
 - 1 (um) representante do setor industrial;
 - 1 (um) representante do setor comercial;
 - 1 (um) representante das centrais sindicais;
 - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil
 - 1 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
- (SÃO PAULO-CIDADE, 2009)

Já os representando do Poder Público são (Art. 34, inciso I):

- 1 (um) representante da Secretaria do Governo Municipal - SGM;
 - 1 (um) representante da Secretaria de Serviços- SES;
 - 1 (um) representante da antiga da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SME;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMUL;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde - SMS;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais - SMPR;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura - SMC;
 - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Justiça - SMJ;
 - 4 (quatro) Diretores da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente dos seguintes Departamentos:
 - Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz;
 - Departamento de Planejamento Ambiental - DEPLAN;
 - Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE
 - Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT
 - 1 (um) representante do Ministério do Meio Ambiente;
 - 1 (um) representante da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
- (SÃO PAULO, 2009)

Podem participar das reuniões do Conselho, na qualidade de observadores especiais, com direito a voz e não a voto, um representante da Guarda Civil Metropolitana e um representante da Polícia Militar Ambiental, a serem indicados, bem como seus suplentes, pela respectiva autoridade hierárquica superior, conforme § 2º do artigo 34.

O mandato dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável será de até dois anos, permitidas duas reconduções por igual período (Art. 36).

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é integrado por 36 membros, com seus respectivos suplentes, sendo 18 do Poder Público e 18 da Sociedade Civil, garantido o princípio da paridade (Art. 34) e ainda, contempla as representações dos três níveis de Governo – Federal, Estadual e Municipal.

A forma de indicação para exercer o papel de Conselheiro do CADES obedece a Lei Municipal nº 14.887/2009 e estabelece que:

Representantes do Governo - serão designadas pelo Prefeito, mediante indicação das respectivas pastas.

Universidades – As universidades sediadas no Município de São Paulo são convidadas a fazer suas indicações. Dos indicados, o Prefeito escolherá 1 titular e 1 suplente que passará a representar as Universidades no CADES.

Setor industrial – serão convidados a efetuar indicações a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE e o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias - SIMPI, e caberá ao Prefeito a escolha dos representantes, 1 representante titular e 1 suplente para o Setor.

Setor comercial – serão convidados a efetuar indicações a Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO, Associação Comercial de São Paulo - ACSP e Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado de São Paulo - SECOVI, dentre eles serão escolhidos pelo Prefeito 1 representante titular e 1 suplente para o Setor.

Centrais Sindicais – a Central Única dos Trabalhadores - CUT, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - Seção São Paulo - CGTB-SP e Força Sindical, farão as indicações e caberá ao Prefeito a escolha dos representantes, um 1 representante titular e 1 suplente.

Organizações Não-Governamentais ONGs - é condição para participação nas Assembleias de eleição de representantes do CADES

que a Organização Não Governamental esteja regularmente cadastrada na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A Entidade deve comprovar por meio do Estatuto Social e Ata de criação registrada em cartório que um dos objetivos é a defesa do meio ambiente e que tem pelo menos, 1 (um) ano de existência legal até a data de cadastramento. As assembleias são convocadas por meio de Edital, convidando as ONGs cadastradas no CADES, com o cronograma para cada região da Cidade, com data, horário e local das Assembleias. (SÃO PAULO-CIDADE, 2009)

O CADES é responsável por elaborar o cronograma das eleições por macrorregião, além de dar apoio referente à infraestrutura e divulgação das eleições. Cada macrorregião é independente para eleger em Assembleia o representante titular e suplente para aquele mandato.

Ficam assim definidas, pelo art. 34 da lei 14.887 de 2009, as dez macrorregiões que deverão indicar seus representantes, representando todas as regiões do Município de São Paulo:

1. Norte 1 (Freguesia do Ó/Brasilândia, Perus, Pirituba/Jaraguá);
 2. Norte 2 (Casa Verde/Cachoerinha, Santana/Tucuruvi, Jaçanã/Tremembé, Vila Maria/Vila Guilherme);
 3. Sul 1 (Campo Limpo, M'Boi Mirim);
 4. Sul 2 (Cidade Ademar, Jabaquara, Santo Amaro);
 5. Sul 3 (Capela do Socorro, Parelheiros);
 6. Leste 1 (Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera);
 7. Leste 2 (Aricanduva/Formosa/Carrão, Vila Prudente/Sapopemba, Ermelino Matarazzo, Penha);
 8. Leste 3 (Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel);
 9. Centro-Oeste 1 (Butantã, Lapa, Pinheiros);
 10. Centro-Oeste 2 (Sé, Vila Mariana, Ipiranga, Mooca).
- (SÃO PAULO, 2009)

Verifica-se por meio de análise documental realizada nas Portarias de indicação para compor o CADES, que no caso do Setor Industrial, Setor Comercial e Centrais Sindicais, titular e suplente são de Instituições diferentes e que majoritariamente há um rodizio na

indicação a cada nova composição, de forma a se dar oportunidade para que todas as Instituições participem.

Para Bruschi et al. (2002), o Município é um local privilegiado para o tratamento da problemática socioambiental que afeta diretamente a sociedade em seu dia a dia, tornando possível que os governos locais encontrem, em conjunto com a sociedade, caminhos saudáveis para seu crescimento, superando o discurso tradicional de progresso a qualquer preço.

O exercício do controle social gera e fortalece um sentimento de pertencimento local e consequente participação da sociedade em relação à sua cidade. Para Demo (1991 p.54) “a qualidade política de um povo está sobretudo no controle democrático que é capaz de exercer”.

Fazendo uma retrospectiva sobre controle social e os Conselhos, Costa e Vieira (2013 p. 259), descrevem que:

O caráter de ‘controle’ como papel principal dos Conselhos foi se instalando no início dos anos 1990, quando o debate sobre o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde passou a ter como referência uma agenda de controle sobre o gasto público. A preponderância das acepções e práticas relacionadas com a fiscalização direta da sociedade civil nos processos de gestão da coisa pública refletiu nas deliberações da 9ª Conferência Nacional de Saúde. Desde então, o termo controle social tem sido preferido pelos Conselheiros para denominar os próprios Conselhos, certamente por suas atribuições mais diretamente relacionadas ao ‘poder’ do movimento social de reprovar e sancionar atos governamentais. De certa forma, essa tem sido a tônica vocacional dos Conselhos, sustentada especialmente por aqueles que os integram, o que não significa que esta função de controle seja desempenhada com eficiência.

Da esperança de ser ouvido, obter respostas e confiar nas relações da sociedade e poder público, advêm, ao cidadão, a percepção e convicção de influenciar no processo de planejamento da cidade, o que se constitui num grande desafio enfrentado atualmente.

Na medida em que se desenvolve no país uma mentalidade de prática da cidadania com a defesa intransigente dos direitos do cidadão, por meio dos órgãos da sociedade civil

organizada, o município, como ente federativo autônomo e, nesta qualidade, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem papel destacado, pois a este incumbe organizar-se, de forma a assumir as competências inerentes à gestão ambiental das questões locais. Devem os municípios, sob esta ótica, responsabilizar-se pela avaliação e pelo estabelecimento de normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade ambiental em seu território (CASTRO 2003).

4.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A lei norte-americana *National Environmental Policy Act* – NEPA de 1968, foi a primeira a estabelecer, no mundo, a obrigatoriedade da Avaliação de Impacto Ambiental - AIA para projetos, programas e atividades do governo federal dos Estados Unidos da América (WEBB & SIGAL, 1992).

Seguindo os mesmos princípios, Canadá (1973), Nova Zelândia (1973), Austrália (1974) e França (1976) estiveram entre os primeiros países que adotaram políticas determinando que a avaliação dos impactos ambientais deveria preceder decisões governamentais importantes (SÁNCHEZ, 2008).

Austrália e Canadá dispõem de leis próprias, diferente das leis nacionais. Essa é uma diferença importante em relação ao Brasil, onde a legislação federal sobre licenciamento aplica-se a todos os entes federativos.

No caso da Alemanha, assim como da Holanda e Portugal, além das respectivas leis nacionais, há vinculação à legislação da União Europeia. A União Europeia tem o poder de definir regras e diretrizes para os países-membros. A legislação adotada pela Diretiva do Parlamento Europeu, visa reforçar a eficácia da Avaliação de Impacto Ambiental melhorando

a sua qualidade, reforçando a sua eficiência e simplificando os procedimentos. Os projetos que possam ter um impacto significativo no ambiente pela sua natureza, dimensão ou localização devem ser sujeitos a um pedido de aprovação e a uma avaliação global prévia (IBAMA, 2016).

A Argentina não conta com uma legislação de âmbito nacional para a Avaliação de Impacto Ambiental. O país mantém um sistema de competências das Províncias para legislar sobre matéria ambiental, o que leva a uma legislação heterogênea. Não há um Sistema Nacional que defina procedimentos de controle as ações sobre o meio ambiente. No Chile o Estudo de Impacto Ambiental é exigido conforme o potencial poluente do empreendimento. O país conta com um sistema unificado de aprovação e licenciamento.

A Colômbia foi o primeiro país da América do Sul a instituir um processo formal de Avaliação de Impacto Ambiental - AIA, em 1974. Em 1976, a Lei Orgânica Ambiental da Venezuela criou a base legal para a implantação da Avaliação de Impacto Ambiental. Esse procedimento foi adotado pela Argentina, em 1987, e pelo Uruguai em 1994 (FONSECA, BURSZTYN, MOURA, 2012).

Nos países em desenvolvimento, a adoção da Avaliação de Impacto Ambiental foi, de certo modo, induzida ou apoiada por organismos internacionais de financiamento (BARBIERI, 1995). A Avaliação de Impacto Ambiental - AIA foi introduzida por exigência de agências multilaterais, como o Banco Mundial e, no caso das Américas, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e de agências bilaterais de fomento ao desenvolvimento, como a *United States Agency for International Development* - USAID e suas congêneres dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A Avaliação de Impacto Ambiental - AIA disseminou-se, alcançando hoje uma difusão mundial. Atualmente, mais de uma centena de países incorporou às suas legislações requerendo a avaliação prévia dos impactos ambientais (DIAS e SÁNCHEZ, 2001)

No Brasil, com a promulgação da Lei Federal nº 6.938/1981, foi instituído o Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, importante instrumento jurídico definindo a Política Nacional do Meio Ambiente. O Conselho Nacional do Meio Ambiente, por meio da Resolução CONAMA 01/1986, em seu Artigo 1º considera Impacto Ambiental como:

(...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Apesar de estar colocada a importância das atividades sociais, o conceito se delimita aos aspectos químicos, físicos e biológicos, no entanto poderia ser incluso nesse conceito as alterações causadas na vida social, política e cultural (BOEIRA et al, 1994).

A Carta de Ottawa (1986) apregoa que para se atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente.

A partir do momento em que as cidades crescem sem planejamento e se transformam, crescem também ambientes vulneráveis a riscos de desastres e problemas de saúde pública. Tais riscos decorrem da maneira como o espaço urbano é ocupado e pela não consideração dos impactos negativos que a inadequada ocupação do solo pode trazer à população (MARANDOLA; HOGAN, 2004). Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 1992), a saúde, tanto individual como coletiva, é resultado das complexas inter-relações entre os processos biológicos, ecológicos, culturais e socioeconômicos que se dão na sociedade, visando também a proteção ambiental. “Não se pode esquecer que dessa proteção ambiental dependem a promoção e a manutenção da qualidade de vida de todos e de cada um,

enraizadas na qualidade do meio ambiente natural e construído” (PHILIPPI JR e BRUNA, 2014, p.737).

O padrão de urbanização adotado imprimiu às metrópoles ao menos duas fortes características associadas ao modo predominante de fazer ‘cidade’: apresentam componentes de ‘insustentabilidade’ associados aos processos de expansão da área urbana e de transformação e modernização dos espaços interurbanos; e proporcionam baixa qualidade de vida urbana a parcelas significativas da população. Os problemas ambientais urbanos dizem respeito tanto aos processos de construção da cidade e, portanto, às diferentes opções políticas e econômicas que influenciam as configurações do espaço, quanto às condições de vida urbana (...). A combinação dos processos de construção do espaço com as condições precárias de vida urbana gera problemas socioambientais e situações de risco, que afetam tanto o espaço físico quanto a saúde pública (GROSTEIN, 2001, p.1).

Neste contexto a Resolução CONAMA 01/1986 estabeleceu definições e diretrizes gerais para a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental:

Artigo 4º - Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do Meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza, o porte e as peculiaridades de cada atividade (BRASIL, 1986).

O Estudo de Impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Política Nacional do Meio Ambiente, deve obedecer às seguintes diretrizes gerais:

- contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto,
- identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade,
- definir as áreas direta e indiretamente afetadas pelos impactos,
- considerar os Planos e Programas de Governo com jurisdição sobre a área onde será implementada a atividade impactante

(Artigo 5º da Resolução CONAMA nº 001/1986).

Caldarelli (2011, p. 34) nos relata que na Avaliação de Impacto Ambiental – AIA os procedimentos de:

(...) licenciamento ambiental instituídos anteriormente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro eram avaliados quanto ao seu desempenho ambiental pelo preenchimento de formulários, pela apresentação de documentos e por visitas técnicas, no procedimento instaurado pela Resolução CONAMA 01/1986, essa avaliação passou a ser feita nos Estudos de Impacto Ambiental. Embora o novo procedimento não excluísse o preenchimento de formulários, a apresentação de documentos e as visitas técnicas, essas providências se apequenaram ante a centralidade conferida aos Estudos. Com o tempo, muitos desses técnicos de equipes destinadas a elaborar os Estudos de Impacto Ambiental foram amalhando algum conhecimento acerca das outras áreas relevantes para a Avaliação de Impacto Ambiental - AIA e ganhando experiência nesse modo cooperativo e dialogado de trabalhar. O resultado disso foi a formação de equipes que se estabilizaram, congregando sempre os mesmos profissionais, que acabaram por formar empresas de pequeno porte especializadas na avaliação de impacto ambiental com profissionais autônomos e experiência na análise de impactos ambientais. A entrada desses novos atores iniciava o desdobramento de uma problemática que, dessa época à atualidade, jamais saiu da pauta nos debates acerca do licenciamento ambiental. Trata-se da questão referente à produção do conhecimento científico e técnico necessário para a realização da AIA.

A Avaliação de Impacto Ambiental – AIA como instrumento de gestão ambiental, preventivo e de planejamento, estabelecido pela Resolução CONAMA 01/1986 tem um papel que na visão de autores como: Maglio, 1991; Wood, 1995; Glasson, Therivel, Chadwick, 1999; Sánchez, 2008 é o de contribuir como um instrumento participativo de gestão ambiental e de uso do solo, atuando preventivamente no sentido de mitigar potenciais impactos negativos ao meio ambiente.

Um dos objetivos da Avaliação de Impacto Ambiental é identificar os impactos ambientais causados pelo empreendimento sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, de forma que permita uma decisão lógica e racional sobre a sua implementação ou não. Para a obtenção deste objetivo são utilizados métodos de identificação e avaliação de impactos que requerem uma análise mais detalhada (STAMM, 2003). R Révrêt (1994) citado por Ribeiro (2014), também coloca como objetivos da Avaliação de Impacto Ambiental, analisar as

consequências ambientais prováveis de uma atividade humana no momento de sua proposição. Essas informações devem, portanto, ser levadas em consideração no processo decisório, juntamente com outras de caráter financeiro, técnico, legal e político.

Sánchez (1993) preconiza que a Avaliação de Impacto Ambiental - AIA é um instrumento de planejamento e de prevenção do dano ambiental, enquanto procedimento inserido no âmbito de uma política ambiental, pode ser melhor definida como um conjunto de procedimentos que envolve:

- o estabelecimento de termos referência para a condução de um estudo específico;
- a elaboração de um estudo de caráter técnico denominado Estudo de Impacto Ambiental- EIA;
- a preparação de um documento de comunicação denominado Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;
- mecanismos formais de participação do público, como a audiência pública;
- procedimentos de análise técnica e de revisão dos estudos apresentados e,
- um procedimento formal de tomada de decisão.

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA, como um dos componentes do processo de avaliação de impacto ambiental, deve ser elaborado por equipe multidisciplinar, onde os saberes deverão contribuir com informações advindas das diversas áreas do conhecimento. O EIA será acompanhado de respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, o qual refletirá as conclusões do estudo realizado. Deve ser apresentado de forma objetiva, traduzido em linguagem acessível, ilustrado por mapas, quadros, gráficos de fácil compreensão, bem como, deve mostrar as vantagens e desvantagens do projeto e as consequências ambientais de sua implementação. O objetivo do RIMA é que qualquer pessoa ao ler, possa compreendê-lo sem ajuda para interpretação.

Este deve ficar à disposição da comunidade, conforme diretrizes gerais estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 001/1986 e procedimentos adotados por cada órgão licenciador.

Neste sentido e considerando a abrangência das áreas direta e indiretamente a serem afetadas, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, de acordo com o artigo 6º da Resolução CONAMA nº 001/1986, deverá contemplar no mínimo as atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, considerando:

- o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;
- o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;
- o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

(BRASIL, 1986).

O estudo de impacto ambiental (EIA) é o documento mais importante de todo o processo de avaliação de impacto ambiental. É com base neste que serão tomadas as principais decisões quanto à viabilidade ambiental de um projeto, quanto à necessidade de medidas mitigadoras ou compensatórias e quanto ao tipo e ao alcance dessas medidas. Dado o caráter público do processo de AIA, é também esse o documento que servirá de base para as negociações que poderão se

estabelecer entre empreendedor, governo e partes interessadas (SÁNCHEZ, 2006, p 162).

A Avaliação de Impacto Ambiental - AIA é um dos instrumentos de que se dispõe para a implementação de uma política ambiental. Portanto, sua aplicação é determinada pelos objetivos e princípios que norteiam essa política e pelo quadro institucional que a sujeita. O conceito vigente de meio ambiente indica o escopo e a abrangência dos estudos e Avaliação de Impacto Ambiental. Não a definição científica de meio ambiente, mas a opção política quanto ao grau de controle ambiental que se quer garantir, aos fatores ambientais a serem considerados, aos recursos prioritários a serem geridos. O que se leva em conta para determinar a qualidade ambiental a ser mantida ou alcançada pode variar de acordo com o momento e a região ou país onde se aplica a AIA. Além do mais, o controle ambiental implica em custos que crescem exponencialmente à medida que se aumentam as exigências (VEROCAI,1990).

Assim, a avaliação de impacto ambiental constitui-se em um conjunto de etapas que compõe procedimentos administrativos, técnicos e políticos com a participação da sociedade e que culminará com a aprovação ou não, do Estudo de Impacto Ambiental e a concessão das licenças ambientais.

4.2.1. Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal expressa pela Lei Federal nº 6.938 de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e apresenta normas para a preservação ambiental. A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece no artigo 23 a competência comum da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. A Resolução CONAMA nº 01 de 1986 e a Resolução CONAMA 237 de 1997, estabelecem procedimentos

para o Licenciamento ambiental. A Resolução SVMA/CADES nº 170 de 2011 determina a realização de Audiência Pública e a Lei Complementar nº 140 de 2011 tem por objetivo fixar normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Essas obrigações são compartilhadas pelos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (BRASIL, 1981, 1988, 1986, 1997, 2011; SÃO PAULO-CIDADE, 2011).

O Licenciamento Ambiental tornou-se um instrumento de controle da Política Nacional do Meio Ambiente nos termos do inciso IV do artigo 9º da Lei 6.938 de 1981, sendo obrigatório em todo o território nacional para o controle de atividades ou empreendimentos potencial ou efetivamente poluidores (BRASIL, 1981).

O inciso I do art. 1º da Resolução CONAMA 237/1997, trata o licenciamento ambiental como:

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (BRASIL, 1997).

O licenciamento ambiental é um processo administrativo que tramita no âmbito Federal, Estadual e Municipal, respeitando-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente, responsável pela gestão ambiental e que tem como objetivo praticar o controle de atividades que utilizem recursos naturais, antes que sejam poluidoras ou que possam causar degradação do meio ambiente. É uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou

atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo (IBAMA, 2016). “Deve ser exigido em relação a qualquer atividade que repercuta ou que possa repercutir na saúde da população ou na qualidade do meio ambiente” (OLIVEIRA, 2005, p.300).

O artigo 8º da RESOLUÇÃO nº 237/1997 define que o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

(BRASIL, 1997)

Verocai (2004) evidencia que, dentre os países membros do Mercosul, o Brasil é o único que exige o licenciamento nas três fases: Licença Prévia de Instalação e operação.

E nesse sentido, o licenciamento ambiental se constitui num processo que se desenvolve por meio de etapas. Fink e Macedo (2002 p.3), afirmam que o licenciamento não se limita a um simples ato, mas, sim, a uma série de atos encadeados, com vistas à verificação de que certa atividade está dentro dos padrões ambientais permitidos.

Trata-se de um longo processo que se dará em um único nível de competência e que passa por várias etapas, incluindo a elaboração de um termo de referência, estudo de impacto

ambiental, a análise técnica do órgão licenciador e de pareceres dos respectivos Conselhos de Meio Ambiente com base em suas Câmaras Técnicas, Audiências Públicas e, a Resolução do referido Conselho aprovando ou não o Estudo. E por fim, as competentes Licenças Ambientais emitidas pelo órgão técnico.

Com a entrega do EIA/RIMA ao órgão licenciador, o empreendedor formaliza o pedido de licença, momento em que a proposta de intervenção e seus respectivos estudos ambientais são colocados para o conhecimento público, por meio de publicações em jornais de grande circulação e todas as formas possíveis de publicidade, tanto por parte do empreendedor quanto do poder público.

O licenciamento ambiental não se torna possível sem que haja a participação efetiva da sociedade civil. Consta da Resolução CONAMA nº 237/1997, especificamente no artigo, 20, que consta que:

(...) os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou à sua disposição profissionais legalmente habilitados (BRASIL, 1997).

Os Conselhos de Meio Ambiente, como espaços deliberativos e de participação da sociedade no processo de avaliação de impacto ambiental atuam no controle social e colocam o cidadão e poder público para debater e formular políticas públicas. O exercício do controle social gera e fortalece um sentimento de pertencimento local e consequente participação dos cidadãos nos projetos propostos para sua cidade.

Essa participação no processo de licenciamento se dá por meio das Audiências Públicas. Estas estão estabelecidas pela Lei federal nº 6.938/1981, considerando o disposto no artigo 11, parágrafo 2º da Resolução CONAMA nº 001/1986, e ainda, considerando os artigos 3º e 10, alínea V, da Resolução CONAMA nº 237/1997. Uma de suas mais expressivas características é a participação social na tomada de decisão, sendo as audiências públicas, um

canal de comunicação da comunidade, onde há oportunidade de debater, solicitar esclarecimentos e contribuir para aperfeiçoamentos do Projeto (BRASIL, 1981, 1986, 1997).

A realização de Audiência Pública é regulada pela Resolução CONAMA nº 09/1987, conforme os Artigo 2º e 3º:

Artigo 2º: Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública.

Art. 3º. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

(BRASIL, 1987).

Deve ser dada ampla divulgação para as audiências públicas, atingindo o maior número possível de pessoas e principalmente as que residem ou transitam no entorno do empreendimento. As Audiências Públicas devem ser realizadas em local amplo, de fácil acesso e próximas ao empreendimento proposto.

E concordando com Morrow e Torres (1998, p. 147),

(...) os indivíduos não se encontram naturalmente prontos para a participação política. Necessitam de educação em várias vertentes da política democrática, incluindo a justificação das normas, o comportamento ético, o conhecimento do processo democrático e do desempenho técnico.

A Avaliação de Impactos Ambientais não é um instrumento de decisão, mas sim, de fornecimento de subsídios para o processo de tomada de decisão. Seu propósito é suprir informações por meio do exame sistemático das atividades do projeto. Isto permite maximizar os benefícios, considerando os fatores saúde, bem-estar humano, meio ambiente e elementos dinâmicos no estudo para avaliação (COSTA, CHAVES e OLIVEIRA, 2005). Somente

quando superada essa fase de discussão dos estudos ambientais o órgão ambiental competente poderá emitir as respectivas licenças ambientais.

Quanto à participação da sociedade civil nesse processo, esta se dá na fase de discussão sobre os impactos ambientais, tanto aqueles apontados nos estudos ambientais quanto aqueles identificados pelo órgão ambiental técnico competente para tal análise, bem como outros que a própria sociedade civil atingida pelos impactos potenciais poderá apontar.

4.3. AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

4.3.1. Audiência Pública como Canal de Diálogo entre Governo e Sociedade Civil

No Brasil, por se tratar de um bem público, o meio ambiente deve ser administrado pelo Estado, conforme o Artigo 225 da Constituição Federal, com a participação da sociedade exercendo o controle social (BILAR et al., 2017).

O controle social está intimamente relacionado à participação social na gestão pública. Os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, possam exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação (BRASIL, 2018).

A Audiência Pública no processo de Avaliação de Impacto ambiental encontra-se ordenada na Legislação Ambiental do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA,

como o principal mecanismo de participação da sociedade. Tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental, em análise, esclarecendo dúvidas e recolhendo dos presentes, críticas, sugestões, buscando aperfeiçoamento do Estudo e incorporação das demandas da sociedade.

Define Moreira Neto (1992), que a Audiência Pública é :

Um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual (p. 149).

No mesmo ponto de vista, entende Freitas (2010), que a Audiência Pública:

É o momento que as pessoas preocupadas com os reflexos da obra ou atividade possuem para externar suas posições. Bem por isso, tudo deve ser feito para que haja participação popular, possibilitando ao administrador o maior número possível de elementos, a fim de que possa decidir da maneira mais condizente com o interesse público (p.144).

A realização da Audiência Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental encontra-se presente desde a Lei 6.938 de 1981, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e respectivo Decreto nº 88.351 de 1983 que a regulamentou.

A Resolução CONAMA nº 01 de 1986, considera a necessidade de se estabelecer as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e complementa no Artigo 11 § 2º que: “promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA”.

O artigo 3º da Resolução CONAMA nº 237/1997, obriga o poder público a dar publicidade ao Estudo de Impacto Ambiental e ao respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, garantindo assim, a realização de audiências públicas,

Art. 3º. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação (BRASIL, 1997).

A audiência pública não é uma instância deliberativa e sim consultiva, portanto, não possui caráter decisório. Entretanto, todos os documentos entregues nas Audiências e as atas, serão utilizados para compor o Parecer Técnico final elaborado pelo órgão ambiental responsável e a Resolução do Conselho de Meio Ambiente, respeitando-se a legalidade e os aspectos técnicos, bem como, a vontade política.

Determina o art. 5º da Resolução CONAMA nº 09/1987: “As atas das audiências públicas e seus anexos servirão de base, juntamente com o RIMA, para a análise e o parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto”.

A realização de audiências públicas é prática democrática e todo o processo deve ser marcado pela transparência. A Lei Federal nº 10.650 de 2003, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA e obriga o acesso público às informações, aos documentos e aos processos administrativos.

Art. 2 Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico (BRASIL, 2003).

A publicidade em todo o processo do licenciamento ambiental é condição obrigatória, deve acompanhar todas as fases do processo: seja na divulgação e na mobilização dos cidadãos; na disponibilização e acessibilidade de documentos de referência.

Agra Filho (2008 p. 138) chama a atenção para o que vem ocorrendo de fato, o autor entende que

(...) a disponibilidade de informações, além de insatisfatória, ocorre em prazos exíguos para uma apreciação adequada. Desse modo, a assimetria de informações tem sido um fator determinante e com sério comprometimento na obtenção dos objetivos institucionais preconizados, tornando essas audiências somente um procedimento cartorial para atendimento legal.

A audiência pública é uma das importantes etapas para o licenciamento ambiental é o principal canal de participação da comunidade.

Na Audiência Pública a comunidade tem a oportunidade de conhecer o EIA, formar sua opinião e colocar elementos que servirão para a análise técnica e legal. Esta funciona como um “termômetro”, observam-se angústias, anseios, incertezas, certezas, pontos positivos e expectativas dos cidadãos envolvidos.

Esse é o momento que a comunidade tem a oportunidade de debater, solicitar esclarecimentos e contribuir para o aperfeiçoamento do projeto, já que ninguém conhece melhor a rotina, os problemas e costumes do local onde mora do que os próprios moradores.

É a ocasião em que o Empreendedor, Elaborador do EIA, Órgão licenciador e o Conselho do Meio Ambiente tem de observar e sentir a percepção da comunidade sobre o EIA em análise.

A democracia redistributiva e a participação democrática deve incidir tanto na ação de coordenação do Estado como na atuação dos agentes privados. Em outras palavras: não tem sentido democratizar o Estado se não se democratiza a esfera não estatal. Só a convergência entre estes processos de democratização permite reconstruir o espaço público da deliberação democrática (SANTOS, 2007, p.128).

Corroborando, a Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Habitat III - em outubro de 2016, em Quito no Equador, reuniu, Chefes de Estados, Ministros, Organizações da Sociedade Civil, Comunidades Locais, Científica e Acadêmica, Representantes do Setor Privado e decidiram por adotar uma Nova Agenda Urbana. Como consta no princípio 13, fica firmado que as cidades e os assentamentos humanos:

(b) sejam participativos, promovam engajamento civil; engendrem sentimentos de pertença e apropriação entre todos os seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados a famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes são satisfeitas, reconhecendo-se as necessidades específicas daqueles em situações vulneráveis (ONU, 2016).

As audiências são consideradas parte essencial do processo da Avaliação de Impacto Ambiental e do licenciamento, na medida em que podem ampliar a percepção do órgão ambiental sobre os impactos, e os incômodos que podem ser causados à população, por projetos passíveis de implantação. Contribuem para identificar conflitos locais e grupos ou indivíduos que possam estar interessados ou ser afetados por um projeto (FERRER, 1996.)

4.3.2. Audiência Pública no Município de São Paulo: histórico e legislações

No Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, os municípios são entes cooperativos para controle e fiscalização do meio ambiente e suas responsabilidades advêm do nível de organização em que se constituem em termos de órgão técnico da área ambiental, Conselho de Meio Ambiente e Fundo de Meio Ambiente.

Desde a criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP e seu respectivo Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES em 1993, pela Lei nº 11.426, o então primeiro Secretário, Werner Zulauf (1993 – 1998), determinou que no município de São Paulo para todos os empreendimentos em processo de licenciamento Ambiental, deveriam ser realizadas Audiências Públicas, sem que fossem solicitadas. E, desde então assim foi feito.

No período de 2005 a 2012, o Secretário Eduardo Jorge assumiu a Secretaria e a Presidência do CADES e pela Lei Municipal nº 14.887 de 2009, reorganizou a SVMA, garantiu a paridade numérica das representações não governamentais e de governo e considerou a diversidade regional de uma Cidade Metrópole, como São Paulo, procurando garantir esta representação entre os conselheiros não governamentais eleitos.

Esta gestão também localizou uma lacuna no processo democrático para a discussão de empreendimentos que não previam estudo obrigatório, como obras de menor porte ou estudos de impacto de vizinhança. Para não se confundir com as Audiências Públicas obrigatórias, denominaram-se esses encontros de Apresentação Pública, seguindo o mesmo rito de uma Audiência Pública.

Isso foi uma conquista, pois Projetos que não seriam objeto de discussão com a Sociedade, passaram a ser conhecidos e debatidos, mostrando a transparência e a ampliação da participação social.

Apesar da regulamentação existente, há posicionamentos críticos em relação à transparência e força da Audiência Pública na garantia de um processo democrático de participação.

Neste sentido, Antunes (2005) considera que “a pouca tradição democrática de nossa sociedade faz com que a audiência pública seja, de longe, o mais criticado dos institutos jurídicos postos a serviço da defesa do meio ambiente” (p. 284).

A fragilidade do debate e as próprias condições em que as informações são fornecidas dificultam um questionamento mais elaborado sobre a validade dos objetivos do projeto e as potencialidades que ele representa e, sobretudo, sobre os conflitos de uso que pode trazer (AGRA FILHO, 2008, p.138).

As Audiências Públicas na SVMA/CADES são reguladas pela Resolução n.º 177/CADES/2015, que alterou a Resolução n.º 69/CADES/2002, que trata da necessidade de regulamentar e tornar públicos os procedimentos para convocação e realização de Audiências Públicas.

Importante ressaltar da Resolução:

Art. 1º - As Audiências Públicas, para fins de licenciamento ambiental, têm por objetivo apresentar, debater, esclarecer e recolher sugestões sobre os empreendimentos e atividades e seus respectivos estudos ambientais, não possuindo função deliberativa.

V. Sempre que a SVMA julgar necessário;

VI. Quando solicitada:

a. Por entidade civil sem fins lucrativos, constituída há mais de um ano e que tenha por finalidade social a defesa de interesse econômico, social, cultural ou ambiental, que possa ser afetado pelo empreendimento ou atividade objeto do respectivo EVA:

b. Por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos que representem legítimos interesses da coletividade, que possam ser afetados pelo empreendimento ou atividade;

c. Pelo Ministério Público Federal ou do Estado de São Paulo;

d. Pelo Poder Público Estadual por meio da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Art. 3º - À critério da SVMA poderá ser realizada mais de uma audiência Pública para o mesmo empreendimento ou atividade.

Parágrafo 1º - Nova Audiência Pública poderá ser requerida por, pelo menos, 50% mais uma das entidades sem fins lucrativos que participaram da primeira audiência, desde que essa solicitação ocorra em até 5 (cinco) dias úteis a contar da realização da anterior.

Art. 4º - As Audiências Públicas serão realizadas, sempre que possível, na região de influência do empreendimento ou atividade, em local de acesso público e instalações adequadas, podendo o órgão ambiental, no caso de mais de uma audiência, realizá-la em outros bairros.

Parágrafo único - Considerando a área de influência do empreendimento, a SVMA poderá determinar a localização das novas

Audiências Públicas, de modo a garantir as finalidades previstas no artigo 1º.

Art. 5º - A realização das Audiências Públicas dar-se-á anteriormente à elaboração pela SVMA do Parecer Técnico final sobre o empreendimento ou atividade a ser licenciado.

Parágrafo único - Convocada a Audiência Pública, o empreendedor, garantindo a mais ampla divulgação e participação dos interessados, deverá divulgá-la imediatamente por meio de jornal de grande circulação no Município de São Paulo, pela imprensa, por outros veículos de comunicação locais em especial de radiodifusão, e enviará à SVMA a comprovação dessa divulgação.

(SÃO PAULO-CIDADE, 2015)

Constata-se que a partir da Resolução n.º 177/CADES/2015, fica garantido em legislação que haverá Audiência Pública para todos os empreendimentos ou atividades em processo de licenciamento ambiental e sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental, Estudo de Viabilidade Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança.

Garantindo a mais ampla divulgação e participação dos interessados a convocação de Audiência Pública será feita com antecedência mínima de 20 dias, por meio de jornal de grande circulação no Município de São Paulo e pelo Diário Oficial do Município, veículos de comunicação locais, divulgação via Internet e outros meios de comunicação ampliada (SÃO PAULO-CIDADE, 2015).

Ainda segundo a resolução, são convidados para participar de todas as Audiências Públicas, o Prefeito Municipal; os Secretários Municipais; os Vereadores do Município de São Paulo; o Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; os Conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES; a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital; as Organizações Não Governamentais cadastradas no CADES; outras entidades com sede na região de influência do empreendimento ou atividade (SÃO PAULO-CIDADE, 2015).

É importante a escolha da metodologia a ser utilizada nas audiências. A metodologia inclui procedimentos que apresentem os objetivos, a ordem de manifestação e tempo, dando oportunidade para que todos contribuam com o Estudo em análise.

As audiências públicas na área ambiental são eventos formais, convocados e conduzidos por um ente governamental, cuja dinâmica segue regras previamente estabelecidas, e que tem como objetivo realizar uma exposição pública sobre um projeto sujeito ao processo de licenciamento ambiental e seus desdobramentos. Geralmente, sua dinâmica envolve a exposição do projeto e seus impactos, seguida de perguntas do público, esclarecimentos do proponente, consultores e agentes governamentais, e debates ou questionamentos (SÁNCHEZ, 2008).

De acordo com o Art. 11 da Resolução n.º 177/CADES/2015, as Audiências Públicas deverão seguir as seguintes etapas:

I. Composição da mesa e abertura dos trabalhos pelo presidente da Sessão;

II. Exposição do empreendimento ou atividade pelo empreendedor e pela equipe responsável pela elaboração dos estudos ambientais (EIA-RIMA ou EVA), em linguagem que garanta o amplo entendimento da natureza, dos objetivos e dos seus impactos (máximo de 30 minutos para cada exposição);

III. Debates:

a. Manifestações de representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais entidades civis (5 minutos para cada exposição - máximo de 30 minutos).

b. Manifestações dos presentes (2 minutos para cada exposição - máximo de 60 minutos).

c. Manifestações das autoridades presentes (5 minutos para cada exposição).

§ 1º - os inscritos terão direito a uma única manifestação, observada a ordem de inscrição.

IV. Réplicas:

a. Empreendedor (15 minutos).

b. Equipe responsável pela elaboração dos estudos ambientais (15 minutos).

§ 2º - A critério do presidente da sessão, os prazos acima previstos poderão ser ampliados em caráter excepcional.

(SÃO PAULO-CIDADE, 2015)

As Audiências Públicas são gravadas e transcritas, sendo lavradas atas que serão publicadas na página oficial da Prefeitura do Município de São Paulo / SVMA / CADES e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Serão anexados ao processo, todos os documentos que forem entregues à mesa diretora durante a Audiência. Todo este material é analisado pelos técnicos do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT /Divisão Técnica de Licenciamento Ambiental da SVMA, e conforme viabilidade serão incorporados ao Parecer Técnico e subsidiará a Resolução do CADES, respeitando-se o juízo legal, as conformidades técnicas, e critérios políticos.

As Audiências Públicas são realizadas durante o processo de análise do EIA e antes da emissão Parecer Técnico do DECONT e da Resolução CADES.

Não há obrigatoriedade de Audiências Públicas para a elaboração do Termo de Referência ou para o monitoramento e a avaliação das medidas mitigatórias e compensatórias. Em análise documental, descrita na metodologia, o depoimento de um participante demonstra uma experiência de participação em Audiência Pública ocorrida desde o termo de referência:

“Tive oportunidade de conhecer um projeto de urbanização que (...) atendeu este requisito de participação desde o termo de referência e avalio como muito positiva a forma como se deu a participação dos diferentes setores no processo, ocorreu a pré-audiência pública preparatória para a Audiência Pública e pós-Audiência Pública. Foi um processo integrado de Comunicação Social requerido até a Licença de Operação do empreendimento”.

Geralmente as Audiências Públicas geram grande insatisfação aos participantes. Embora as Audiências sejam consultivas, muitos desejam que certos aspectos já sejam deliberados. Outros solicitam respostas muito específicas, geralmente quando há desapropriação ou remoção de pessoas, informações que ainda não podem ser obtidas por meio do Estudo de Impacto Ambiental, necessitando chegar ao projeto funcional, detalhamento que por vezes não são abordadas no Estudo de Impacto Ambiental ou de forma ineficiente.

Há uma tentativa de garantir que o processo de participação não se esgote na Audiência Pública, mas se torne um processo mais contínuo de participação e Comunicação Social que precede a Audiência Pública e se estende além do licenciamento prévio para o de Licença Instalação e Licença de Operação. Este formato tem sido observado nos licenciamentos ambientais do Estado de São Paulo pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Desde o Termo de Referência para a Licença Prévia consta a obrigatoriedade de o responsável pelo empreendimento desenvolver um processo de diagnóstico dos grupos sociais que sofrerão direta ou indiretamente o impacto do empreendimento, sua avaliação e expectativas em relação a esta comunidade.

Estes grupos contatados estarão mais preparados e mobilizados para participar da Audiência Pública. Também diferentemente dos processos mais tradicionais em que obtida a Licença Prévia, as Licenças de Instalação e Operação se processam mais internamente nos órgãos técnicos governamentais.

A finalidade da audiência pública é criar um procedimento democrático de participação das comunidades que poderão sofrer os impactos ambientais potenciais de determinado projeto, para a discussão de suas características e em especial para aferir os impactos negativos ou positivos, de forma a permitir a definição de medidas mitigadoras, para reduzir efeitos negativos, e potencializadoras, para ampliar os positivos, enfim, para verificar a viabilidade ambiental do projeto (PHILIPPI JR e MAGLIO 2005).

4.4. MECANISMOS LEGAIS DE REPRESENTAÇÃO

4.4.1 Participação da Sociedade Civil

Historicamente, o Brasil não acusa processos significativos de participação da sociedade na discussão dos problemas comuns, na tomada de deliberações coletivas, nem em formas mais simples de atuação política e social. Foi apenas com o surgimento dos sindicatos e de outros tipos de organização dos trabalhadores, seguidos posteriormente pelos movimentos da ação católica, que despertaram e cresceram as lideranças no seio dos diferentes grupos sociais, notadamente, nos meios operário, estudantil e universitário. Mas apenas em meados do século XX, alguns anos após o término da Segunda Guerra Mundial, é que os ideais de reconstrução do mundo destruído pela guerra incorporaram a luta pelo estabelecimento de uma nova relação de poder na sociedade (CASTRO, 2003).

Foi a partir dos anos 1960, com a crescente conscientização das necessidades do meio em que viviam e atuavam, que essas lideranças passaram a um ativismo mais intenso, porém, foram drasticamente silenciadas pelo Movimento Militar e pelos regimes que vigoraram por duas décadas (1964-1985) (CASTRO, 2003).

Ao longo da transição brasileira, (...) alguns tipos distintos de atores políticos desempenharam seu papel no debate e na luta contínua acerca do futuro do país. (...) Nesse período, movimentos de bairro, associações profissionais e um movimento sindical que começava a ressurgir passaram cada vez mais a assumir uma aparência política, produzindo (ou acrescentando-se) um fermento que alguns autores chamaram de ‘a explosão da sociedade civil’. A sociedade civil tornou-se o principal campo de interação política. Assim, a transição tinha que criar um espaço dentro do qual esses novos atores sociais pudessem participar; o reconhecimento das diferenças não era o fim do processo, mas seu começo (KECK, 2010, p. 43).

Coube também, aos incipientes movimentos ambientalistas levantar bandeiras de renovação que o regime militar não podia simplesmente fazer baixar, dado o fato de que em todo o mundo havia um despertar da consciência ecológica e um respaldo, ainda que não intencional, a esse tipo de rebelião verde de que o Brasil começou timidamente a participar. Como expressa Gohn (2011), novas mudanças foram introduzidas com a democracia representativa e reforça a necessidade de se aprofundar os processos de participação social e política.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inseriu, em seu artigo 1º, a cidadania como um dos princípios fundamentais do Estado democrático. Dedicou, também, o capítulo VI ao Meio Ambiente, com enfoque não apenas no Poder Público, mas também na coletividade como responsáveis pela defesa e preservação do meio ambiente.

Art. 1.º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I a soberania;

II a cidadania;

III a dignidade da pessoa humana;

IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

IV – promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

(BRASIL, 1988)

Pode-se dizer, assim, que a Constituição de 1988, marcada por transformar o homem em cidadão, propiciou a criação e a ampliação dos canais de diálogo entre o Poder Público e

as organizações representativas da sociedade civil, sobretudo aquelas ligadas à atuação na área ambiental.

Fortalecendo as legislações anteriores, sancionaram-se outras formas de participação no contexto da gestão ambiental. Tais como a aprovação da Resolução CONAMA nº 237/1997, que considera a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e a Lei Federal 9.605/1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O Artigo 20 da Resolução CONAMA nº 237/1997, reforçou a participação social:

Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou à sua disposição, profissionais legalmente habilitados (BRASIL, 1997).

A Lei Federal nº 9.605/1998 adicionou: a importância de os municípios terem uma estrutura ambiental, que lhes desse o direito de exercer o poder de polícia para aplicar a legislação; enfatizando a necessidade de criação do Fundo de Meio Ambiente, com participação da sociedade civil, para receber o repasse de recursos provenientes de multas por infrações ambientais e o estabelecimento de penas severas para as infrações ambientais, incluindo as provenientes de omissões de autoridades públicas, entre outras (BRASIL, 1998).

Para reforçar a participação da sociedade civil, a Lei Federal nº. 10.257 de 2001, conhecida por Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. A Lei tem como fundamento reflexões e propostas que tratam de diversos temas nas áreas ambiental, social, econômica e política, constituindo-se num importante mecanismo para a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável no plano local.

O artigo 2º, inciso II tem por diretrizes gerais:

II - Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Toledo, Giatti e Jacobi, (2014) entendem que a participação é um conceito amplo que envolve sentidos práticos, teóricos e institucionais. Essa multidimensionalidade dificulta tentativas de definir o valor ou os efeitos da participação. Para Lavallo e Vera (2011) isso se dá, não apenas em decorrência da diversidade de expectativas nela depositadas e de que a aferição de efeitos é operação sabidamente complexa, mas devido ao fato de se quer existir consenso quanto aos efeitos esperáveis da participação, ou, pior, quanto à relevância de avaliá-la por seus efeitos.

“Qualquer processo coletivo de mobilização e discussão se esgota, caso não haja consequências práticas com algum retorno palpável, que seja percebido pelos seus participantes”, acredita Quintas (2006 p.120).

“O amadurecimento da capacidade crítica e reflexiva é resultado da participação consciente na sociedade, ou seja, os dois processos acontecem concomitantemente e se complementam”, acrescenta Pelicioni (2000, p.9).

Quanto à heterogeneidade da sociedade Lima (2004) argumenta:

(...) sabemos que a sociedade humana não é homogênea e harmoniosa, mas formada por uma multiplicidade de grupos sociais dotados de valores, ideologias e interesses bastante heterogêneos, que disputam entre si o privilégio de dirigir o processo social segundo suas posições e interesses. Cada uma das diversas esferas que compõe a sociedade – o Estado, as empresas, as ONGs, os movimentos sociais e os segmentos internos a cada uma dessas esferas – tem um interesse, uma concepção e uma proposta de encaminhamento para a crise ambiental que são diferentes entre si. Isso supõe o conflito e a luta pelo poder.

Para Quintas (2002) há uma desproporção entre as forças de poder, um fator que dificulta, muitas vezes, a participação das comunidades no enfrentamento de problemas

ambientais que lhes afetam diretamente, é a sensação de impotência frente à sua magnitude e à desfavorável correlação de forças subjacente.

Apesar do discurso quase universal de ampliação de espaços participativos a prática muitas vezes, mostra-se desanimadora, seja por parte das instituições coordenadoras e executoras, que não dispõe de tempo, recursos e pessoal capacitado; seja por parte dos atores interessados, que muitas vezes perdem a credibilidade nos processos participativos (MALHEIROS, COUTINHO e PHILIPPI JR, 2012).

Uma sociedade sustentável só é possível por meio do respeito às culturas e da admiração pela sua diversidade, da busca da justiça social profunda e da reconstrução do convívio harmonioso com as outras espécies que formam a biodiversidade de cada local. Com isso, as múltiplas soluções de sustentabilidades ambientais estarão naturalmente encaminhadas (ANTONELO et al., 2017, p. 84).

A Constituição Federal insere no artigo 37, atenta aos princípios republicanos da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e eficiência. Ainda persistem no cotidiano do aparelho do Estado, práticas características do patrimonialismo, cujo traço marcante é a subordinação do interesse público a interesses privados. Esta prática faz com que a administração pública muitas vezes, dedique mais esforços à distribuição de favores do que à promoção da cidadania. Nem sempre o poder público age no sentido de garantir o interesse público (QUINTAS, 2002). Mostra-se quase sempre uma relação de tensão da sociedade com a administração pública.

Para Layrargues (1999 p.134), “a participação transcende a clássica fórmula de mera consulta à população, pois molda uma nova configuração da relação Estado e Sociedade, já que envolve também o processo decisório”.

“Participação, engajamento, mobilização, emancipação e democratização são as palavras-chave. Isso supõe apropriação tanto pelo conhecimento quanto pela participação das decisões e ações públicas” (OLIVEIRA, 1999, p.9).

Neste contexto teremos indivíduos motivados, e empoderados. Pelicioni e Pelicioni (2007 p.320), concluem que “somente motivados e capacitados os indivíduos poderão incorporar novos significados, valores e práticas para melhorar sua qualidade de vida e se empoderar”.

Para Wallerstein (2006 p. 17) “o empoderamento é um processo de ação social pelo qual indivíduos, comunidades e organizações adquirem domínio sobre suas vidas no contexto de mudança de seu ambiente social e político, para melhorar a equidade e a qualidade de vida”. Complementa RIFKIN (2003) que o empoderamento tem o objetivo de melhorar os recursos e as oportunidades dentro da sociedade, permitindo que os indivíduos realizem escolhas para o alcance de situações mais justa.

O Empoderamento implica em conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não simples doação ou transferência por benevolência. (SCHIAVO e MOREIRA, 2005).

Para Rocha (2009) a participação dos cidadãos no processo de gestão dos bens públicos de uma sociedade rompe com o modelo de centralização do poder, característico dos regimes autoritários.

Existem várias formas e modalidades de participação, os mecanismos, canais ou instrumentos de participação nos negócios estatais são numerosos. Entre eles, citamos o orçamento participativo, o planejamento participativo, as organizações não governamentais, os meios de comunicação social, os conselhos e as ouvidorias (SIRAQUE, 2004). No entanto, para que as Instituições possibilitem a participação dos cidadãos nas decisões políticas, é preciso que haja descentralização de setores, das ações e das decisões.

As estratégias de ação e participação, voltadas para cada realidade, buscam transformar as relações entre os indivíduos, os grupos e o meio ambiente, de forma a garantir

a justiça social e a democracia. Além disso, procura reavaliar a prática a partir da teoria discutida e trabalhar a teoria a partir da prática vivida (FREIRE, 1998).

E assevera a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Princípio 10:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos (ONU, 1992).

Recentemente (2018), representantes de 24 países da América Latina e do Caribe reunidos em San José, Costa Rica, adotaram em 04 março de 2018, o primeiro Acordo Regional vinculante para proteger os direitos de acesso à informação, à participação pública e o acesso à justiça em assuntos ambientais, em atendimento ao Princípio 10 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, um instrumento legal inédito para a região.

O objetivo do acordo é garantir a implementação plena e efetiva na América Latina e no Caribe dos direitos de acesso à informação ambiental, à participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais e no acesso à justiça em assuntos ambientais, assim como a criação e o fortalecimento das capacidades e da cooperação, contribuindo para a proteção do direito de cada pessoa, das gerações presentes e futuras, a viver em um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2018).

Nos Estados Unidos a *National Environmental Policy Act* – NEPA em 1970, cria o *Council Environmental Quality* (Conselho de Qualidade Ambiental) como instituição responsável pela definição de programas, regras e procedimentos para a Avaliação de Impacto Ambiental, entre eles a apresentação de uma Declaração de Impacto Ambiental à sociedade. A NEPA assegura a participação pública ainda na etapa de definição do escopo inicial,

garantindo que os problemas sejam identificados e avaliados no início do processo (WEBB & SIGAL, 1992).

Para Richardson, Dusik e Jindrova (1998), a participação pública nos países da Europa Central e Oriental, devido a incipiente democratização na tomada de decisão, as organizações não-governamentais começaram a desempenhar um papel crítico, reforçando a necessidade de uma reforma e estabelecendo pró-ativamente novas práticas de participação pública. Na Tchecoslováquia, o uso de métodos padronizados, como consultas formalizadas fez com que organizações não governamentais organizassem processos de participação pública paralela, que acabaram promovendo um importante modelo no sentido de melhorar os resultados de Estudos de Impacto Ambiental.

Os Estudos de Impacto Ambiental no Canadá são registrados na *Canadian Environmental Assessment Agency* (Agência Canadense de Avaliação Ambiental) e, uma vez registrados, o ministro pode decidir, discricionariamente, qual projeto precisa ou não de análise de impacto ambiental. Uma coisa muito importante do direito canadense é a possibilidade de revisão judicial de decisões administrativas. Não há possibilidade alta de revisão judicial, porque o judiciário tem muito respeito pela imagem do executivo. Então se faz uma análise de *standart of review*, para saber o quanto de deferência deve ser conferido, pelo judiciário, à decisão administrativa (STEVENSON,2017).

Segundo Palerm (1999), a legislação de Avaliação de Impacto Ambiental na Hungria mostra uma melhoria em direção a maiores oportunidades de participação pública, e em alguns aspectos superam as da União Europeia. Talvez devido à ausência de Organizações não Governamentais bem estabelecidas e consulta voluntária tem havido uma maior urgência em criar mecanismos formais para assegurar níveis de participação mínimos.

É dentro desse contexto, portanto, que se coloca o Conselho de Meio Ambiente, importante instrumento de participação da sociedade e que exerce sua função principal como formulador das políticas ambientais.

Os Conselhos de Meio Ambiente são espaços para o exercício político, uma vez que, representam do ponto de vista da lei, uma iniciativa que possibilita o estabelecimento de novos fóruns de participação e novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. Os Conselhos são investidos de prerrogativas deliberativas e fiscalizadoras (MACIEL, 2010). Exercem o controle social, definido por canais de participação na gestão governamental, com a presença de sujeitos coletivos nos processos decisórios (ASSIS; VILLA, 2003).

O Controle Social consiste em mecanismos de participação social e acompanhamento dos recursos e políticas públicas por parte da sociedade civil. A participação social, enquanto um princípio democrático, foi consagrada com a Constituição Federal de 1988, resultado do clamor de diversas lutas sociais. Cada vez mais, os governos têm sido desafiados a construir políticas públicas que levem em conta os anseios da sociedade civil (SÃO PAULO-CIDADE, 2018).

A gestão ambiental é função do Estado que, para exercê-la eficientemente, deve levar em conta a parcela de responsabilidade que cabe à sociedade. A União, os Estados e os Municípios são os principais gestores do meio ambiente, desempenhando, formalmente, o papel de controladores, enquanto na sociedade, esse papel, embora fundamental para a defesa do meio ambiente, é incipiente.

A iniciativa de abordar questões ambientais por meio de Conselhos com participação da sociedade civil favorece a explicitação dos conflitos e a construção de consensos, revelando-se alternativa viável para a formulação e implementação de políticas públicas na área ambiental (BORGES; CASTRO; CENEVIVA, 2006), entendendo construção de

consenso como o processo coletivo na busca de um entendimento comum e compartilhado. “A percepção individual e coletiva surge a partir de como se dá uma organização social assim como, de que forma são estabelecidas as relações entre os sujeitos da sociedade” (FERNANDES et al., 2016, p. 439).

Demo (1988, p.17), afirma que participação é conquista. Não é doação, dádiva, presente nem imposição. Nunca é suficiente. Bordenave (1994 p.22) complementa, a participação é um processo democrático e implica em: “fazer parte, tomar parte, ter parte”.

O conjunto de medidas legais criadas até o momento têm demonstrado e exigido articulação da sociedade no sentido de construir ações e práticas educativas voltadas para a sensibilização e organização da coletividade sobre as questões ambientais na defesa da qualidade do meio ambiente. A Carta de Atenas firmada em Atenas na Grécia, em 1933 e atualizada em 2003, pelo *4º Congrs Internacional d’Architecture Moderne*, colocou os cidadãos em posição central na tomada de decisão em relação às cidades (CEU, 2003).

A participação permite que a administração pública com seus rgos responsveis pelas decises, visualize os anseios, necessidades e oportunidades da populao, bem como, outros aspectos que vo lm do prprio projeto. um processo de aprendizagem de ambos os lados.

Philippi Jr e Pelicioni (2002 p.4) preconizam que a “Educao Ambiental como educao cidad, deve fomentar a participao crtica e ativa dos sujeitos sociais tanto para conservar quanto para transformar a realidade-ambiente, visando qualidade de vida dos grupos sociais e da sociedade de modo geral”.

Essa participao aprendida, apreendida e dinmica. S se aprende a participar, participando, tornando-se, portanto, evidente o papel da educao em todo o processo.

 pela ao que cada homem confirma sua singularidade, pois na sua ‘capacidade de realizar o infinitamente improvvel’, a ao significa, antes de tudo, ‘dar incio a um novo comeo’. Mas a ao exige um espao de aparecimento para que se torne tangvel na sua capacidade

de produzir fatos e eventos. (...) ‘o espaço público é o lugar que preserva a ação do esquecimento’ (TELLES, 1990, p.35).

4.4.2. Educação Ambiental para uma Participação Efetiva nos Processos Decisórios

A Lei federal nº 9.795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, no artigo 5º, estabelece dentre seus objetivos fundamentais, “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como valor inseparável do exercício da cidadania”. Considera o fortalecimento da cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

O ser humano é um ser situado no mundo e com o mundo, capaz de refletir sobre ele, com o objetivo de transformá-lo, por meio do trabalho e das ações políticas. A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura e na história se faz na medida em torna-se consciente da importância disto. O homem é sujeito da educação e esta é sempre um ato político transformador (FREIRE, 1975).

Para Pelicioni, Castro e Philippi Jr (2014, p. 827), aliando-se a Paulo Freire, entendem que a educação ambiental, como processo de educação política, procura fazer com que a cidadania seja exercida integralmente e gere uma ação transformadora, a fim de melhorar a qualidade de vida da coletividade. Para Ribeiro (2001, p. 66), “a educação em si, no entanto, não constitui a cidadania. Ela dissemina os instrumentos básicos para o exercício da cidadania”.

Os indivíduos não se encontram naturalmente prontos para a participação política. Necessitam de educação em várias vertentes da política democrática, incluindo a justificativa das normas, o

comportamento ético, o conhecimento do processo democrático e do desempenho técnico (MORROW; TORRES, 1998, p. 147).

Neste sentido, a participação da sociedade nos processos decisórios como os Conselhos de Meio Ambiente, requer conhecimento, atuação e corresponsabilidade. Somente desta forma, cada cidadão estará apto a exercer o controle social.

Cabe à Educação Ambiental, enquanto processo político pedagógico, formar para a cidadania, desenvolvendo conhecimento interdisciplinar baseado em uma visão integrada de mundo, possibilitando que pessoas sejam capazes de relacionar causas e consequências dos problemas ambientais, discutir questões, estabelecer prioridades, tomar decisões e exercer sua representatividade, buscando a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade.

Educação para o desenvolvimento sustentável é um conceito dinâmico que compreende a nova visão da educação que busca empoderar pessoas para assumir a responsabilidade de criar e desfrutar um futuro sustentável (UNESCO, 2002).

A educação vai criar condições para isso, já que investe na formação de atitudes positivas que definem os comportamentos a serem adotados. Deste modo, educar não é mudar comportamentos, atuando apenas na área psicomotora, mas é principalmente atuar na área cognitiva e afetiva (ao mesmo tempo) a fim de mudar, resgatar ou formar valores que reflitam e se transformem em ações sustentáveis na busca por um mundo melhor. A educação deve atingir a todos os membros da sociedade, isto é, gestores e população de modo a possibilitar um diálogo produtivo e respeitoso que privilegie o bem comum. Expressa Freire (1980, p.25) “(...) estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”

Pode-se mesmo reforçar a ideia de que sem o adequado desenvolvimento de processo educativo emancipatório da sociedade, levando-a a ter participação efetiva nos processos de decisão que possam impactar sua qualidade de vida, torna-se impossível pensar em

sustentabilidade urbana. Esta afirmação traz como consequência a visão clara de que o aperfeiçoamento de políticas, planejamento e gestão das cidades depende de ações que privilegiem o respeito ao cidadão e a educação de qualidade da sociedade.

Manter e melhorar a qualidade de vida da população não é apenas responsabilidade dos governos, por meio da elaboração de normas, ou pela aplicação das leis, mas também, e principalmente, pelo compartilhamento da responsabilidade com a comunidade que pode, participando, acionar os instrumentos de que dispõe para a defesa dos seus direitos.

A Educação Ambiental, como educação política visa a participação do cidadão na busca de alternativas e soluções aos graves problemas ambientais. Não se deve perder de vista os inúmeros e complexos desafios políticos, ecológicos, sociais, econômicos e culturais que se têm pela frente, seja no momento presente, seja no futuro. A autonomia, a cidadania e a justiça social não são metas a serem conquistadas num futuro distante, mas devem ser construídas no cotidiano das relações afetivas, educacionais e sociais (REIGOTA,1997).

Um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões. Ademais, no contexto mais específico do meio ambiente e do desenvolvimento, surgiu a necessidade de novas formas de participação. Isso inclui a necessidade de indivíduos, grupos e organizações de participar em procedimentos de avaliação do impacto ambiental e de conhecer e participar das decisões, particularmente daquelas que possam vir a afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham (ONU, 1995 p.361).

A avaliação de impacto ambiental visando o licenciamento ambiental somente se torna possível, legítimo e transparente se houver efetiva participação da sociedade civil, seja por meio de representação nos Conselhos de Meio Ambiente, assim como por outros espaços coletivos e até mesmo individualmente. Essa participação é aprendida e dinâmica. Só se aprende a participar, participando, tornando-se, portanto, evidente o papel da educação ambiental em todo o processo.

5. CENÁRIO DE ESTUDO

5. CENÁRIO DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES. Sendo o mais populoso do estado e do país, abriga uma população de 11.253.503 habitantes. Esse número é maior que a população de muitos estados brasileiros. Se a capital paulista fosse um estado, teria a quinta maior população do país à frente do Rio Grande do Sul (11.286.500 habitantes), do Paraná (11.242.720) e de Pernambuco (9.410.336) (FUNDAÇÃO SEADE, 2017).

Segundo o The World Factbook (2017), há mais pessoas vivendo na cidade de São Paulo do que em alguns outros países, isto é, a capital tem uma população maior que a de Portugal (10.825.309), que a da Bélgica (10.323.973), a da Suécia (9.801.616), do Paraguai (6.783.272) e do Uruguai (3.341.893).

Tendo o CADES sendo criado em 1994, chegando aos 25 anos de atuação tem apresentado resultados bastante positivos cumprindo seu papel como órgão ambiental local. No entanto, cada vez mais torna-se necessário avaliar o funcionamento deste instrumento de gestão ambiental o que justifica a presente pesquisa.

O Município de São Paulo está enquadrado na tipologia “Alto” para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local. A Normativa do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - CONSEMA 01/2014, conforme item I - para realizar o licenciamento ambiental de atividades cujo impacto ambiental seja classificado como ALTO, o Município deverá, simultaneamente:

- ser enquadrado na categoria de GRANDE porte, assim considerado por possuir número de habitantes superior a 500.000 (quinhentos mil), conforme os dados do último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

- ter histórico de funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente superior a 5 (cinco) anos;
- possuir equipe técnica multidisciplinar própria formada por no mínimo 20 (vinte) profissionais qualificados, legalmente habilitados por seus respectivos órgãos de classe, em áreas relacionadas ao licenciamento ambiental (SÃO PAULO-ESTADO, 2014).

Para a ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (2014), São Paulo é uma cidade que se destaca no cenário nacional em função da grandeza de seus números, ou seja, tudo que se pode mensurar é superlativo.

Pela complexidade dos problemas a serem enfrentados e no momento em que se revela e se desenvolvem atitudes de prática da cidadania como defesa intransigente dos direitos do cidadão, é relevante o papel dos Conselhos locais de Meio Ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938 de 1988, colocou os Conselhos Municipais do Meio Ambiente, integrantes do Sistema Municipal do Meio Ambiente, como instâncias nas quais a Sociedade deve participar do processo decisório. Constituem um espaço de discussão e disseminação de informações ambientais, em que as questões de interesse da Sociedade e do Poder Público são debatidas frente aos desafios do planejamento ambiental (CASTRO et al., 1998).

Neste sentido, o município de São Paulo, é representado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, onde os conflitos devem receber o tratamento necessário para contemplar resoluções por meio dos mecanismos disponíveis de políticas e gestão ambiental.

A projeção do cenário tendencial para a cidade de São Paulo apresenta uma visão na qual a maior e mais importante cidade do hemisfério sul enfrenta desafios crescentes decorrentes de um crescimento desordenado que agrava os desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais, observados ao longo de décadas (SÃO PAULO-CIDADE, 2012, p. 46).

6. ABORDAGEM METODOLÓGICA

6. ABORDAGEM METODOLÓGICA

6.1. QUESTÃO DE FUNDO

“O ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (JOSÉ FILHO, 2006, p.64).

Se os instrumentos legais de participação da sociedade civil no processo de licenciamento ambiental fossem utilizados conjugando os objetivos da administração pública e as necessidades da população em todas as fases, haveria uma atuação mais efetiva e motivada da população exigindo maior rigor na qualidade dos estudos de impacto ambiental, e, conseqüentemente, produzindo empreendimentos com menor impacto socioambiental. O processo de licenciamento ambiental somente tem sentido se as demandas da população corresponderem às necessidades sentidas e forem efetivamente atendidas.

Desse modo, é fundamental investigar se o que a Sociedade tem demandado tem sido atendido.

6.2. NATUREZA DA PESQUISA

Com base nos objetivos desta pesquisa, optou-se pela pesquisa exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória de acordo com Gil (1991, p.45), visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, novas ideias.

Para Triviños (1987), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

6.3. POPULAÇÃO DE ESTUDO

A população de estudo foi composta por 20 conselheiros integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES e 3 Gestores: um Coordenador e um Presidente do CADES e um Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT da SVMA, abrangendo as composições entre os anos de 2010 a 2016.

De um total de 36 membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, entre os anos de 2010 a 2016, foi constituída uma amostra de 20 Conselheiros que concordaram em participar da pesquisa.

Essa amostra foi obtida mediante uma análise prévia de dois mandatos, com um total inicial de 72 postos de conselheiro, 36 por mandato. Considerando-se as repetições de nomes, alguns não encontrados e um falecimento, a amostra se reduziu a 36 nomes.

Destes, 20 Conselheiros aceitaram participar das entrevistas. Sendo dez Conselheiros da Sociedade Civil e dez Conselheiros representantes da Administração Pública.

De cada amostra, foram agrupados 50% dos entrevistados que demonstraram maior participação pela assiduidade e atuação nas decisões do Conselho e os outros 50% foram agrupados levando-se em conta o contrário, a baixa frequência e atuação que participaram do Conselho nesse período (Figura 4).

Para abarcar os aspectos técnicos e políticos, tornou-se importante entrevistar três gestores: um Coordenador do CADES, um Presidente do CADES e um Diretor do

Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT da SVMA, a fim de complementar e compreender os dados obtidos inicialmente (Figura 4).

A análise documental foi realizada entre os anos de 2016 e 2017 e as entrevistas ocorreram durante o ano de 2017.

Figura 4: População de Estudo

- 50% dos entrevistados demonstraram maior participação considerando a assiduidade e atuação nas decisões do Conselho.
- 50% foram agrupados levando-se em conta a baixa frequência e atuação.

-
- Aspectos Técnicos
- Aspectos Políticos

Fonte: Elaboração própria

6.4. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, optou-se por realizar uma pesquisa qualiquantitativa. Segundo Minayo (1993), ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar sozinhas ou separadamente toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares.

Quanto à pesquisa qualitativa Minayo (1993, p. 21) afirma que:

(...) responde a questões muito particulares, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Desse modo, buscou-se, neste estudo, utilizar conhecimentos provenientes dos dois métodos. Para a fase exploratória, os instrumentos de pesquisa e intervenção adotados foram: revisão bibliográfica, análise documental e entrevista aberta e semiestruturada.

A revisão bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2006), é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema e ocorrerá do início ao fim da pesquisa.

A revisão bibliográfica de suporte ao tema pesquisado baseou-se conforme Medeiros e Tomasi (2008) em artigos em periódicos científicos, livros, teses, dissertações e resumos em congresso.

Para Gil (2008), pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica, a diferença está na natureza das fontes, pois esta vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da

pesquisa, existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações.

A entrevista foi utilizada como instrumento complementar para obtenção de dados, pois favorece quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Possibilita realizar a descrição de casos individuais, a compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e permite comparar também, diversos casos (MINAYO, 1993). Segundo Gil (1994, p. 91), por sua vez, “entrevista é uma técnica de interrogação que permite maior flexibilidade, tendo como objetivo básico a coleta de dados”.

A observação participante realizada pela autora nas Reuniões da Plenária e Audiências Públicas do CADES foi outro instrumento utilizado. Para Gil (2010 p. 121), na observação participante o pesquisador participa da vida da comunidade, do grupo ou da situação.

A observação participante é um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica (MINAYO, 2013).

Devido às diferentes abordagens metodológicas utilizadas optou-se por analisar os dados por meio da triangulação, que combina diferentes métodos ao mesmo estudo. Para Vergara (2006), a triangulação pode ser vista a partir de duas óticas: como estratégia que contribui com a validade de uma pesquisa e como uma alternativa para a obtenção de novos conhecimentos.

Já para Günter (2006), a triangulação é a utilização de diferentes abordagens metodológicas do objeto empírico para prevenir possíveis distorções relativas tanto à aplicação de um único método quanto a uma única teoria e por diversas vezes, impossível de ser visto em sua totalidade a partir de apenas um ângulo.

O uso de múltiplos métodos reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão. É um caminho seguro para a validação da pesquisa e uma alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observadores em uma mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao trabalho (DENZIN; LINCOLN 2006, p 19).

A figura 5 ilustra como a triangulação foi realizada nesta pesquisa.

Figura 5: Análise dos dados da pesquisa por triangulação

Fonte: Elaboração Própria

Ainda como parte dos procedimentos metodológicos, foi realizado o pré-teste com as entrevistas para os devidos ajustes no instrumento de pesquisa. O pré-teste foi realizado de outubro a dezembro de 2016 e aplicado com Conselheiros fora do período da pesquisa.

O pré-teste, conforme menciona Gil (1996, p. 95):

não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente aquilo que pretendem medir.

A entrevista com os Conselheiros obedeceu a um roteiro (**Apêndice 1**) pré-elaborado, contendo questões abertas e aplicadas individualmente. Para complementar as informações coletadas foram também realizadas entrevistas (**Apêndice 2**) com Gestores: um Coordenador e um Presidente do CADES e um Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT da SVMA.

As entrevistas foram realizadas após a concordância dos membros convidados que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, constante do (**Apêndice 3**).

A pesquisa foi autorizada em 19 de julho de 2016 pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo e teve a colaboração do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT e do Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES (**Anexo 1**).

Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a pesquisa atende a Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – Brasília / DF.

Nove Estudos de Impacto Ambiental – EIA, foram analisados cujos empreendimentos tiveram impacto no meio urbano, no período que compreende entre 2010 a 2016.

Na análise dos documentos, entraram os Estudos de Impacto Ambiental – EIA, cujos empreendimentos tiveram impacto no meio urbano, com seus respectivos Termos de Referência, Atas das Audiências Públicas, Resoluções aprovadas pelo CADES e Licença Prévia concedidas no período de 2010 a 2016.

Para compor os nove Estudos de Impacto Ambiental, obedeceu-se aos critérios de: maior participação e maior número de pessoas nas audiências públicas e repercussão na mídia. Na sequência separou-se os Estudos por tipologia.

- Obras Viárias;
- Sistemas de Transporte;

- Recursos Hídricos e
- Operação Urbana

Aspectos investigados nos documentos (Figura 6):

- **Termo de Referência:** Instrumento por meio do qual a Administração Pública descreve de maneira detalhada o que deve constar no EIA. Sendo um documento que estabelece diretrizes orientadoras para o estudo de impacto ambiental, verificou-se se foi solicitado, ou não, ao empreendedor levantar tensões sociais e conhecer a percepção dos moradores frente ao empreendimento.
- **Estudos de Impacto Ambiental - EIA:** optou-se por levantar impactos positivos e negativos listados no EIA, com prioridade aos aspectos socioambientais.
- **Atas das Audiências Públicas:** investigou-se os aspectos mais ressaltados pelos participantes na Audiência Pública com atenção aos aspectos socioambientais.
- **Resoluções aprovadas pelo CADES:** analisou-se se o que foi demandado pelos participantes presentes nas Audiências Públicas, foi acatado na Resolução do CADES.
- **Licença Prévia:** identificou-se a incorporação ou não das questões apresentadas na Resolução CADES.

Figura 6: Aspectos investigados nos documentos

Fonte: Elaboração Própria

O quadro 1 a seguir apresenta os nove empreendimentos localizados no Município de São Paulo que foram analisados por tipologia.

Quadro 1: Empreendimentos Analisados

	TIPO DE EMPREENDIMENTO	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
Empreendimento 1	Recursos hídricos	Controle de inundações da Readequação da Bacia Hidrográfica do Córrego Zavuvus – 2013
Empreendimento 2	Recursos hídricos	Obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva – 2014
Empreendimento 3	Obras viárias	Prolongamento e Reurbanização da Avenida Jornalista Roberto Marinho – 2012
Empreendimento 4	Obras viárias	Avenida Chucri Zaidan até a Av. João Dias, Ponte Burle Marx e complementos viários necessários – 2012
Empreendimento 5	Sistemas de transporte	Ligação da Linha 2 Verde – Trecho Oratório – Cidade Tiradentes, em sistema Monotrilho – 2011
Empreendimento 6	Sistemas de transporte	Ligação do Aeroporto de Congonhas a Rede Metroferroviária – Linha 17 Ouro – 2011
Empreendimento 7	Sistemas de transporte	Terminais e Sistemas Viários Corredor Capão Redondo / Campo Limpo / Vila Sônia – 2014
Empreendimento 8	Sistemas de transporte	Corredor Capão Redondo / Campo Limpo / Vila Sônia – 2014
Empreendimento 9	Operação urbana	Operação Urbana Consorciada Água Branca no Município de São Paulo – 2010

Fonte: Elaborado pela autora.

7. RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Foram analisados destacando-se os aspectos socioambientais os Termos de Referência, Estudos de Impacto Ambiental, Atas das Audiências Públicas, Resoluções CADES e Licença Ambiental Prévia concedida dos Empreendimentos conforme descrito no quadro 1.

7.1. EMPREENDIMENTO 1: READEQUAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO ZAVUVUS

As obras de controle de inundações da Readequação da Bacia Hidrográfica do Córrego Zavuvus, constituem uma série de obras estruturais que, em linhas gerais, consistem na construção de reservatórios de detenção, estruturas de extravasão, parques lineares e adequações no sistema viário..

Com relação aos aspectos socioambientais ocorreu desapropriação e reassentamento populacional; intervenções em áreas de preservação permanente e supressão de vegetação.

Quadro 2: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 1

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 1

Audiência Pública			Observação	
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:			A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a: <ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações. • Remoção e Reassentamento da comunidade. 	
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente à esclarecimentos aos presentes na Audiência Pública, percebeu-se a insatisfação, quanto as respostas oferecidas, tanto por parte dos Empreendedores da obra quanto da Administração Pública.
Foi solicitada nova Audiência Pública?		X		
Audiência Pública	Individual	Coletivo	Observação	
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?	X		Não se discutiu a importância ou não do Projeto para a Cidade.	
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Sim e aspectos mais específicos.

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

1. Desapropriação, Remoção e Reassentamento da comunidade

“...sou morador da área mais periférica que foi mostrada no vídeo, da área da beira do Córrego. O projeto ele é bem viável, mas a pergunta é: e a moradia do povo? E a moradia do povo que está na beira do Córrego? Vai sair para todo mundo os apartamentos? Vamos fazer a integração entre a SEHAB, a secretaria do verde e meio ambiente, para não prejudicar o mais pobre, o que está na pirâmide de baixo e vamos

agradecer a todos e rezar um pai nosso para agradecer se vai sair esse Córrego. Vamos rezando”.

*“...Nossa preocupação é moradia. A gente está preocupada com as pessoas que estão aqui. Poxa é em menor número, é, são pessoas de responsabilidade, e pessoas que estão saindo de seus serviços para vim direto para cá. Cadê a responsabilidade dessas pessoas que tiraram nós de lá? Se fosse para tirar-nos de lá e deixar nós nessa situação, deixasse nós lá, caramba. Agora a agente está nessa situação. Esse auxílio, essa ajuda de custo que não paga o aluguel, entendeu? Tem pessoas com depressão, pessoas morrendo e sempre a mesma pergunta. Aonde e que é a nossa moradia? Quando vai sair nossa moradia? Ninguém me responde, ninguém fala nada, a gente vai pra SEHAB e ninguém tem resposta, **a gente procura vir aqui e não tem resposta. Cadê a resposta? Alguém me responde? A SEHAB não veio** (grifo nosso). O aluguel atrasado a gente tem que pagar do bolso. A minha pergunta vai ficar no ar mais uma vez. É isso aí”.*

“...minha pergunta é a mesma. Cadê as moradias onde está o interesse político? O pessoal só lembra do povo na hora de eleição. Não é verdade? Então é o seguinte, o aluguel atrasa não tem resposta. Muito lindo, a gente sabe que isso aí não vai sair do papel. Então o que acontece: nós queremos resposta, as moradias, queremos saber onde nós vamos morar? Queremos pagar por isso, ninguém quer nada de graça não. Estamos incomodando vocês, porque incomodaram a gente lá, só retiraram a gente de lá porque não houve fiscalização. Hoje é área de risco, mas foi reinvasada. Cadê a fiscalização da subprefeitura? Entendeu? Então igual o Ricardo falou. Não existe interesse político. Então gente ano que vem tem eleição? Vamos atrás de quem ajuda a gente. O povo ajuda o povo, político não quer saber de ninguém não. Vamos fechar. Eles só acreditam só vem na gente quando a imprensa e população se manifestam. A imprensa já está junto com a gente”.

“...eu acho que tem que pensar primeiro na moradia para depois começar a implantar o projeto. E outra a reurbanização tem que ser pensada também em relação ao trabalho dos moradores. Se tira moradores daqui, manda lá para a pedreira, lá já não tem infraestrutura também, a estrada da Alvarenga trava e ninguém passa. Então é o seguinte, tem que pensar nas moradias, na locomoção das pessoas e dos carros, tem que criar o parque mais uma avenida paralela que sai aqui da universidade e vai até a vila missionária”.

“...a SEHAB tinha que estar aqui, a habitação tinha que estar aqui e responder pelos erros deles. Ou o que vão fazer com as famílias que vão sair. E os comerciantes que vão perder também seus comércios, quem vai se preocupar em vir falar com eles e resolver a situação”?

“...o que nós queremos aqui é respeito e respeito é ter habitação em primeiro lugar” (grifo nosso).

“...eu queria antes de explicar meu questionamento dizer que eu fiz formalmente uma solicitação ao chefe de gabinete do vereador para que a SEHAB estivesse presente aqui, ele falou que convidou mas eles não vieram...”

2. Referente à esclarecimentos sobre desapropriações, observou-se insatisfação da população quanto as respostas oferecidas aos presentes na Audiência Pública.

Representante da equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental:

“Essa audiência pública é para as questões ambientais. As questões habitacionais, moradias, elas vão ser atendidas numa outra fase. O projeto é feito por etapas. Então a SEHAB tem que fazer um cadastramento, tem uma sequência. Hoje a audiência pública é sobre a licença ambiental. (...) da minha parte só queria colocar que apresentamos a parte ambiental espero que seja viável para que o projeto ande na região e que todas as colocações aqui foram muito pertinentes. Só que é uma fase como a gente já explicou que infelizmente ou felizmente tem etapas a serem cumpridas, uma delas é o licenciamento ambiental e que esperamos que esteja bem encaminhado e que não atrapalhe o andamento das obras que são necessárias aqui na região”.

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

1. Referente a Remoção e Reassentamento:

- Meio socioeconômico – Desapropriações.
- Apresentar o Decreto de Utilidade Pública – DUP das áreas delimitadas para desapropriação para todo o empreendimento.
- Remoções e Reassentamento - Apresentar o Diagnóstico Socioeconômico das famílias diretamente afetadas pela intervenção.
- Apresentar Relatório documental e fotográfico, comprovando as ações iniciais de comunicação e esclarecimentos quanto ao empreendimento, impactos, e

medidas mitigadoras junto à população e atividades econômicas afetadas, assim como as lideranças comunitárias e associações.

- Apresentar o Decreto de Interesse Social – DIS e planta geral em escala compatível das áreas definidas para as Unidades Habitacionais.

2. Referente a Áreas Contaminadas

- Nos locais previstos para o reassentamento, identificar as áreas com potencial, suspeitas ou comprovadamente contaminadas cadastradas no banco de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP (Boletim de Dados Técnicos – BDT).

3. O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

- Apresentar a constituição da Comissão Intersecretarial SIURB/SEHAB/HABI que desenvolverá as ações programadas de implantação de serviços de infraestrutura com assentamento precário, conforme estabelece a Portaria Intersecretarial 02/11, relativa ao empreendimento: Readequação da Bacia Hidrográfica do Córrego Zavuvus.
- Apresentar o Diagnóstico Socioeconômico das famílias diretamente afetadas pela intervenção
- Apresentar Relatório documental e fotográfico, comprovando as ações iniciais de comunicação e esclarecimentos quanto ao empreendimento, impactos, e medidas mitigadoras junto à população e atividades econômicas afetadas, assim como as lideranças comunitárias e associações.

- Avaliação Ambiental Preliminar para as áreas classificadas como potencialmente contaminadas.
- Avaliação Ambiental Preliminar e Investigação Confirmatória para as áreas classificadas como suspeitas de contaminação.

7.2. EMPREENDIMENTO 2: OBRAS DE READEQUAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES DA BACIA DO ALTO ARICANDUVA

As obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva tiveram como objetivo principal reduzir a frequência de inundações, assim como reverter o quadro de degradação ambiental e implantação de parque linear. A implantação das obras permitirá também a retirada das famílias que ocupam de forma irregular as suas margens, permitindo a recomposição e revegetação das mesmas, assim como regularização dos lançamentos dos sistemas de esgotamento sanitário do entorno dos córregos, de forma a permitir a recuperação da qualidade de suas águas. As famílias que hoje estão expostas a riscos serão reassentadas.

Quadro 3: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 2

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 3 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 2

Audiência Pública			Observação	
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:			A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a: desapropriação, reaproveitamento da água, manutenção e fiscalização quanto invasão na área do piscinão e esclarecimentos sobre o parque linear.	
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente a esclarecimentos quanto desapropriação, reaproveitamento da água, manutenção e fiscalização quanto invasão na área do piscinão e esclarecimentos sobre o parque linear, percebeu-se insatisfação dos presentes quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública.
Foi solicitada nova Audiência Pública?		X		
Audiência Pública	Individual	Coletivo		Observação
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?		X		Discutiu-se a importância do Projeto para a Cidade.
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto as desapropriações, falta de comunicação com a comunidade, enchentes, aumento do fluxo de trânsito, traçado da ciclovia.
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Atendeu as reivindicações mais específicas da Resolução CADES

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

*“...eu estou observando o desenho do Parque Linear pela extensão dele, sei que precisamos **privilegiar as áreas verdes** e a função destinada a um Parque. Mas gostaríamos de saber sobre a possibilidade de prever, pelo menos uma transposição para fazer a **integração do sistema viário**, de um lado e do outro do Parque pela própria extensão do Parque. Pela dificuldade viária que a gente tem, existe uma escassez, não temos um viário coletor de ligação, temos apenas aquele trecho da Ragueb Chofi, que é uma via estrutural e a gente sente essa dificuldade em estar*

operando o sistema viário na região pela falta mesmo da estruturação viária. Gostaria de saber se existe a possibilidade de fazer um adendo integrando nesse projeto, pelo menos, uma alternativa de transposição, se a gente ainda tem tempo de estar prevendo?” (grifo nosso)

*“(...) as **águas dos piscinões poderiam ser reutilizadas** de alguma forma, até mesmo para reinfiltração no lençol freático da região ajudando no abastecimento de reservatórios aquíferos. Na verdade, reservatórios subterrâneos, ou então se essas águas poderiam ser utilizadas de outra forma para que elas não retornassem no rio, porque depois das **enchentes**, os piscinões abrem e as águas retornam para os rios e acabam caindo no Tietê de novo. É uma ideia/pergunta para ver se poderia ser feito alguma coisa com essas águas para gente não perder a água da chuva dentro da cidade” (grifo nosso)*

*“(...) temos a questão de trabalhar a **manutenção dos próprios piscinões e do Parque que vai estar sendo implantado**, um dos problemas que verificamos e que já era apontado lá na fase do licenciamento do piscinão II e III foi justamente a questão da zeladoria. Na época foi batido muito isso, a Prefeitura não entendeu isso como uma necessidade, mas a falta de uma zeladoria foi imprescindível, vamos dizer assim, foi um dos motivos que fez a área se tornar extremamente vulnerável, inclusive com ocupações que quando o pessoal se deu conta já estavam instaladas. Então essa questão da gestão do espaço posterior a entrega da obra é uma questão muito importante também a ser pensada.” (grifo nosso)*

*“(...) pude acompanhar no mapa que essa obra do **Parque Linear vai até a Jacupêssego**, e nós temos da Jacupêssego até quase a nascente do Aricanduva **moradias praticamente dentro do rio**, eu como morador, diversas vezes fui a Subprefeitura solicitar limpeza do córrego e a resposta: “como vou fazer **limpeza do Córrego** seu eu não consigo colocar uma máquina para fazer? E eu não vou colocar uma pessoa para fazer a limpeza manual, por que não tem condições” (grifo nosso)*

*“(...) nós como somos estudiosos da Mata do Carmo, antes mesmo de ser APA, se não me engano o empreendedor citou que não havia mamíferos no empreendimento, e no próprio RIMA faz **constar que há seis tipos de mamíferos**, o que foi contestado pela equipe, e alguns outros funcionários do Parque Natural teriam indicado, não foram encontrados” (grifo nosso)*

“(...) a região de São Mateus talvez nesse empreendimento será a mais afetada com desapropriação, qual será o tipo de comunicação que vai ser feito com os moradores do entorno das áreas afetadas nessa questão da desapropriação da área?”

*“(...) sou moradora da comunidade Tanque Tapes, eu queria fazer uma pergunta: **foi falado em 125 moradias, sendo uma comunidade que passa de 300 moradias, como ficam as demais casas da comunidade? E qual a previsão de início da obra?**” (grifo nosso)*

Observou-se que os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública não foram suficientes. Percebeu-se insatisfação quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública:

“As remoções que estão previstas na execução desse empreendimento são restritas a viabilização da obra, não se pretende estender para outras áreas que, não sejam as atingidas diretamente pela obra, por questões financeiras, inclusive. Sabemos existem várias regiões que poderiam ser atendidas. Mas, se pretende que essas obras tenham sequência em outras etapas, pode ser atendido essa demanda de outras remoções, essa área do montante da Jacupessego e o Córrego Rapadura. A capacidade de investimento da Prefeitura é restrita e acho que devemos valorizar essa iniciativa que vai trazer um ganho muito grande para população. A previsão do início das obras, nós estamos em processo de licitação dessa obra e processo de licenciamento ambiental são as duas questões que precisam ser concluídas para que a gente possa dar o início das obras. Sobre o processo de licenciamento, estamos no início do processo, a previsão para a licença previa é aproximadamente uns quatro a seis meses, que é mais ou menos o tempo do processo de licitação também, que já está em curso.” (Empreendedor da obra)

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

1. Referente a Desapropriações:

- Informar se as desapropriações serão totais ou parciais, assim como a destinação das áreas remanescentes, considerando a implicação dessas áreas no balanço de áreas permeáveis.
- Apresentar todos os Decretos de Utilidade Pública relativos às áreas a serem desapropriadas, necessárias para a implantação do empreendimento;

- Apresentar o diagnóstico socioeconômico final e o cadastramento das famílias atingidas pelas intervenções previstas para a implantação do empreendimento, com o detalhamento do perfil destas famílias.
- Elaborar um Plano de Acompanhamento e Desenvolvimento Comunitário, a ser implantado em um prazo máximo de 12 meses após o reassentamento das populações afetadas.
- Apresentar a manifestação da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/HABI quanto à remoção da população sujeita ao reassentamento em virtude da implantação do empreendimento.
- Apresentar a formação dos membros da equipe técnica que será responsável pelas desapropriações e reassentamentos durante as fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento.

2. Referente a traçado da Ciclovía:

- Apresentar a Manifestação do Grupo Executivo da PMSP para Melhoramentos Ciclovitários – Pró-Ciclista, vinculado à CET, em relação ao empreendimento projetado.

3. Referente a outros aspectos:

- Considerar, na projeção de travessias semaforizadas, travessias sonoras e passarelas, os equipamentos sociais levantados na ADA e na AID do empreendimento, tendo em vista a demanda gerada por estes.
- Refazer e reapresentar o Estudo da Avifauna. Os pontos de observação de aves devem estar localizados em áreas verdes significativas, praças e demais áreas verdes da AID, dando preferência às áreas estrategicamente localizadas junto à

ADA. A suficiência amostral deve ser demonstrada para cada um dos trechos do empreendimento.

- Apresentar a manifestação e anuência da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB referente às intervenções previstas no empreendimento localizadas dentro da área do “Piscinão Sharp”, localizado na Estrada do Campo Limpo.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

Apresentar Cadastro Socioeconômico da População Afetada pelo empreendimento na ADA, identificando: A qualidade dos afetados; relação familiar e/ou social entre eles; características da moradia; o uso do imóvel (residencial, comercial, serviço ou misto; definir se há família expandida sob o mesmo teto); Tempo de residência no imóvel; escolaridade dos ocupantes; atividade ocupacional; renda familiar e nº de participantes nesta renda; número de crianças e número de idosos, deficientes e outros grupos vulneráveis.

- Apresentar Decreto de Utilidade Pública relativos as áreas a serem desapropriadas, necessárias para a implementação do empreendimento.
- O estudo da Fauna sinantrópica deverá ser feito e reapresentado.
- Apresentar análise com a abordagem dos seguintes temas: Histórico de Ocupação Humana e Econômica; Demografia; Atividades Econômicas; Infraestrutura (Saúde, Educação, Habitação, Saneamento, Energia Elétrica, Sistemas de Transporte e Principais Vias de Acesso, Sistemas de Comunicação, Segurança Pública, Índice de Desenvolvimento Humano); Zoneamento das Áreas de Influência Indireta e Direta do Empreendimento; Turismo, Lazer e Cultura.

- Apresentar programa das áreas sujeitas à enchentes, inundação e assoreamento dos cursos d'água que apresentam dificuldade de escoamento de águas pluviais.

Comprovar a Compensação Ambiental em Unidades de Compensação do Grupo de Proteção Integral de 0,5% do valor de referência do empreendimento, relativo ao artigo 36 da Lei Federal n 9.985/2000. As Unidades de Conservação serão definidas pelo DECONT-2/GTAIA e a DUC/DEPAVE-8 /SVMA em conjunto com o Conselho Gestor Consultivo da APA do Carmo.

7.3. EMPREENDIMENTO 3: PROLONGAMENTO E REURBANIZAÇÃO DA AVENIDA JORNALISTA ROBERTO MARINHO

O empreendimento consiste no prolongamento viário e complementos viários necessários no município de São Paulo que visam na melhoria das condições de tráfego e acessibilidade beneficiando vários distritos. A concepção funcional dos projetos foi baseada em demandas do atual sistema viário da cidade e possíveis crescimentos vislumbrados. Com relação às questões socioambientais os impactos nas etapas de planejamento e implantação referente a dinâmica populacional, condições de vida e geração de expectativas sociais sobre o projeto, terá como sujeito principal a população da área de influência direta (AID), devido às indagações e preocupações geradas pelo projeto, desde a fase de planejamento do empreendimento até o início da operação. Dúvidas, temores e também esperanças surgirão acerca dos desdobramentos futuros dos processos de desapropriação e reassentamento e das mudanças temporárias ou permanentes provocadas na qualidade de vida, na estrutura produtiva e no desempenho das atividades econômicas da ADA e do seu entorno imediato.

Quadro 4: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 3

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			
Audiência Pública			Observação	
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:			A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a: <ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações. • Falta de comunicação com a comunidade afetada pela obra. • Falta de reuniões com a famílias afetadas pelo projeto. • Construção do túnel: impactos sociais, ambientais e custo. 	
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente a esclarecimentos quanto a desapropriações percebeu-se por meio da análise das atas e observação participante a insatisfação dos presentes quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública..
Foi solicitada nova Audiência Pública?	X			
Audiência Pública	Individual	Coletivo	Observação	
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?	X		Não se discutiu a importância ou não do Projeto para a Cidade.	
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 3

Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	<p>Atendeu as reivindicações mais específicas da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico Socioeconômico final do Cadastramento das famílias. • Termo de Parceria Técnica em relação ao Programa de Desapropriação e Reassentamento. • Localização das áreas pretendidas para a implantação do reassentamento. • Número de desapropriações. • Cronograma físico, contendo todas as intervenções propostas pelo empreendimento (Desapropriação, Reassentamento, Obras de Arte, Túnel, Via Parque e Parque Linear). • Programa de Atendimento Econômico e Social.

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos solicitados pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

1. Referente a Desapropriações:

“(...) nós precisamos brigar para que tudo isso aconteça, e em primeiro lugar, na hora que começar a avenida, nós já temos que saber onde que vão ser as nossas casas. É uma pergunta que eu estou colocando para que eles falem, para que vocês tenham uma ideia de quando mais ou menos vai começar essa operação porque tem muita gente aqui, que a grande dúvida é essa: quando vai acontecer?”

2. Referente à falta de comunicação com a comunidade afetadas pela obra:

“(...) não resta a menor dúvida que a preocupação de todos nós vem desde 1977. Tem sido uma série de informações contraditórias até hoje. É um projeto que já está aprovado? Ai nós ficaríamos felizes e não continuarmos ouvindo coisas que nós estamos ouvindo desde 1977. O que eu quero saber é quantas moradias vão ser construídas? Quando vai começar a obra? Nós queremos constituir um projeto digno de moradia.

São pessoas que têm raízes, são pessoas que moram aqui há 20, 30 anos que são avós, que os filhos nasceram que os netos estão nascendo continuam morando dentro dessas favelas”.

3. Referente à Falta de reuniões com as famílias afetadas pelo projeto:

“(...) tem muita gente gastando dinheiro aqui reformando casa, pintando casa, sendo que em abril ou março, a gente pode ter surpresa. E se não acontecer, por favor, informe também, porque muita gente quer melhorar a casa, quer construir um lar mais decente. Nós temos que pegar e se organizar. Foi sábado, o último dia, foram 31 lideranças que foram capacitadas para que levem informações para você e que as 31 cobrem da EMURB, cobrem da SEHAB, cobrem da Prefeitura”.

4. Referente à Construção do túnel:

“(...) Primeiro eu prestei bastante atenção na apresentação e eu vi, pelo menos, uns três desenhos diferentes na sua apresentação, por exemplo, havia dois percursos do túnel e na apresentação do colega Paulo Bastos tinha uma outra apresentação e assim o que está definido? Essa é a minha pergunta. O que está definido? Não tem nenhum painel onde que as pessoas possam se aproximar e ver uma planta, alguma coisa que elas possam olhar”.

“Então é preciso que a gente encontre mais áreas para acomodar todo mundo, e o projeto viário urbano de túnel só comece depois que todas as famílias estiverem alocadas e alojadas numa outra unidade”.

Referente a esclarecimentos quanto a desapropriações observou-se insatisfação quanto às respostas oferecidas da Audiência Pública:

“(...) entendo que a maior preocupação de parte considerável da plateia é os moradores da favela dizendo: olha, concluímos que tem tantas famílias, tem os mapas onde as famílias moram e de modo que quem não estiver cadastrado ou quem estiver em desacordo ou quem tiver alguma dúvida, nesse momento as questões serão discutidas e, assim sucessivamente, quantas reuniões forem necessárias. Agora, para fazer um plano habitacional, nós precisamos conhecer a demanda a Prefeitura acredita que essa obra de recuperação da região do Jabaquara que é uma região extremamente abandonada e desprotegida, ela está fazendo um projeto sem diferenciar o valor do salário que a pessoa recebe. (...) primeiro serão cadastradas as famílias que estão no eixo do parque

desenhado e depois, uma senhora falou que a favela dela não estava na área, serão cadastradas as favelas da área de influência. Agora prioritariamente, serão atendidas as favelas que estão no eixo da área que são as que estão em risco. (...) todas as famílias serão cadastradas e o número que se chegará pelo que nós estamos verificando que está, inclusive, abaixo dos nossos cadastros não chegará a 10 mil, (...) existe uma legislação municipal que chama Lei de Habitação de Interesse Social para famílias de três salários para baixo, está ali definido o que pode e o que não pode. Tem limites de metros quadrados, tem limites de valor de unidade tudo isso será discutido com vocês. Também tem as famílias que não têm salário, não podem participar de nenhum financiamento, isso tudo será discutido. Agora, o importante eu acho que a gente continue seguindo a linha através das suas lideranças” (Representante Secretaria de Habitação)

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

1. Referente a Construção do Túnel

- Apresentar a análise detalhada, em um prazo máximo de 45 dias corridos, contados a partir da expedição dessa LAP, no que diz respeito a avaliação e a identificação dos impactos ambientais para o meio físico, provenientes da construção do túnel, levando-se em consideração seu atual traçado, que transporá Rochas Sedimentares do Terciário.
- Referente a Construção do Túnel: Apresentar Estudo de Análise e Avaliação de Riscos para a implantação do túnel.
- Apresentar o Estudo Hidrogeológico da área diretamente afetada - ADA e do entorno do túnel a ser escavado, bem como fazer uma avaliação criteriosa quanto às possíveis alterações, que poderão ocorrer no regime de fluxo das águas subterrâneas, espessuras de aquíferos existentes, taxas de recarga, zonas de captura e outros devido à implantação do túnel.

- Apresentar a anuência da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, referente ao traçado do túnel a ser implantado sob o Pátio de Manobras do Metrô Jabaquara.
- Apresentar a manifestação do Corpo de Bombeiros, em relação ao projeto do túnel proposto, de acordo com os objetivos e as diretrizes estabelecidas na Instrução Técnica n° 35/2004.

2. Referente a Desapropriações:

- Apresentar o detalhamento do Programa de Desapropriação e Reassentamento;
- Apresentar o cronograma físico, contendo todas as intervenções propostas pelo empreendimento (Desapropriação, Reassentamento, Obras de Arte, Túnel, Via Parque e Parque Linear).
- Deverá ser apresentado o cronograma físico-financeiro detalhado para toda a intervenção proposta (desapropriação, reassentamento, obras de arte, Túnel, Via Parque e Parque Linear), indicando as fontes de recursos (CEPACs, recursos municipais, estaduais e financiamentos), que serão investidos no empreendimento.
- Apresentar o cronograma físico, contendo todas as intervenções propostas pelo empreendimento (Desapropriação, Reassentamento, Obras de Arte, Túnel, Via Parque e Parque Linear).
- Deverá ser apresentado o cronograma físico-financeiro detalhado para toda a intervenção proposta (desapropriação, reassentamento, obras de arte, Túnel, Via Parque e Parque Linear), indicando as fontes de recursos (CEPACs, recursos municipais, estaduais e financiamentos), que serão investidos no empreendimento.

3. Referente à Construção do Túnel e Desapropriações:

- Apresentar a manifestação técnica do Grupo Técnico de Áreas Contaminadas (GTAC), da Divisão Técnica de Licenciamento Ambiental (DECONT-2), quanto à situação ambiental dos seguintes imóveis localizados no emboque e desemboque do túnel e complementos viários; alças de acesso; poços de ventilação do túnel; toda a área delimitada pelo Parque Linear, que será desapropriada; bem como os locais destinados às Habitações de Interesse Social para o reassentamento da população afetada. A consulta deverá ser feita por meio de Ofício contendo a relação de todos os imóveis supracitados, incluindo o número do contribuinte (setor, quadra e lote) e endereços completos, com os respectivos Código do Logradouro Público para a correta identificação das áreas com potencial, suspeitas ou comprovadamente contaminadas, cadastradas nos bancos de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP-Boletim de Dados Técnicos e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB-Sistema de Informações de Fontes de Poluição.

4. Referente a Outras Condicionantes:

- Apresentar o Parecer Técnico da CETESB quanto à contaminação do solo e da água subterrânea de todas as áreas cadastradas na Listagem de Áreas Contaminadas e Reabilitadas da CETESB (novembro/2009) e identificadas pelo empreendedor nas complementações do EIA/RIMA.
- A implantação do Parque Linear deve prever a inserção do Córrego Água Espriada no Programa Córrego Limpo, devendo o empreendedor adotar as

providências necessárias, junto aos Órgãos competentes do Estado e do Município, tais como a SABESP e a Secretaria das Subprefeituras.

- Apresentar Estudo hidráulico e hidrológico da Sub-Bacia do Córrego Água Espreada para as intervenções propostas, bem como as medidas mitigadoras para minimizar os riscos de enchentes locais e os impactos ambientais associados.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

1. Atendimento às reivindicações mais específicas da comunidade:

- Apresentar o Diagnóstico Socioeconômico final do Cadastramento das famílias atingidas pelas intervenções previstas para a implantação do empreendimento.
- Apresentar o Termo de Parceria Técnica, devidamente assinado e datado, de corresponsabilidade entre a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/HABI, a Secretaria da Habitação do Estado – CDHU e a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, em relação ao Programa de Desapropriação e Reassentamento.
- Apresentar a localização das áreas pretendidas para a implantação do reassentamento, especificamente, em relação às 4.000 unidades propostas pela Empresa Municipal de Urbanização – EMURB.
- Apresentar a localização das áreas pretendidas para a implantação do reassentamento, especificamente, em relação às 6.000 unidades a serem construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU.

- Apresentar o cronograma físico, contendo todas as intervenções propostas pelo empreendimento (Desapropriação, Reassentamento, Obras de Arte, Túnel, Via Parque e Parque Linear).
- Apresentar o Programa de Atendimento Econômico e Social para a população de baixa renda, diretamente afetada pelas intervenções propostas pelo empreendimento.

7.4. EMPREENDIMENTO 4: PROLONGAMENTO DA AV. CHUCRI ZAIDAN ATÉ A AV. JOÃO DIAS, PONTE BURLE MARX E COMPLEMENTOS VIÁRIOS NECESSÁRIOS

O prolongamento da avenida Chucri Zaidan até a Av. João Dias, Ponte Burle Marx e complementos viários necessários, contempla ainda a indicações de possíveis soluções habitacionais para as populações que atualmente ocupam áreas irregulares e de risco junto às margens do córrego. De acordo com o EIA, os levantamentos realizados apontaram a ocorrência de 8.194 domicílios na ADA, incluindo 14 favelas.

Quadro 5: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 4

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 5 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 4

Audiência Pública		Observação		
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:		<p>A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação sobre a obra. • Desapropriação. • Enchentes. • Impacto do volume de tráfego. • Discussão sobre a infraestrutura de redes de água e esgoto, e operação quanto aos aspectos de emissão de carbono e da compensação com a comunidade do entorno. • Descontinuidade das vias locais que hoje está completamente degradado em função de o trânsito local. • Enchentes. • Modais diferentes implantados na região e que estão inacabados. • Ilhas de calor que serão geradas e que não foram consideradas no EIA – RIMA. • Impactos no Parque Burle Marx. • Ciclovias. 		
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente a esclarecimentos quanto a desapropriações percebeu-se por meio da análise das atas e observação participante a insatisfação dos presentes quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública.
Foi solicitada nova Audiência Pública?	X			
Audiência Pública	Individual	Coletivo		Observação
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?		X		Discutiu-se a importância do Projeto para a Cidade.
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto as desapropriações, falta de comunicação com a comunidade, impactos no Parque Burle Marx, enchentes, aumento do fluxo de trânsito, traçado da ciclovia.
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Atendeu as reivindicações mais específicas da Resolução.

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos solicitados pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

*“Uma outra preocupação Senhor engenheiro ficou pendente nas colocações em relação a **compromissos anteriores**, de obras anteriores, feitas em governos anteriores” (grifo nosso)*

*“(…) Solicitamos inclusão na pauta da audiência, os seguintes tópicos: discussão sobre a **avaliação do impacto ambiental** no entorno, principalmente na região da Chácara Japonesa; discussão sobre as medidas contra **enchentes** que a obra está equacionando, principalmente da região da Alceu Maynard novamente, bacias dos Córregos Judas e Maria Joaquina; discussão do **impacto do volume de tráfego** na região da Rua Laguna, entroncamento com a ponte de interligação da região do Parque Burle Marx, com a região da Rua Laguna; **discussão sobre a infraestrutura de redes de água e esgoto**, sabidamente subdimensionada para a região que tem contribuído para as frequentes enchentes do bairro e discussão sobre a **sustentabilidade de operação quanto aos aspectos de emissão de carbono e da compensação com a comunidade do entorno**. ” É lógico que eu sei que, talvez, esse não seja o fórum de discussão, mas eu gostaria de deixar registrado e, com certeza, marcarmos uma audiência para discutir e rever esses empreendimentos imobiliários que estão acontecendo e que irão acontecer muito na região, com certeza” (grifo nosso)*

*“(…) todos esses **estudos nunca foram concluídos** na nossa região. O trecho que compreende a Ponte Estaiada até a Dr. Lino se encontra hoje completamente degradado. **Não tivemos a continuidade das vias locais, não tivemos a urbanização, a reurbanização e todas as nossas vias locais hoje foi completamente degradado em função de o trânsito local ter sido deslocado do eixo das avenidas**” (grifo nosso)*

“(…) nós temos aqui na nossa região um enorme número de empreendimentos públicos que não foram concluídos. Quatro pistas de cada lado, na verdade, é uma nova Avenida Bandeirantes, atravessando esses bairros. Nós temos aqui na nossa região, só entre diferentes modais, nós temos o corredor da Avenida Santo Amaro, o corredor de ônibus, está até hoje inacabado, o corredor da Avenida João Dias que é péssimo, todo mundo sabe, foi maquiado, numa administração para trás e nunca foi concluído”

*“(…) é uma obra que tem problemas de infraestrutura, até hoje não resolvidos, com **enchentes, com problemas localizados e que deve receber um corredor de ônibus que já foi prometido lá atrás que seria de hidrogênio, que depois seria híbrido, depois seria trólebus e, na verdade, está abandonado. Então nós temos aqui só nessa amostra, cinco, seis modais diferentes, seis sistemas diferentes que estão inacabados...**” (grifo nosso)*

*“(...) o que isto daqui vai representar com relação, por exemplo, à formação de **uma imensa ilha de calor, com as mudanças ambientais que vão ser geradas e que não foram consideradas no EIA – RIMA. ...a gente questiona até a falta de atenção aos interesses dos moradores que realmente não foram consultados**” (grifo nosso)*

*“(...) acho muito simplista a avaliação de que não existem **impactos para o Parque Burle Marx**. Pode não haver impactos diretos. Não vai ser derrubada nenhuma árvore no interior do parque, mas os impactos indiretos, precisam ser reavaliados e repensados. A Avenida Chucri Zaidan ampliada para quatro pistas de cada lado, desembocando na ponte e só que não se falou do que vai acontecer depois da ponte. Vão ser quatro pistas desembocando na Avenida Dona Helena Pereira de Moraes, uma avenida com duas pistas em aclive, cheia de curvas. Então o trânsito que vai se acumular lá, com certeza vai ser muito grande. Outra coisa, o acesso ao parque. Não foi falado qual a solução ao acesso para o parque pelo estacionamento. Todas as alças estão sobre o atual estacionamento. Não se falou qual vai ser a proposta para esta questão. As alças, pelo que parece, são de grandes alturas. Não conheço exatamente o projeto em detalhes, mas eu acho que tem que ser avaliado isso. A questão do **ruído**. É uma questão que nos preocupa bastante” (grifo nosso)*

*“(...) a gente tem a **ciclovía** que vai sair da Marginal Pinheiros, **mas não tem os acessos**. São acessos nos extremos, para chegar de um ponto ao outro. Não tem como você sair no meio, por exemplo. Então se for fazer uma ciclovía das pontes, tem que pensar nisso. Como chegar até essa ponte?” (grifo nosso)*

*“(...) eu gostaria de saber mais... sobre os avisos para **desapropriação**” (grifo nosso)*

*“**Porque ninguém recebeu nada nós ficamos sabendo através do diz que não me diz**, que diz que não me diz, que vai passar uma avenida aqui e tal e não sei o que lá mais. Ninguém sabe de nada, então a gente precisa saber, tomar as decisões, ter que mudar, e aí vai, vai o que que vai acontecer? Vai chegar de repente e avisar de última hora?” (grifo nosso)*

*“(...) eu queria **chamar a atenção da mesa humildemente, lógico para que eles usassem de sua humildade e procurassem explicar mais detalhadamente e mais usando mais o linguajar do povo** porque o povo que está preocupado com, com a **desapropriação**, eles vieram aqui em busca de uma solução e eu tenho notado que muita gente está aflito, porque acha que vai ficar sem moradia daqui a dois meses, três meses. Então eu acho que seria de suma importância... que a mesa esclarecesse o que é um projeto que está sendo feito, está sendo estudado e um projeto executivo. Eu acho que isso iria elucidar muito a questão dos moradores que estão prestes a serem desapropriados” (grifo nosso)*

Referente a esclarecimentos quanto a desapropriações observou-se insatisfação quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública.

“(...) uma outra preocupação Senhor engenheiro, ficou pendente nas colocações em relação a compromissos anteriores, de obras anteriores, feitas em governos anteriores”.

“(...) tudo subjetivo(...)”

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

1. Referente a Desapropriações:

- Apresentar o Programa de Reassentamento para a população diretamente afetada, em razão das obras e intervenções.
- Apresentar Programa de Atendimento Econômico e Social para a população diretamente afetada pela Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – Chucri Zaidan.
- Apresentar a anuência da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB de corresponsabilidade no Programa de Desapropriação e Reassentamento.
- Caso novos lotes venham a ser desapropriados, estes também devem ser classificados quanto ao seu potencial de contaminação e ser objeto de investigações ambientais, considerando os procedimentos de gerenciamento de áreas contaminadas.
- Apresentar a manifestação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, referentes aos impactos a serem causados a EE Plínio Negrão, pela intervenção proposta. (Desapropriação prevista para a quadra esportiva).
- Apresentar o Decreto de Interesse Social – DIS referentes às áreas definidas para as Habitações de Interesse Social – HIS.

- Apresentar a anuência da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB de corresponsabilidade no Programa de Desapropriação e Reassentamento.
- Atualizar as informações das Fichas de Cadastro das Áreas, com especial atenção àquelas a serem desapropriadas total ou parcialmente, considerando todos os dados obtidos até o momento, incluindo as informações de número de contribuinte e previsão de desapropriação (parcial ou total).

2. Referente a traçado da Ciclovia:

- Apresentar o projeto aprovado e a manifestação final do Grupo Executivo para Melhoramentos Cicloviários – Pró-Ciclista/SMT.

3. Referente ao Parque Burle Marx:

- Apresentar as medições e análise dos pontos de ruído (período diurno e noturno) e vibrações na Avenida Dona Helena Pereira de Moraes, próximo à via de acesso ao estacionamento do Parque Burle Marx; Marginal do Rio Pinheiros, entre as Pontes Itapaiúna e Maynard (projetadas), próximo à área pertencente ao Parque Burle Marx.

Referente a outros aspectos:

- O Projeto Paisagístico deve contemplar a possibilidade de tratamentos com barreiras vegetais a fim de mitigar ruídos e promover a minimização de surgimento de ilhas de calor.
- Apresentar uma avaliação baseada em critérios técnicos quanto à preservação das palmeiras imperais localizadas no canteiro linear entre a Avenida Marginal Pinheiros e a Chácara Tangará, de modo a buscar alternativa na readequação do viário que permita preservar o canteiro com as palmeiras-imperiais,

mantendo, dessa forma, as características paisagísticas do envoltório do bem tombado.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

- Apresentar o Programa de Reassentamento para a população diretamente afetada, em razão das obras e intervenções.
- Apresentar Programa de Atendimento Econômico e Social para a população diretamente afetada pela Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – Chucri Zaidan.
- Apresentar a anuência da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB de corresponsabilidade no Programa de Desapropriação e Reassentamento.
- Atualizar as informações das Fichas de Cadastro das Áreas, com especial atenção àquelas a serem desapropriadas total ou parcialmente, considerando todos os dados obtidos até o momento, incluindo as informações de número de contribuinte e previsão de desapropriação (parcial ou total).
- Caso novos lotes venham a ser desapropriados, estes também devem ser classificados quanto ao seu potencial de contaminação e ser objeto de investigações ambientais, considerando os procedimentos de gerenciamento de áreas contaminadas.

7.5. EMPREENDIMENTO 5: LIGAÇÃO POR SISTEMA DE MONOTRILHO – LIGAÇÃO DA LINHA 2 VERDE – TRECHO ORATÓRIO – CIDADE TIRADENTES

O projeto de implantação consolidará a configuração perimetral da Linha com sistema de Monotrilhos com veículos suspensos ou neles apoiados, bondes modernos e versões novas de VLT's (veículos leves sobre trilhos), assim como VLP's (veículos leves sobre pneumáticos). Referente aos aspectos socioambientais, as desapropriações e consequente remoção (deslocamento compulsório) de população e atividades econômicas.

Quadro 6: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 5

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			
Audiência Pública	Observação			
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:	<p>A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a:</p> <p>Falta de comunicação com a sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de modal, Monotrilho ou METRO? Justificativas quanto a escolha. • Desapropriações e remoção da comunidade afetada. • Segurança, acessibilidade e capacidade do número de pessoas a serem transportadas, por ser um tipo de transporte de superfície sem experiências similares na Cidade. • Poluição visual. • Arborização na região das obras. Preocupação com as áreas livres debaixo da linha do monotrilho. 			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 6 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 5

Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente a esclarecimentos percebeu-se insatisfação quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública. “...é a terceira vez que eu estou ouvindo essas explicações, mais eu posso dizer que os técnicos não me convenceram com essas explicações, que o monotrilho é um sistema que vem nos servir aqui, primeira coisa pela demanda, que já teve contradições...
Foi solicitada nova Audiência Pública?	X			Realizadas três audiências públicas contemplando diferentes regiões abrangidas pela obra.
Audiência Pública	Individual		Coletivo	Observação
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?			X	Discutiu-se a importância do Projeto para a Cidade.
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	Atendeu as reivindicações da comunidade.
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Atendeu as reivindicações mais específicas da Resolução.

Fonte: Elaborado pela autora

Importante ressaltar que o sistema monotrilho não constava do Plano Integrado de Transportes Urbanos - São Paulo 2020 e 2025 (ISODA, 2013).

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

*“Nosso movimento é que luta especificamente **por um transporte público de qualidade** dentro da cidade de São Paulo, discutimos mobilidade urbana, por tanto eu quero manifestar aqui, eu fiz algumas anotações, estou certo que a cidade de São Paulo infelizmente não é para todos, é para poucos, e esses poucos que somos nós moradores do subúrbio, dos mais longes bairros dessa cidade, somos exatamente o que a palavra diz,*

somos suburbano, aliás, somos de baixo, e aí vem um projeto de mobilidade urbana fantástico dando a solução para a situação do caos do transporte urbano na cidade de São Paulo, a gente fica como periferia, como subúrbio, a gente fica admirado, porque eu duvido que lá no Morumbi, aqueles burgueses, aqueles bacanas, gostariam de ter esse modelo de transporte sobre as suas casas, sobre seus quintais, sobressuas cabeças, é muito bom, é muito importante que olhemos o Datashow e vamos ter a certeza que vai ser totalmente arborizado, vai ser um parque de diversão, vai ser um parque linear fantástico, seria muito bom se não fosse verdade, olha mostrando o **modelo de transporte que já vem saturado**, para um população cansada, com sofrimento eterno dessa população por transporte na cidade vão nos pendurar numa araponga de 12 a 15 metros de altura, com 23 km de concreto nas nossas fachadas, olhando no data show foi muito claro quando ele apresenta a montagem feita pela Avenida Sapopemba, **é um minhocão sim, é um grande minhocão, de 24 km de comprimento, é um grande minhocão para aquela família que vai abrir o apartamento, sua janela do apartamento, e vai ver naquele minhocão**, o concreto bem na sua cara, essa vai ser a sua paisagem que vai ficar eternamente consagrada na vida dos moradores, além de não atender a demanda da nossa região traz uma preocupação, ao senhor expositor do Metrô, em nenhum momento foi citado a **questão da segurança desse transporte**,...São Paulo será a cobaia de uma situação que não está na pauta do dia, que não está discutido com a sociedade, e aí... o governo recuou, lá a população se mobilizou, lá população se organizou, e lá o governo recuou com esse projeto, por entender que o Metrô enterrado além de ser mais barato, além de ser mais barato, traz o desenvolvimento que todos os moradores pretendem, traz segurança a e o conforto, e a confiabilidade, por tanto esse modelo de transporte agora não cabe na nossa região, não cabe na nossa demanda, ele cabe exatamente no Morumbi, porque vai andar vazio porque tem os bacanas que precisam passear no trenzinho da Disney” (grifo nosso)

“(…) Eu quero aqui registrar meu protesto, porque, essa audiência no meu modo de pensar e ver, ela está atrasada, **uma audiência pública ela tem que acontecer antes quando está no pré-início da discussão do projeto, não é com o projeto já acabado e já pronto**, e se vêm as comunidades para se discutir fazer uma audiência pública onde as coisas já estão colocadas no papel, não é assim ao meu modo de ver que se faz uma audiência pública, então para questionar isso eu gostaria de dizer que essa audiência pública está acontecendo porque tem alguns movimentos e esses movimentos que aqui vos fala, já entrou no ministério público para questionar a função das audiências públicas nos locais onde se vai ser construído esse tipo de ,modal, e não queremos esse tipo de modal, queremos um transporte eu venha resolver as nossas condições de transporte que temos hoje muito precária” (grifo nosso)

“(…) Bom essa discussão foi dito aqui que **não temos outros parlamentares presente aqui, evidente, é uma coisa que já está em andamento que já foi aprovado de alguma forma, e nós a sociedade,**

novamente é empurrada goela baixo, então aqui é importante ter a presença do Secretário, porque, temos aqui na região várias demandas, onde a gente pode estar reivindicando junto a esse projeto, porque aqui nesse projeto o que cabe a nós agora é fazer algumas emendas de complemento a isso, e nós vamos conseguir barrar isso? Nunca. Mas temos que fazer alguns levantamentos, ...uma pergunta que eu ia fazer, como que a gente faria com esse monotrilho lá em cima a 12, 15 metros ele quebrando, como seria, o que aconteceria com essas pessoas que estariam lá, ele respondeu, então deve ter um estudo (...)” (grifo nosso)

*“(...) eu vi várias apresentações desse projeto do monotrilho, que não é Metrô, vamos deixar bem claro a população, monotrilho que é um transporte que pode ser utilizado em algumas cidades, mais **não é o Metrô, que é um transporte em massa de alta capacidade, esse é um de média capacidade**, então vamos deixar bem claro isso para a população, porque se não eles vão achar que vai resolver o problema lá de Sapopemba, São Mateus, Cidade Tiradentes, (...) é bom deixar bem esclarecido que é um transporte de media pra baixa capacidade de transporte, então os técnicos aqui, a gente queria, ele está colocando aqui que é o modelo São Paulo de monotrilho, então São Paulo sempre vai ser um laboratório. Vai ter impacto, essas árvores que o Secretário por orientação mandou plantar aqui na região vai, agora que está se formando, vai ter que ser retirada, e sem contar que esse monotrilho que vai pegar várias COHAB, CDHU ali da região, então eu queria deixar registrado aqui para que os técnicos coloquem que **vai ter desapropriação (...) Vai ter desapropriação sim**” (grifo nosso)*

“(...)embora eu não seja engenheiro, fica difícil saber o que foi dito aqui, embora não tenha sido dito nada aqui, eu tenho uma dúvida, disseram que o EIA-RIMA é o mesmo que foi feito a 12 anos atrás para o corredor de ônibus, e que foi adaptado para o Metrô, e agora readaptado para o monotrilho, se isso é verdade, é um EIA-RIMA que vale para tudo até para um aeroporto, esse monotrilho teria a mesma capacidade que o METRÔ? Nós deveríamos mandar prender esses governadores que gastaram 3 vezes mais ou até mais que isso, fazendo o Metrô, e não o monotrilho pela cidade inteira (...)”

“(...) vou tentar não ser repetitivo, tenho acompanhado o caso pela imprensa e recentemente a Folha de São Paulo publicou no dia 26/02/11, uma tese numa página falando, que o monotrilho da zona leste já começa saturado (...)”.

“(...) Sou Vereador e eu tenho 2 ordens de questionamento, uma é a respeito do projeto em si, porque eu sou daqueles que defendem o Metrô para região, não monotrilho, e a outra é do licenciamento ambiental que eu faço desde de 2009 que é frisado, (...) eu vou fazer a mesma pergunta que eu fiz aqui, tem projeto executivo, tem um projeto funcional, tem análise da tecnologia e equipamento que vai ser utilizado, tem alguma avaliação daquilo que vai ser implantado, eu fiz essa

pergunta em 2009, aí falaram que não, que estava em estudo, e o que apresentaram foi um traçado no power point, um traçado pelo Google via aérea, faz o traçado no mapa, então 2009, 2010, 2011, eu volto a pergunta, tem o projeto?, a segunda questão é sobre a demanda, a demanda X, qual é a demanda X, ele disse que vai carregar 550 mil passageiros sentido, por dia, a pesquisa origem-destino que consta no levantamento que vocês fizeram pro trecho 1, aponta que só em uma estação a demanda é 91 mil viagens dia, qual é a demanda real da pesquisa origem-destino para, espero uma resposta mais rápida, tenho ido no Ministério Público frequentemente, cobrar deles, eu acho que é necessário um estudo de impacto de vizinhança, do licenciamento do monotrilha, porque essa história de baixo impacto urbanístico, ainda bem que a gente está aqui (...)"

"(...) Sou coordenador dessa entidade Associação Unificadora de Loteamentos Favelas e Assentamentos de São Paulo, e estou aqui representando o vereador ...do Partido..., **essa é a 3ª audiência pública realizada, e essa era uma reivindicação da nossa entidade... nós achamos importante levarmos essa discussão ao ministério público**, e aí propusemos uma representação questionando dentre esses problemas de demanda, questão ambiental, **falta de audiência pública**, (...) **nós questionamos isso junto ao ministério público**, a promotoria de patrimônio público e social, que recebendo a nossa reclamação, questionou o Metrô, e Metrô respondeu evidentemente, tecnicamente, e as apresentações que foram feitas aqui foram um pouco em direção a resposta do Metrô, mais o que nós deixamos, assim que renova a ideia da gente assim discutir esse assunto, e que me parece, salvo engano, salvo o juízo, que as explicações do Metrô não convenceram o promotor, não convenceram o ministério público de que não havia nenhum aspecto de legalidade, nenhum desvio de objeto, então a promotoria com a resposta do Metrô pediu que a nossa entidade se manifesta-se, nós, nós manifestamos, refutando de certa forma, com os argumentos que nós temos, aí o promotor de justiça não convencido com as respostas do Metrô acionou, pediu que o tribunal de contas do estado apresenta-se todos os contratos, todos os contratos que foram feitos pelas empresas, então a gente achou importante trazer essa discussão aqui, pra mesa, para o secretário, e para todas as pessoas presentes aqui, porque é uma coisa que precisamos discutir, primeiro que a gente não foi ouvido, e a gente gostaria que esses aspectos legais e de transparência fosse colocado nisso, porque a final quem vai utilizar esse sistema somos nós, a comunidade da Cidade Tiradentes" (grifo nosso)

"(...) que essa **terceira audiência pública, é nada mais nada menos do que um referendo daquilo que vocês, enquanto técnico, enquanto governo, vem impor sobre a sociedade, que tipo de imposição, a imposição de que não foi discutido com a população** (...)" (grifo nosso)

"(...)dizer para eles, olha só agora vocês estão a 50 minutos do Cidade Tiradentes, até a Vila Prudente, é um engano, o Datashow representa

para mim, e para muitas outras pessoas que estão aqui presente, esse simulado nós representa nada, (...) é necessário fazer o debate com a população, quando nós vamos discutir o modelo de transporte, nós devemos colocar dois modelos, e ver o que a sociedade quer? Ela quer o Metrô ou o monotrilho? O que nós queremos, nós não fizemos essa discussão, nós estamos aqui aceitando aquilo que vocês estão colocando, a sociedade está aceitando isso”

“(...) Eu vou falar aqui em nome do Partido, na terceira vez que eu estou ouvindo essas explicações, mais eu posso dizer que os técnicos não me convenceram com essas explicações, que o monotrilho é um sistema que vem nos servir aqui, primeira coisa pela demanda, que já teve contradições, no início quando lançaram o monotrilho era de 18 mil hora, agora falam que é 48 mil, todo mundo sabe aqui da Cidade Tiradentes, era 18 mil hora, mais como o questionamento das pessoas foi muito grande, hoje se fala em 48 mil, eu e acho que ninguém da Cidade Tiradentes, nós jamais gostaríamos de ser cobaia de um sistema, porque a zona leste? ... A outra coisa também que com meu pequeno raciocínio costumo pensar, eu gasto 100 milhões por km, aí vem um sistema, e o sistema não vai ter capacidade de atender, o que é preferível gastar 180, 200 milhões, e fazer a demanda via Metrô, ou gasta 100, vai ficar muito mais caro gastando os 100, e não obtendo a demanda, aí que é onde que é o dinheiro perdido, porque nem eles mesmo tem certeza, eu tive conversando depois que teve a audiência lá de laranjeiras, com 2 técnicos, e eles estavam colocando pra mim, jamais o sistema vai atender a Cidade Tiradentes (...)”

“(...) Senhor governador do estado de São Paulo, senhor Prefeito, parem de brincar com a vida pública do povo, vocês usam o povo de cobaia, já falaram em tantos projetos aqui, milhões e milhões, eu quero que vocês escute a gente, ...nossos bairros estão esquecidos, sem iluminação pública, agora vem um monotrilho, que monotrilho, é que os companheiros já antecederam aqui, chega de audiências fajutas que fazem sem comunicar a população que vai ser afetada milhões e milhões da população que vai ser afetada por esse monotrilho ”.

“(...) É a terceira audiência e ela tem uma importância fundamental, e aqui não é torcida de futebol, é contra ou a favor, é uma coisa fundamental para o futuro da Cidade Tiradentes, e também da região, eu trabalho na escola aqui na região, quando apareceu a 1 ano e meio a notícia do monotrilho, houve uma reunião de pais e eu fiz questão de mostrar o monotrilho para todo mundo, para todos os pais que estavam na reunião, só que em seguida, eu não entendo nada de transporte, eu sou professor, só que em seguida o movimento começou a organizar alguns encontros na escola, que inclusive veio o representante da secretaria, onde eu que não entendia nada de transporte comecei a aprender, e eu aprendi algumas coisas naquele momento que eu nesse momento queria ter a possibilidade de confrontar com as falas do Epaminondas, por exemplo naquele momento que eu acho que são

*“pessoas serias, e não são ligados ao Metrô, são ligados ao sindicato dos metroviários, são ligados a USP, eles estiveram lá e disseram o seguinte, o monotrilha é um transporte que transporta, é um sistema que transporta 18, 25, 20 mil hora-sentido, o Metrô ele transporta na casa de 40 mil, isso foi o que eles disseram, tanto que o Metrô custa 200 milhões por km construído e o monotrilha 80, essa foi a informação que nos trouxeram, e a demanda da região seria na casa de 45 mil passageiros hora-sentido, então é só fazer uma conta, e ele vai transportar metade, se o Metrô transporta 40 mil ele vai transportar o suficiente, então hoje o Metrô está dizendo que na verdade o Metrô transporta 48 mil, ou o Metrô está mentindo ou os técnicos que estiveram na escola, **alguém está mentindo nessa brincadeira (...)**” (grifo nosso)*

Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?

Como mostra a explicação dada pelo Empreendedor do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

*“As **desapropriações** feitas pelo Metrô, o Metrô é o responsável, o Metrô paga a preço de mercado, ele contrata uma empresa particular para fazer uma pesquisa de mercado de valor de imóveis da região onde serão desapropriados, e depois ele paga por valor de mercado, e se houver acordo ele deposita 80% do valor e o resto assim que for desocupado, sempre valor de mercado, e logicamente se a pessoa não concordar ela tem o caminho da justiça que é o normal para todo mundo. Com relação ao canteiro central que eu disse é o seguinte, não que é o Metrô vai assumir a recuperação arbórea, o que eu disse é o seguinte que o Metrô vai passar pelo centro, pelo canteiro central, e ele é o responsável por isso, agora nesse acordo Metrô e prefeitura de São Paulo, já existe um projeto de alargamento nesse sentido, inclusive já com lei de alinhamento, é isso que vai acontecer, e isso é responsabilidade da prefeitura, me parece que em alguns casos já existe a faixa livre, coisa desse tipo, Metrô fará as desapropriações para ele, dele isso que eu disse. Bom a pessoa disse o seguinte se **houver uma pane** lá em cima, eu já expliquei o problema da segurança, são aquelas 5 etapas, agora eu quero fazer uma pergunta ao contrário, as linhas de Metrô hoje elas passam a 25, 30 metros, por exemplo, a estação da Luz passa a 25 metros, da linha 1 azul, na praça da Sé é 35 metros, e toda vez que há um problema e que se teve que parar, não houve pânico, quer dizer, foi tudo resolvido, em cima é a mesma coisa, ... e eu me lembro que quando foi construir a primeira linha que ia passar debaixo da Sé, a gente ouvia as pessoas disser que jamais iriam andar de METRO porque ela ia passar debaixo da Catedral da Sé, que ele vai passar debaixo do prédio do Banespa, e hoje não existe isso, porque o sistema lhe da confiabilidade, e eu volto a dizer o Metrô é confiável,...se você usar a*

linha 1 azul, a partir da estação Armênia – Estação Tucuruvi ele já tem todo um trecho em elevado, e ninguém morre de medo de estar lá em cima 8, 10 metros de altura, e digo mais, o Metrô tem treinamento de seus funcionários operacionais para essas ocasiões, e eu não vou repetir os 5 caminhos, e uma segunda coisa, em relação a passarela eu disse, este é o Metrô leve, ele não vai parar entre estações, ele não vai parar entre estações, e ele não vai passar lentamente, e que as pessoas talvez não tivessem aqui mais a velocidade operacional do monotrilha, é a mesma velocidade do Metrô enterrado, subterrâneo, ...a passarela de emergência fica na lateral, no Metrô monotrilha ele fica entre as duas vigas, e é lógico que a pessoa só vai fazer se isso em último caso e se o Metrô tiver parado” (grifo nosso)

“Eu não disse em momento algum da minha apresentação que esse monotrilha é de alta capacidade, não disse em nenhum momento não, eu disse que ele tem o mesmo desempenho operacional que o Metrô convencional, e a única diferença dele com o Metrô convencional é com relação a capacidade de transporte, o Metrô convencional ele é aplicado acima de 60 mil passageiros horas sentido, e eu consigo com o **monotrilha 48 mil passageiros hora-sentido, não é mágica** nenhuma que se faz, é só você ter um sistema segregado ou seja, ele não tem interferência com nada, com nenhum outro como o Metrô convencional” (grifo nosso)

“Em relação a vegetação, essa também é uma grande preocupação da equipe e por isso que nos indicamos como principal impacto desse empreendimento, a companhia do Metrô fez previamente de um cadastro de toda a vegetação e o desenvolvimento do projeto básico agora, está buscando minimizar o impacto sobre a vegetação... foi feito um cadastro, são cerca de 1800 árvores nesses canteiros centrais e áreas para implantação dos acessos para as estações, o projeto que está em desenvolvimento, detalhamento do projeto básico, está buscando evitar ao máximo afetar essa vegetação”

“Com relação a desapropriação, nós temos dito o seguinte, que o monotrilha vai passar em vias que já estão alargadas ou que deverão ser alargadas, alargar via é uma coisa da prefeitura, para isso existe um alinhamento, uma lei de alinhamento viário, definindo onde deve ser alargado, ele define ainda mais, quantas faixas, coisas desse tipo, determina mais, existem as calçadas a serem colocadas, essa é outra briga, se não colocar, é outra briga, se a pessoa está irregular, e ocupou a área que já estava na lei para ser desocupada, aí eu sinto muito vai sair sim, ela vai ter que sair...Distância entre estações, são 17 no total, 15 depois de Oratório até Cidade Tiradentes, e os locais escolhidos, pra ter o desempenho de acelerar e desacelerar e manter a velocidade, também existe uma distância a ser cumprida entre estações, ... o Metrô propõe-se a estudar, não é um negócio fechado, é lógico que nós temos um projeto sim, mais se houver realmente alguma coisa a ser alterada, ainda tem tempo de ser encaminhado para estudo”

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

- Estudo de Avifauna contemplando metodologia adequada e esforço amostral significativo, demonstrando a curva do esforço amostral estabilizada, avaliando ADA e AID em conjunto. Destaca-se o levantamento a ser realizado em áreas verdes, Parques e Praças localizadas na AID do empreendimento, que por vezes, estão separadas apenas pelo viário, possibilitando e proporcionando um maior fluxo das espécies.
- Apresentar Projeto Paisagístico, contemplando no mínimo ADA e AID do empreendimento, integrando e promovendo: os “corredores verdes” propostos; a implantação de calçadas verde; a reurbanização de Praças; os Parques Urbanos e Unidades de Conservação; áreas verdes ajardinadas e arborizadas; e as áreas remanescentes de desapropriações, as quais deverão ser áreas permeáveis.
- Os “corredores verdes”, a serem implantados sob a estrutura do elevado, deverão estar integrados também ao Projeto de Implantação de Ciclovias previsto para os Trechos 2 e 3, caso sejam locadas no Canteiro Central.
- Apresentar rota segura para a chegada de bicicletas e pedestres às Estações e Terminais do Monotrilho, a fim de contemplar a acessibilidade às estações para os usuários do sistema, pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, ao longo do empreendimento, considerando um raio de 250 metros no entorno das estações ou terminais.
- Apresentar a localização prevista para os bicicletários a serem implantados em um raio de 100 metros dos terminais e estações da Linha 2 – Verde – Trecho

Oratório – Cidade Tiradentes, em atendimento ao Plano Diretor Estratégico do Município de São.

- Apresentar o projeto de ciclovia a ser implantada ao longo do Trecho 2 do monotrilho, quer seja junto ao canteiro central, quer seja junto à calçada, nos termos do Plano Diretor Estratégico
- Apresentar o Diagnóstico Socioeconômico do Cadastramento das famílias atingidas pelo reassentamento e outras intervenções previstas para a implantação da Linha 2-Verde – Oratório – Cidade Tiradentes.
- Apresentar a definição do conjunto de áreas a serem desapropriadas nos Trechos 2 e 3 do Prolongamento da Linha 2 – Verde, bem como a avaliação individual dos imóveis que serão afetados, quanto à situação da sua utilização (residencial, comercial e/ou industrial) e situação fundiária (regular ou irregular).
- Para as áreas objeto de desapropriação, em função da implantação do Monotrilho, deverão ser consideradas faixas de recuo, a serem mantidas permeáveis, de modo a permitir a transição entre as edificações previstas para a instalação do empreendimento e os imóveis adjacentes.
- Quando da solicitação de Licença Ambiental de Instalação para os Trechos 2 e 3 do Prolongamento da Linha 2 - Verde, apresentar o Programa de Desapropriação dos imóveis afetados incluindo: cronograma de implementação, estimativa de custos para as desapropriações, atores institucionais responsáveis pela sua realização, estratégias de comunicação, negociação e indenização.
- Quando da solicitação de Licença Ambiental de Instalação para os Trechos 2 e 3 do Prolongamento da Linha 2 – Verde, apresentar informação atualizada

quanto à remoção de população em imóvel irregular indicando: estimativa de custos para os reassentamentos, localização das áreas onde a população removida será reassentada, cronograma de implementação dos reassentamentos e os atores institucionais responsáveis pela sua realização. Adicionalmente, caso haja tais remoções, informamos que deverá ser apresentada a manifestação da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/HABI referente à remoção dos imóveis irregulares existentes necessários para a implantação do empreendimento.

- Apresentar um Estudo de Simulação por Modelagem Física Matemática dos níveis de ruído emitidos pelos veículos do modal monotrilho em pontos sensíveis e verificar a compatibilidade com os níveis de ruído máximo, conforme parâmetros de incomodidade estabelecidos no Plano Regional Estratégico.
- Demonstrar em Estudo que os índices de confiabilidade do Sistema “Modal Monotrilho – VLP” a ser implantado, são aceitáveis no que concerne a manutenção, eficiência/falhas de operação, sistema econômico-financeiro sustentável, tomando-se como referência a utilização desse Sistema em similares, em fase de operação em outras cidades populosas.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

- Apresentar o Diagnóstico Socioeconômico do Cadastramento das famílias atingidas pelo reassentamento e outras intervenções previstas para a
- Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação Social, a ser implementado nas fases de planejamento, construção e operação do

empreendimento, com respectiva comprovação das atividades aplicadas aos diferentes públicos.

- Apresentar o detalhamento do Programa de Educação Ambiental, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Adotar no Estudo de Modelagem, cenários que possam induzir o ruído médio predominante e ruído máximo do Sistema e Material Rodante Monotrilho VLP, tais como: composições com capacidade média e máxima de passageiros, mudança de via, curvas.
- Apresentar a Manifestação do Corpo de Bombeiros em relação ao projeto proposto, em especial, quanto aos aspectos de segurança na operação da Linha 2 – Verde – Trecho Oratório – Cidade Tiradentes, em sistema de Monotrilho em estrutura elevada, levando-se em consideração que poderá ser implantada, em todo o percurso das duas vias de circulação dos trens, uma passarela fixa com proteção.

7.6. EMPREENDIMENTO 6: LIGAÇÃO DO AEROPORTO DE CONGONHAS A REDE METROFERROVIÁRIA – LINHA 17 OURO

O Trecho Aeroporto de Congonhas – Estação Morumbi da Linha 9 - Esmeralda, com ligação ao Jabaquara, acrescentando mais 11,0 km à Linha 17 - Ouro, o Trecho Estação São Paulo / Morumbi da Linha 4 - Amarela do Metrô - Estação Morumbi da CPTM, com 6,9 km, que estabelecerá a ligação da Estação Morumbi da CPTM com a Estação São Paulo - Morumbi da Linha 4 - Amarela do Metrô. Este trecho consolidará a configuração perimetral da Linha ligando as regiões Sul e Sudoeste. Para viabilizar a implantação deste empreendimento, serão necessários projetos de adequação urbana como o Prolongamento da

Avenida Perimetral, a canalização do Córrego Atônico e intervenções na Praça Roberto Gomes Pedrosa que fazem parte deste licenciamento.

Quadro 7: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 6

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			
Audiência Pública			Observação	
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:			<p>A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de reuniões com a famílias afetadas pela obra e Falta de comunicação com a sociedade. • Tipo de modal, Monotrilho ou METRO? Justificativas quanto a escolha. • Desapropriações e remoção da comunidade afetada. • Segurança, acessibilidade e capacidade do número de pessoas a serem transportadas, por ser um tipo de transporte de superfície sem experiências simulares na Cidade. • Impactos no Parque Burle Marx. • Enchentes. • Aumento do fluxo de transito. • Traçado da ciclovia. • Poluição visual. • Arborização na região das obras. <p>Preocupação com as áreas livres debaixo da linha do monotrilho.</p>	
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente a esclarecimentos percebeu-se insatisfação quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública.
Foi solicitada nova Audiência Pública?	X			Três Audiências Públicas
Audiência Pública	Individual		Coletivo	Observação
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?			X	Discutiu-se a importância do Projeto para a Cidade.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 7 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 6

Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	A maior parte das solicitações da comunidade foram contempladas e referiu-se a esclarecimentos quanto as desapropriações, falta de comunicação com a comunidade, impactos no Parque Burle Marx, enchentes, aumento do fluxo de trânsito, traçado da ciclovía.
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Atendeu de forma mais específica as solicitações quanto a: <ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações e remoções das famílias, apresentação do Diagnóstico Socioeconômico final do cadastramento das famílias atingidas pelas desapropriações e outras intervenções previstas para a implantação da Linha 17-Ouro, com o detalhamento do perfil das famílias. • Impactos no Parque linear. • Estudo sobre os índices de confiabilidade do Sistema “Modal Monotrilho - VLP” a traçado da ciclovía. • Plano de comunicação, plano de arborização e proposta de plantio compensatório,

Fonte: Elaborado pela autora

Importante ressaltar que o sistema monotrilho não constava do Plano Integrado de Transportes Urbanos - São Paulo 2020 e 2025 (ISODA, 2013).

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas á:

1. Falta de reuniões com as famílias afetadas pela obra e Falta de comunicação com a sociedade.

“...nós tivemos a apresentação previa lá no CADES, e alguns dos questionamentos que colocamos não foram suficientemente esclarecidos então algumas das questões que vamos protocolar, já foram colocadas e gostaríamos muito de ter a informação. Em primeiro lugar temos que reiterar o interesse da comunidade em que haja sim um sistema de transporte aqui nessa região para que não se corra o risco de se

entender que vamos contra o transporte coletivo, absolutamente isso não acontece mais o que ocorre é que esta tipologia que está sendo proposta realmente levanta muitos questionamentos em meio a população, estou falando especificamente ao longo ali da operação da Águas Espraiadas é a região onde a gente atua e isto tem sido discutido amplamente com os moradores não só a tipologia mais também parte do traçado faz muitos meses talvez mais de ano que a gente tenta junto a companhia do METRÔ informações sobre este processo então eu preciso destacar que infelizmente até a apresentação no CADES, nós não tínhamos nenhuma informação do traçado, só as informações vagas e imprecisas”

“Este projeto foi discutido com a comunidade, esse projeto que a comunidade escolheu foi discutido, foi alterado várias vezes e surpreendentemente a linha ouro está ignorando este projeto, era um projeto no solo acompanhando o parque linear interligando os bairros, embora ele seja segregado ele não isola os bairros, então a questão é assim, porque o METRÔ altero esta proposta a revelia de uma lei, a lei de operação urbana está vigente”

2. Tipo de modal, Monotrilho ou Metrô? Justificativas quanto a escolha.

“Então porque motivo na contramão de que muitos outros países vêm fazendo, que a gente agora vem propondo aqui em São Paulo que já uma cidade conturbada visualmente, ambientalmente, e em termos de adensamento construtivo porque agora neste momento está sendo proposta pela companhia do METRÔ uma tipologia que afeta ambientalmente, e urbanisticamente todas as regiões lindeiras, todos os bairros lindeiros e que a maioria destas comunidades rejeita vigorosamente? E mais uma vez na apresentação do METRÔ foi solicitada ao METRÔ planilhas comparando os custos das três tipologias que foram primariamente preliminarmente analisadas pelo METRÔ como possibilidades infelizmente a resposta não trouxe valores só trouxe alguns critérios que na verdade são os mesmos que nós preocupam e nós não temos como comparar então permanece a pergunta, quanto custa este sistema em comparação com ele no solo, ou com o transporte semi elevado como está sendo feito em algumas questões, e com o transporte subterrâneo,e isso aqui vai na contra mão no discurso de participação e de transparência que a gente tem ouvido, mais não está sendo praticado, pelo menos não neste caso a gente entende que é fundamental ampliar esta discussão antes que se andamento a este projeto”.

“(...) só que a gente não entende a motivação deste projeto aéreo, não faz sentido ainda mais na região da Águas Espraiadas, que foi projetada para não ter cruzamento em nível”.

3. Poluição visual, Arborização na região das obras. Preocupação com as áreas livres debaixo da linha do monotrilho.

“(…) além disso quero constar aqui várias representações junto a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismos de São Paulo, demonstrando que a instalação do monotrilho tem como resultado a degradação ambiental do Morumbi, gerando poluição urbana, vale dizer impactos irreparáveis a paisagem urbana, cumpri salientar ainda que além da degradação ambiental existem problemas de segurança do mau fadado monotrilho, problemas de trânsito antes e depois da obra, passagem pelo cemitério do Morumbi violando túmulos, e sem falar de problemas sonoros que perturbarão os moradores da região, poluição por todos os lados, quando a luta por um planeta melhor e mais preservado mentalmente, devo ainda ressaltar que o estádio do Morumbi já foi descartado pela FIFA como arena da próxima copa do mundo, demonstrando a inutilidade da obra, os moradores do Morumbi representados pelos moradores acima não podem aceitar que se coloque goela abaixo a construção do aludido monotrilho que vai descaracterizar completamente o bairro, surpreende ainda que vem com a construção desse monotrilho aéreo, altamente poluidor em todos os sentidos, quando existe um projeto de demolição do minhocão, que representa o monstrengo na cidade de São Paulo, por fim é importante deixar claro que os moradores do Morumbi não são contra a construção de um transporte público de massa, ou seja, o METRÔ que não descaracteriza ou degradaria ambientalmente o nosso bairro, o METRÔ subterrâneo (...)”.

4. Segurança, acessibilidade e capacidade do número de pessoas a serem transportadas, por ser um tipo de transporte de superfície sem experiências similares na Cidade.

“(…) então como está colocada esta questão da segurança, vocês já imaginaram um conflito de torcidas antagônicas dentro desses trens, a 15 metros de altura será que os técnicos consideraram o estado psicótico, desses indivíduos que vão no campo para matar pessoas e quando saem se matam, só porque torcem para times diferentes, esse pessoal se encontrando dentro de trens inacessíveis que estarão a 15 metros de altura alguém será que penso nisto”. “... esses trilhos no caso o monotrilho, é movido a energia creio eu pergunto a mesa, como fica no caso de um apagão, como as vezes a gente vê no METRÔ, e a gente fica pendurado a 15m de altura, como fica este impacto (...)”

5. Desapropriações e remoção da comunidade afetada.

“Uma das ruas atingidas pelo o programa de desapropriações, deste projeto, que infelizmente ao contrario o que tem informado os membros da mesa, ele não foi realmente discutido com a comunidade, não foi ventilado publicamente ele fica escondido muito tempo porque a muito tempo se está trabalhando nesse projeto pelo detalhamento que a gente vê ele começa a ser conhecida a menos de 1 ano”

“As audiências públicas infelizmente, que elas deveriam ser feitas para embasar o projeto, o projeto está pronto minha gente, o que quer dizer isso, vocês podem falar o que vocês quiserem aqui, o projeto não vai ser modificado, sabe por que, porque existe uma coisa que manda no mundo, chama-se dinheiro”

6. Poluição visual, Enchentes, Aumento do fluxo de trânsito, Poluição visual.

“Somos todos moradores de uma área bastante tranquila do Panambi, com muito verde e som de pássaros, mais que hoje está sendo ameaçado por um projeto que vai rasgar esta área, com pilares de cimento e um trem passando por cima, eu não tenho exatamente pergunta a fazer para vocês, mais apenas questionamentos para os responsáveis por este projeto, de forma que os ajudem a refletir, um pouco mais sobre a cidade as quais eles mesmos vivem, sobre o pretexto de resolver o problema de transporte da região, demagogicamente, se buscam soluções paliativas, a curto prazo, de péssimo gosto arquitetônico, uma cidade tão cheia de poluição visual e sonora, de impacto ambiental, negativo, de certa forma vai exterminar as áreas residências de verde nativo, com serias questões de segurança, e com muitas dúvidas”.

“Eu trago aqui um material que eu gostaria de deixar protocolado com vocês, e vou seguir minha apresentação, gostaria só de fazer uma ressalva, quando você citou que durante a sua apresentação que no mundo afora desde de 1800 e pouco existe o monotrilho, se fosse tão bom assim nossos políticos e administradores eles deveriam ter feito isso a 150 anos atrás”.

Uma manifestação favorável a implantação do Monotrilho

“A nossa resposta é óbvia, nós somos a favor do metrô, porque esta luta do metrô é uma luta que vem a décadas, rolando por aqui, a quase 50 anos se prevê um metrô aqui na zona sul, e nunca o debate foi tão aprofundado quanto neste momento, então a briga pela avenida, a briga pelo metrô, é uma briga que deve unir as pessoas para buscar uma melhoria, a discussão vai se o metrô vai ser subterrânea, se vai ser no

monotrilho, o metrô subterrâneo que é o convencional a décadas estamos brigando para ele acontecer, e mais uma vez ele provavelmente, até ele sair do papel vai demorar cerca de 20 anos para sair do papel, essa é a realidade, já demoro 50 anos até chegar neste momento, vai demorar mais 20 anos, o Morumbi, e o Paraisópolis, a medida que a economia cresce, as pessoas tem, mais dinheiro circula mais carro, centenas de condomínios novos chegando a nossa região, muitas vezes de forma inadequada colocando a questão do meio ambiente, sempre o meio ambiente, e a agente sente uma falta em relação a isso porque cada vez mais tem aumentado o número de carros circulando, e cada vez mais condomínios estão vindo para nossa região, então nós queremos sim o metro subterrâneo, mais nós não abrimos mão da construção e de ter um meio de transporte que vai ajudar nossa região, Paraisópolis, Morumbi, Jardim Colombo, a melhorar seu transporte”.

Referente a esclarecimentos observou-se insatisfação quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública.

“(...) as questões que foram respondidas, foram respondida de forma subjetivas, coisas dizendo como “vai ficar mais nobre, mais bonito, mais leve” isso é absolutamente subjetivo quando para o morador quanto para o cidadão que vai estar naquele sistema...é que não levou em conta nada que foi proposto nas audiências passadas, nós não sentimos mudar uma vírgula nas propostas que foram postas, a gente sente toda vez que a resposta vem para desqualificar a proposta, e nós não estamos aqui só para perturbar o projeto do METRÔ, estamos aqui para agregar”

“(...) essas audiências públicas são feitas apenas, para justificar que a população foi ouvida, é apenas para constar, já está tudo acertado, aí vocês vão me perguntar, se já está tudo sacramentado porque você está aqui perdendo o seu tempo”.

“(...) a audiência pública deveria preceder a continuidade do processo licitatório, no presente caso se faz exatamente o contrário do que deveria ser feito, ou seja, torna o processo licitatório um fato consumado antes de se ouvir as partes interessadas (...)”

“Eu estive no metrô, há tempos atrás, na realidade pra pedir a mudança de traçado, e realmente o que aconteceu foi que, quando houve a audiência pública e eu fui, estava na audiência, e vi que realmente não se tratava de uma mudança de traçado, se tratava de um projeto com impacto ambiental, louco, e que realmente iria causar um grande problema não só ao Morumbi e sim a São Paulo como um todo, quer dizer nos reclamamos realmente do metrô, como foi muito bem explanado aqui, e na realidade a gente vai ter por São Paulo inteira vários, então eu tenho algumas perguntas que realmente me deixaram,

acho que nessa vida tem que aprender, estamos aqui pra aprender, e acho que é isso exatamente o que eu estou fazendo, quanto a segurança foram feitas várias perguntas, e eu acho, eu estive em outra audiência e não ouvi nenhuma resposta (...)”

“(...) mais uma vez quedou-se, por tanto eu peço novamente conste o protesto de nulidade desta audiência, não foi atendido até hoje com 2 audiências públicas para a apresentação dos projetos, também não foi falado sobre as desapropriações, por que? Porque as desapropriações dependem do São Paulo Futebol Clube, então eu acho uma vergonha a sociedade ter que passar por uma situação tão constrangedora, ter que deixar sua casa ou seu trabalho que seja para cumprir um protocolo fazer um papel de palhaço, porque se aqui não estivéssemos a audiência teria sido tido como válida, quando na verdade o que foi apresentado aqui, (...) foi propaganda (...)”

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

1. Referente a Desapropriações:

- Apresentar o Programa de Reassentamento para a população diretamente afetada, em razão das obras e intervenções.
- Apresentar Programa de Atendimento Econômico e Social para a população diretamente afetada pela Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – Chucri Zaidan.
- Apresentar a anuência da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB de corresponsabilidade no Programa de Desapropriação e Reassentamento.
- Caso novos lotes venham a ser desapropriados, estes também devem ser classificados quanto ao seu potencial de contaminação e ser objeto de investigações ambientais, considerando os procedimentos de gerenciamento de áreas contaminadas.

- Apresentar a manifestação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, referentes aos impactos a serem causados a EE Plínio Negrão, pela intervenção proposta. (Desapropriação prevista para a quadra esportiva).
- Apresentar o Decreto de Interesse Social – DIS referentes às áreas definidas para as Habitação de Interesse Social – HIS.
- Apresentar a anuência da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB de corresponsabilidade no Programa de Desapropriação e Reassentamento.
- Atualizar as informações das Fichas de Cadastro das Áreas, com especial atenção àquelas a serem desapropriadas total ou parcialmente, considerando todos os dados obtidos até o momento, incluindo as informações de número de contribuinte e previsão de desapropriação (parcial ou total).

2. Referente a traçado da Ciclovia:

- Apresentar o projeto aprovado e a manifestação final do Grupo Executivo para Melhoramentos Cicloviários – Pró-Ciclista/SMT.

3. Outros aspectos:

- O Projeto Paisagístico deve contemplar a possibilidade de tratamentos com barreiras vegetais a fim de mitigar ruídos e promover a minimização de surgimento de ilhas de calor.
- Apresentar uma avaliação baseada em critérios técnicos quanto à preservação das palmeiras imperais localizadas no canteiro linear entre a Avenida Marginal Pinheiros e a Chácara Tangará, de modo a buscar alternativa na readequação do viário que permita preservar o canteiro com as palmeiras-imperiais,

mantendo, dessa forma, as características paisagísticas do envoltório do bem tombado.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

Atendeu reivindicações mais específicas:

Qualquer alteração do traçado deverá ser objeto de nova avaliação de impacto ambiental, em relação ao trecho modificado, bem como sua compatibilidade com o traçado integral da Linha 17 – Ouro.

Esta LAP não considera os impactos ambientais de eventuais paralisações ou abandono das obras.

- Demonstrar em Estudo que os índices de confiabilidade do Sistema “Modal Monotrilho - VLP” a ser implantado são aceitáveis no que concerne à manutenção, eficiência/ falhas de operação, sistema econômico-financeiro sustentável, tomando-se como parâmetros a utilização do sistema em similares em funcionamento no âmbito internacional.
- Apresentar as alternativas locacionais de forma detalhada, com os respectivos traçados, demandas e análise dos impactos ambientais positivos e negativos, inclusive por onde o traçado passa em vias locais, seguindo o estabelecido no Art. 124 da Lei Municipal nº 13.340/2002 do Plano Diretor Estratégico – PDE, quanto à utilização de transportes coletivos em vias estruturais.
- Demonstrar em Estudo que os índices de confiabilidade do Sistema “Modal Monotrilho - VLP” a ser implantado são aceitáveis no que concerne à manutenção, eficiência/ falhas de operação, sistema econômico-financeiro

sustentável, tomando-se como parâmetros a utilização do sistema em similares em funcionamento no âmbito internacional.

- Apresentar um Estudo de Demanda demonstrando que a previsão de demanda máxima para o ano de 2014, 2030 e 2060 para a Linha 17- Ouro (Demanda de Média Capacidade) é suficiente para atender os níveis de conforto de passageiros de Metrô (pessoas de pé por m²), conforme Norma NBR 9260 – Serviço Metropolitano – Nível de Conforto – Acomodação em pé – Classificação.
- Apresentar o Estudo de Viabilidade de implantação de ciclovia na região do empreendimento, conforme prevê a Lei Municipal nº 14.266/2007, Decreto Municipal nº 34.854/95, que regulamenta a Lei Municipal nº 10.907/90, referente aos locais para estacionamento de bicicletas, bicicletários e paraciclos com parte da infraestrutura de apoio a esse modal de transporte.
- Desapropriar integralmente os terrenos que serão afetados pela Linha 17-Ouro e seus equipamentos, inclusive executar a urbanização dessas áreas.
- Apresentar o Diagnóstico Socioeconômico final do Cadastramento das famílias atingidas pelas desapropriações e outras intervenções previstas para a implantação da Linha 17-Ouro, com o detalhamento do perfil das famílias.
- Apresentar o Decreto de Utilidade Pública (DUP) para cada imóvel a ser desapropriado para a implantação da Linha 17-Ouro.
- Apresentar detalhamento do Programa de Desapropriação dos imóveis afetados incluindo: cronograma de implementação, estimativa de custos para as desapropriações, atores institucionais responsáveis pela sua realização, estratégias de comunicação, negociação e indenização.

- Apresentar as informações atualizadas das resoluções efetivadas no âmbito do Convênio assinado entre Metrô/SP e PMSP para a Implantação da Linha 17-Ouro em relação às fontes de recursos e cronograma para as desapropriações e reassentamentos a serem realizados em decorrência da implementação do empreendimento. Informa-se ainda que quanto às desapropriações, remoções e reassentamentos da população afetada pelas intervenções do empreendimento que ocorrerão dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada.
- Apresentar informação atualizada sobre a remoção de população em imóvel irregular indicando: estimativa de custos para os reassentamentos, localização das áreas onde a população removida será reassentada, cronograma de implementação dos reassentamentos e os atores institucionais responsáveis pela sua realização. Adicionalmente, caso ocorram tais remoções, informamos que é necessária a apresentação da manifestação da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/HABI quanto à remoção dos imóveis irregulares existentes necessários para a implantação do empreendimento.
- Apresentar o cadastro atualizado com o levantamento fundiário das áreas pretendidas para a implantação de unidades de Habitação de Interesse Social – HIS que estão na ADA do empreendimento, por exemplo, terreno localizado na Avenida Washington Luís que foi identificado em vistoria, mas, que não está contemplado nas informações do EIA. Deve ser estudado se o traçado irá impactar tais HIS e caso seja necessário desenvolver alterações locacionais no traçado e/ou medidas mitigadoras conforme diretrizes de legislação pertinente.
- Caso haja reassentamentos a serem realizados, apresentar a manifestação técnica do Grupo Técnico Permanente de Áreas Contaminadas (GTAC), da

Divisão Técnica de Licenciamento Ambiental (DECONT-2), quanto à situação ambiental dos locais destinados para o reassentamento da população afetada.

- Apresentar Plano de Realocação da Unidade Básica de Saúde-Jardim Congonhas, localizada à Rua Viaza, em terreno lindeiro à Avenida Washington Luís, bem como de outros equipamentos sociais que venham a ser removidos em decorrência da implementação do empreendimento.
- Apresentar a manifestação e anuência do Departamento de Planejamento Ambiental – DEPLAN/SVMA e Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE/SVMA referente à realocação dos equipamentos sociais de lazer localizados no Piscinão Jabaquara, que serão afetados em decorrência da implantação do Pátio de Manobras da Linha 17-Ouro, para o Parque do Chuvisco e Parque Linear da Av. Jornalista Roberto Marinho.
- Apresentar os impactos ambientais e suas medidas mitigadoras relativos aos equipamentos sociais localizados na ADA do empreendimento.
- Apresentar Manifestação do CONPRESP quanto à proximidade da estrutura do monotrilho na lateral do Estádio Cícero Pompeu de Toledo, localizado na Av. Jules Rimet, e referente aos seguintes bens tombados ou em processo de tombamento: Fachada Frontal do Aeroporto de Congonhas; Passarela Comandante Rolim Amaro, sobre a Av. Washington Luiz e Colégio Visconde de Porto Seguro.
- Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação Social, devendo ser implementado nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação do empreendimento.
- Apresentar o Programa de Educação Ambiental de acordo com Política Nacional de Educação Ambiental.

- Apresentar em DEPAVE-DPAA, quando da proposta de plantio compensatório, projeto contemplando espécies arbóreas compatíveis com os hábitos alimentares do *Diopsittaca nobilis* no que diz respeito ao Trecho do Morumbi, e demais espécies de avifauna ao longo da ADA e AID do empreendimento.
- Apresentar o posicionamento definitivo do traçado inserido no viário, a localização definitiva de cada uma das estações, suas áreas de acesso (estruturas de acesso, passarelas, entre outros), pilares interferentes com o viário, além de todos os equipamentos necessários para a Linha (aparelhos de mudança de via, barreiras acústicas e invólucros). Observa-se que as análises dos impactos ambientais e suas medidas mitigadoras dependem da localização da via, dos equipamentos e da distância destes com as edificações.
- Apresentar a manifestação do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE/SVMA e Departamento de Planejamento Ambiental – DEPLAN/SVMA, quanto à inserção das estações e eventuais acessos previstos, e para a implantação do traçado dentro do perímetro do Parque Linear da Av. Jornalista Roberto Marinho.

7.7. EMPREENDIMENTO 7: TERMINAIS E SISTEMAS VIÁRIOS CORREDOR CAPÃO REDONDO / CAMPO LIMPO / VILA SÔNIA

O empreendimento Terminais e Sistemas Viários é integrante do Programa Municipal de Investimentos e Ações para a Melhoria do Transporte Público Coletivo e do Trânsito para a Cidade de São Paulo. Trata-se de um programa de intervenções para a melhoria da mobilidade da população e a acessibilidade do território urbano. Dentre os principais benefícios esperados com a implantação do empreendimento citam-se a melhoria na qualidade de atendimento e maior conforto aos usuários; ampliação da capacidade atual dos eixos de transporte e dos terminais de ônibus da região; diminuição do tempo de percurso e aumento de oferta de lugares; melhoria no desempenho logístico dos deslocamentos dos passageiros, evitando o percurso negativo de parte das viagens e minimizando a concorrência com o trânsito urbano; priorização do transporte coletivo sobre o individual; garantia da acessibilidade aos meios de transporte e melhoria nas condições de transferências intermodais. Referente aos aspectos socioambientais para a execução das obras será necessária desapropriação e intervenção em áreas públicas. As desapropriações ocorrerão principalmente em zonas de comércio e serviços, seguido por uso misto. Estas áreas localizam-se principalmente em vias já consolidadas. Além das desapropriações, será necessário intervir em aproximadamente 80 imóveis irregulares. As famílias moradoras desses imóveis serão reassentadas, conforme diretrizes constantes do Programa de Indenização e Reassentamento.

Quadro 8: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 7

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			Solicitou consulta a população, dados de saúde, trabalho e renda antes da elaboração do EIA
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		<ul style="list-style-type: none"> • Organização social e reivindicações dos movimentos populares e sociais. • Identificar e mapear os equipamentos sociais existentes na AID. • Caracterizar a infraestrutura, os serviços e a capacidade de atendimento do sistema de saúde. • Identificar endemias que ocorram na AID, apresentar taxas/índices de incidência (inclusive Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST's) e a potencialidade de introdução de novas endemias pela presença dos trabalhadores. • Trabalho e renda - Apresentar os dados gerais para a AID, indicando o rendimento médio total e por setor da população; uma análise do perfil de distribuição de renda; a população economicamente ativa; o número de postos de trabalho (emprego formal) oferecidos por setor econômico, incluindo os serviços públicos; perfil da atividade informal; número de trabalhadores absorvidos em atividades informais; o número dos desempregados.
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 8 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 7

Audiência Pública			Observação	
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:			A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a: <ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações. • Remoção e Reassentamento da comunidade. • Falta de reuniões com a comunidade. • Dificuldade de mobilidade. • Atrasos recorrentes em obras anteriores na região. • Problemas de empregabilidade na região, por conta do transporte público. • Impermeabilização do solo. 	
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Referente a esclarecimentos percebeu-se insatisfação quanto as respostas oferecidas da Audiência Pública. Embora o Termo de Referência ter solicitado consulta a população, dados de saúde, trabalho e renda antes da elaboração do EIA, as pessoas presentes na Audiência Pública, relataram que não foram consultados ou informados sobre o Projeto.
Foi solicitada nova Audiência Pública?		X		
Audiência Pública	Individual		Coletivo	Observação
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?	X		X	Não se discutiu a importância ou não do Projeto para a Cidade.
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	<ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações. • Remoção e Reassentamento da comunidade. • Dificuldade de mobilidade. • Impermeabilização do solo.
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Sim, e aspectos mais específicos.

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

1. Desapropriação, Remoção e Reassentamento da comunidade

“A desapropriação, rapidamente, eu sou vice-presidente da Associação de moradia eu luto para gente ter na cidade uma moradia e quando a gente faz um projeto de desapropriação é gravíssimo, porque nós temos de colocar alguém e não tirar ...eu não saio daqui contente, porque eu não gostaria de estar discutindo um projeto desse modelo, nós estamos atrasados, essa que é a verdade, nós temos que estar aqui discutindo um projeto de solução não um projeto. (...) eu gostaria de fazer só uma perguntinha, vai ter desapropriação até agora ninguém passou para falar nada, eu queria a resposta, o que vai ser? Nossa preocupação é moradia”.

“(...) no momento nada se falava de desapropriar, quem ia desapropriar, então o que você tem hoje, o Prefeito junta os Secretários junta todo mundo para fazer a discussão, não sai”

“(...) se em oito anos não foi feito na área podemos fazer alguma coisa, mas não é a solução do problema, quando fala de desapropriação, eu sou da visão do projeto que soma, tem que somar, não tirar (...)”.

2. Falta de reuniões com a comunidade

“(...) ano passado nós fomos numa reunião na SPTRANS para assistir uma exposição do Terminal lá do Jardim Ângela e não foi nada mais do que um mapa aquele que foi apresentado aqui com risco em vermelho e azul e nada falava, então é muito diferente, o outro que me sucedeu falou de dúvidas, se vai começar ou não, é muito diferente quando você tem um sistema, um jeito que as equipes se reúnem para planejar e para executar as coisas, lá naquele momento nada se falava de desapropriar, quem ia desapropriar, então o que você tem hoje, o Prefeito junta os Secretários junta todo mundo para fazer a discussão, não sai. O que aconteceu aqui em oito anos? Não foi feito um metro sequer de nada! Porque é difícil fazer obra! Uma cidade que tem onze milhões não pode ficar sem nenhum dia sem fazer qualquer obra, ficou oito anos aqui na zona sul, porque moro aqui, mas na cidade não foi diferente sem fazer nenhuma obra (...)”

“(...) desde o começo deste ano de 2013 a gente não teve sequer uma reunião decente para discutir a região, isso é um absurdo (...)”

3. Dificuldade de mobilidade e atraso nas obras

“(...) por exemplo, o metrô, é uma solução que nós temos que lutar, brigar, para que aconteça na cidade de São Paulo”.

“(...) não adianta nos ficarmos aqui batendo palmas, sair daqui achando que vai resolver o problema que não vai resolver o problema! É lógico que resolve rapidamente, mas não resolve, é metrô! Como diz o metrô do Capão, Jardim Ângela, quantos anos tem que foi falado que vai fazer e nunca saiu do papel, escrever uma faixa no chão dizendo que vai resolver o problema, não vai!”

“Sou morador do M’ Boi Mirim, do Jardim Ângela, um trabalho muito bem feito a questão ambiental, eu só espero que esse projeto realmente comece e termine que a obra fique pronta de preferência e que não fique se arrastando como muitas obras na cidade e uma delas, um exemplo, é a própria duplicação da M’Boi Mirim que já virou até novela, já foi prometida, acho que só falta o Barack Obama prometer aquela duplicação porque os políticos do Brasil todos já prometerem. ...então que é importante a SPTRANS também se debruçar em dar mais agilidade a esses corredores, para que as pessoas possam chegar mais rápido em suas casas e nos seus trabalhos”.

4. Relação empregabilidade e desapropriação

“(...) com a desapropriação (...) é praticamente quase um ônibus que vai ter que levar de pessoas para o centro, para trabalhar no centro, então é uma questão para estar sendo pensada em trazer políticas públicas de empregabilidade, não só aqui no Campo Limpo, mas sim na periferia de São Paulo.

5. Impermeabilização

*“A outra questão também é a da **impermeabilização**, aqui Campo Limpo, praticamente é uma Bacia, essa chuva que deu aí, apesar da obra do Pirajuçara ter sido feita, ela quase que transbordou”*

*“Com relação a **impermeabilização**, nós sabemos que a região onde vai ser implementado o empreendimento é uma região altamente densa, altamente ocupada, a impermeabilização já está comprometida, a proposta do projeto com a implementação de projeto paisagístico e o reaproveitamento das áreas remanescentes das desapropriações, nem toda a área vai ser ocupada pelo empreendimento, então essas áreas provavelmente poderão ser inseridas como uma medida compensatória na questão da impermeabilização (...). Quer dizer, **cravar que a obra vai***

*durar x meses é bastante complicado, mas nós estamos assumindo um compromisso e uma responsabilidade muito grande de dividir essa obra em trechos (...). Com **relação ao valor**, o contrato para a realização dessa obra do capão Redondo, é um contrato de duzentos e treze milhões de reais, o que temos nesse contrato é a construção do corredor, readequação de calçada, construção de parada de ônibus, desses 273milhoes (conforme falado) cento e setenta e seis milhões são recursos do PAC, são recursos do governo federal, trinta e sete milhões são recursos da Prefeitura de São Paulo, fora esse recurso para o desenvolvimento da obra do corredor nós temos reservado algo entorno a sessenta e oito milhões de reais **para o Programa de Desapropriação**. (grifo nosso) (resposta do empreendedor)*

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução

CADES:

- Apresentar a manifestação da Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social – CAEHIS quanto às intervenções previstas no empreendimento em Zonas Especiais de Interesse Social.
- Nos locais previstos para o reassentamento, identificar as áreas com potencial, suspeitas ou comprovadamente contaminadas.
- Apresentar o diagnóstico socioeconômico final e o cadastramento das famílias atingidas pelas intervenções previstas para a implantação do empreendimento, com o detalhamento do perfil destas famílias.
- Elaborar um Plano de Acompanhamento e Desenvolvimento Comunitário, a ser implantado em um prazo máximo de 12 meses após o reassentamento das populações afetadas.
- Apresentar a manifestação da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/HABI quanto à remoção da população sujeita ao reassentamento em virtude da implantação do empreendimento.

- Apresentar a formação dos membros da equipe técnica que será responsável pelas desapropriações e reassentamentos durante as fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento.
- Apresentar o Decreto de Interesse Social – DIS e planta, em escala compatível, das áreas definidas para Habitação de Interesse Social – HIS.
- Apresentar a Manifestação do Grupo Executivo da PMSP para Melhoramentos Ciclovitários – Pró-Ciclista, vinculado à CET, em relação ao empreendimento projetado.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

- Apresentar a manifestação da Secretaria Municipal de Educação em relação à intervenção parcial na EMEF Mauricio Simão.
- Apresentar a manifestação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em relação à intervenção parcial na Associação Assistencial Lar Amor.
- Informar se as desapropriações serão totais ou parciais, assim como a destinação das áreas remanescentes, considerando a implicação dessas áreas no balanço de áreas permeáveis.
- Apresentar todos os Decretos de Utilidade Pública relativos às áreas a serem desapropriadas, necessárias para a implantação do empreendimento.
- Apresentar o diagnóstico socioeconômico final e o cadastramento das famílias atingidas pelas intervenções previstas para a implantação do empreendimento, com o detalhamento do perfil destas famílias.

- Elaborar um Plano de Acompanhamento e Desenvolvimento Comunitário, a ser implantado em um prazo máximo de 12 meses após o reassentamento das populações afetadas.
- Apresentar a manifestação da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/HABI quanto à remoção da população sujeita ao reassentamento em virtude da implantação do empreendimento.
- Apresentar a Manifestação do Grupo Executivo da PMSP para Melhoramentos Ciclovitários – Pró-Ciclista, vinculado à CET, em relação ao empreendimento projetado.
- O projeto de implantação de ciclovias para o empreendimento, que foi apresentado até o momento de forma parcial, deverá considerar a compatibilização do mesmo com as propostas dos Planos Regionais Estratégicos da região, tendo em vista a importância de garantir a integração cicloviária do empreendimento como um todo.

7.8 EMPREENDIMENTO 8: CORREDOR DE ÔNIBUS CAPÃO REDONDO / CAMPO LIMPO / VILA SÔNIA

O empreendimento está inserido no programa Cidade Melhor – Mobilidade Urbana, promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo em parceria com o Governo Federal, e tem como objetivo fomentar a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos e das ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano, com ações de qualificação e ampliação de infraestrutura de mobilidade urbana. O empreendimento objeto de licenciamento consiste na implantação de Corredor de ônibus e adequações necessárias à sua implantação; implantação de ciclovia ao longo do trecho objeto

de intervenção e implantação de Projeto Paisagístico e urbanístico. Referente aos aspectos socioambientais trata-se de um impacto de natureza negativa, permanente, de alta relevância e irreversível. A desapropriação de terrenos residenciais e ou comerciais provoca a segregação da comunidade do entorno, originando danos às famílias que serão desapropriadas, tal impacto torna-se significativo, devido à necessidade de remoção de famílias residentes em áreas de ocupação/situação irregular.

Quadro 9: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 8

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			No que se refere ao meio socioeconômico, onde para a implantação do empreendimento ocorrerão muitas desapropriações e remoções/reassentamentos de populações que moram em áreas irregulares e/ou invadidas, foram propostos os Programas de Indenização e Reassentamento e o Programa de Comunicação Social e Ambiental. Entretanto, esse impacto, em especial no que diz respeito às intervenções complementares, tais como a duplicação das Ruas São Teodoro, Harry Danhemberg e a avenida Itaquera (“Itaquerinha”) e os melhoramentos geométricos, onde o número de casos de desapropriação e reassentamento será ainda maior, deverá ser exaustivamente abordado no EIA/RIMA.
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			
Audiência Pública	Observação			
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:	A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a: <ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações. • Remoção e Reassentamento da comunidade. 			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 9 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 8

Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		Muitas dúvidas referentes as desapropriações. O Empreendedor convidou a quem tivesse interesse para comparecer a SPOBRAS para fazer reuniões mais específicas sobre as desapropriações. “...Eu me comprometo pessoalmente, você pode me procurar lá na SPOBRAS, e podemos dar uma olhada, olhar numa planta para saber exatamente qual é o seu imóvel e podemos ver isso juntos, e eu vou te mantendo informado”.
Foi solicitada nova Audiência Pública?	X			Três Audiências Públicas
Audiência Pública	Individual	Coletivo	Observação	
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?	X		Não se discutiu a importância ou não do Projeto para a Cidade. Preocupações.	
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Sim e aspectos mais específicos.

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

“Eu moro na Região de Aricanduva, eu queria saber quais são os impactos a fundo que vai ter ali na Região, por que há uma área que tem bastante mata, mata nativa, mata ciliar, entre outros, eu queria saber qual o impacto a fundo que vai ter na Região, e se vai ser necessário o alargamento da via para construção do Corredor?”

“Por exemplo, a gente não é, engenheiro nem arquiteto, mas se você falar assim: olha nesse trecho vai alargar cinquenta metros a pergunta fica muito simples para as pessoas entenderem, nesse trecho, por

exemplo, alarga vinte metros ou trinta, fica mais fácil das pessoas entenderem como ficará depois de pronto”

“Eu tenho um escritório em Artur Alvim e com a explicação que foi feita fiquei com algumas dúvidas, por isso estou aqui. As dúvidas que eu tenho são as seguintes: na imagem de desapropriação, não ficou muito claro quais serão os locais que serão atingidos nessa desapropriação, também gostaria de saber, em relação a Estação de Metrô Artur Alvim, se vai haver alguma modificação, em relação as escadas de acesso, ainda ao entorno da Estação, se as ciclovias serão afetadas, enfim, e se vai haver algum alargamento da Radial Leste, ou seja, da Rua Dr. Luís Aires, nesse trecho que envolve a Estação de Metrô Artur Alvim.”

“O motivo de minha preocupação e que me trouxe aqui, é que o imóvel de minha propriedade fica ao lado da Estação Artur Alvim, inclusive eu reparei que ele apareceu na foto, e depois que eu fiquei sabendo que ia ter essa Audiência Pública, minha preocupação até aumentou, pelo visto dá desapropriação. ... estou lá há quinze anos, e na imagem que foi mostrada eu não consegui observar se realmente será afetado, ou não, e se havendo essa desapropriação se é possível ser parcial, sim ou não, talvez seja até cedo, mas enfim, se existe essa possibilidade.”

“O senhor havia colocado como é feito o cálculo do pagamento, é sobre que valor? O valor venal ou o valor que vale o mercado? “

Resposta do Empreendedor:

“...eu me comprometo pessoalmente, você pode me procurar lá na SPOBRAS, e podemos dar uma olhada, olhar numa planta para saber exatamente qual é o seu imóvel e podemos ver isso juntos, e eu vou te mantendo informado.”

“Infelizmente essa obra vai cortar uma serie de córregos, cuja grande maioria já está canalizado e poluído, mas mesmo assim a gente propõe que a SPOBRAS se preocupe muito em não piorar o que já tem”.

“Quanto à desapropriação, que é uma coisa que preocupa a todos, apesar de não termos um grande pacote de desapropriação, nós temos desapropriações, por isso achei válido dar uma passada de como hoje está se procedendo na Prefeitura de São Paulo o processo de desapropriação”

“Nesse momento aqui quando o processo dá entrada no Fórum é quando o cidadão começa a ouvir o “mosquitinho” da desapropriação mais perto do ouvido dele, então daqui para trás, nós estamos prevendo, estudando, avaliando, fazendo projeto, tramitando processo interno”

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

- O empreendedor deverá firmar o Termo de Compromisso Ambiental – TCA com o DEPAVE/SVMA para o manejo da vegetação de porte arbóreo, a ser executado para a implantação do empreendimento.
- O estudo de quantificação dos ganhos e perdas de áreas permeáveis por microbacia hidrográfica deverá ser reavaliado e reapresentado, contemplando uma proposta de compensação para cada microbacia hidrográfica que, após a implantação do empreendimento, tenha um balanço negativo de áreas permeáveis. A compensação deverá consistir na criação de novas áreas permeáveis.
- O estudo de avaliação e quantificação da perda de solo permeável, ajardinamento, arborização e mobiliário das praças públicas e áreas verdes localizadas junto aos viários que sofrerão intervenções, deverá ser revisto e reapresentado, contemplando uma proposta de criação de novas praças, compensando as perdas ocorridas em cada trecho do empreendimento.
- O empreendedor deverá apresentar manifestação favorável do DEPLAN/SVMA, quanto às intervenções pretendidas no Parque Linear Proposto do Ribeirão Guaratiba, decorrentes da implantação do empreendimento.
- Deverá ser reapresentado o Estudo da Avifauna, considerando que os pontos de observação de aves devem estar localizados em áreas verdes significativas, praças e demais áreas verdes da AID, dando preferência às áreas estrategicamente localizadas junto à ADA. A suficiência amostral deve ser

demonstrada para cada um dos trechos do empreendimento. O Terminal São Mateus deve fazer parte do estudo.

- Comprovar a Compensação Ambiental em Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral de 0,5 % do valor de referência do empreendimento, relativo ao Art. 36 da Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000. As Unidades de Conservação serão definidas pelo DECONT-2/GTAIA e a DUC/DEPAVE-8/SVMA em conjunto.
- O Programa de Arborização e Ajardinamento deverá ser acrescido do seguinte: Acompanhamento da consolidação da arborização e do ajardinamento, por no mínimo quatro anos, com a apresentação de relatórios técnicos anuais ao DECONT-2/GTAIA, demonstrando o desenvolvimento a contento das mudas de árvores e plantas do paisagismo. Os relatórios deverão ser documentados fotograficamente e conter a Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

- Apresentar, quando da solicitação da LAI, proposta para utilização das áreas remanescentes das desapropriações, em função da implantação dos corredores e terminais, levando em consideração a perda de áreas permeáveis, assim como a destinação de áreas de provisão para construção de Habitação de Interesse Social, equipamentos públicos, considerando, ainda, as recomendações urbanísticas em análise pela SP Urbanismo.
- Apresentar os Decretos de Utilidade Pública relativos às áreas a serem desapropriadas, necessárias para a implantação do empreendimento.

- Apresentar a Manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, relativa aos equipamentos sociais sob sua responsabilidade, diretamente afetados pela implantação dos Corredores da Região Leste 2, quais sejam: Unidade Básica de Saúde Dom João Neri (remanejamento) e Unidade Básica de Saúde Chabilândia (parcial).
- Apresentar a Manifestação da Secretaria Municipal de Educação, relativa aos equipamentos sociais sob sua responsabilidade, diretamente afetados pela implantação dos Corredores da Região Leste 2, quais sejam: EMEI Profª Doracil Dina Benício (parcial) e EMEF Padre Chico Falcone (parcial).
- O empreendedor deverá informar as ações realizadas, no âmbito do Subprograma de Realocação de Equipamentos Sociais, no sentido de manter aberto um canal de diálogo e informações com a população afetada, quanto ao empreendimento projetado e a questão da relocação de equipamentos sociais.
- Apresentar o Plano de Relocação previsto no Subprograma de Relocação de Equipamentos Sociais.
- Apresentar as soluções adotadas para garantir a implementação dos tratamentos ciclo viários nos trechos onde as ciclovias não poderão ser construídas na lateral, à direita da via.

7.9. EMPREENDIMENTO 9: OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA BRANCA

A Operação Urbana Consorciada Água Branca consiste em um conjunto de ações coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com o objetivo de melhorar as condições urbanísticas da região. A área requeria uma readequação e o parcelamento do solo de algumas glebas particulares em áreas menores, facilitando o fluxo de pedestres e de veículos na região.

Por meio da implantação de seu Plano Urbanístico contribuirá para melhorar a qualidade de vida na região, a partir da implantação de áreas verdes, readequação do sistema viário e obras de drenagem. Dessa forma espera-se solucionar ou ainda minimizar os constantes episódios de inundações a que a área está sujeita. Cabe destacar ainda que, com a implantação do Plano Urbanístico, a população que atualmente vive em condições subnormais, em favelas, será transferida inicialmente para duas áreas com habitações de interesse social.

Quadro 10: Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 9

Termo de Referência	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais solicitados	X			
Solicitou consulta a população antes da elaboração do EIA		X		
Estudo de Impacto Ambiental	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Aspectos socioambientais contemplados no EIA	X			
Audiência Pública			Observação	
As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:			A maior parte das solicitações da comunidade referiu-se a esclarecimentos quanto a: <ul style="list-style-type: none"> • Desapropriações. • Remoção e Reassentamento da comunidade. • Estudo de capacidade de suporte. • Equipamentos públicos. • Plano de segurança por conta do adensamento na região. • Aumento de áreas verdes. • Plano de drenagem. 	
Audiência Pública	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
Os esclarecimentos solicitados pela população na Audiência Pública foram suficientes?		X		As Organizações Ambientalistas presentes na Audiência Pública solicitaram reuniões específicas com os Empreendedores, Elaborador do EIA, Técnicos e Secretarias afetas ao Projeto. Foi acordado e realizado. “...Era isso que eu queria dizer, dizendo que obviamente nós teremos que fazer novas reuniões para ter mais clarezas sobre esse licenciamento ambiental”.
Foi solicitada nova Audiência Pública?		X		Realizado reuniões técnicas específicas com interessados.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 10 (cont.): Resumo do Processo de Licenciamento do Empreendimento 9

Audiência Pública	Individual		Coletivo	Observação
Observou-se maior interesse individual ou coletivo?	X			Foi discutido a importância do Projeto para a Cidade.
Resolução CADES	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública foi acatado na Resolução CADES?			X	
Licença Ambiental Prévia	SIM	NÃO	Atendido em parte	Observação
O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia?			X	Sim e aspectos mais específicos.

Fonte: Elaborado pela autora

As solicitações de esclarecimentos pelos participantes da Audiência Pública foram em maior parte relativas a:

“Sou conselheira do CADES da Secretaria do Verde do Meio Ambiente, eleita pela comunidade representando a Região Centro Oeste 1 que abarca a Lapa, Butantã e Pinheiros. Nós tivemos a oportunidade na semana passada fizemos na Faculdade Flamingo uma reunião prévia com técnicos e com a população para discutir o conteúdo EIA\RIMA e, eu gostaria de informar aos senhores que na primeira reunião da Câmara Técnica que está estudando esse conteúdo eu entreguei em nome da comunidade que eu represento um documento bastante detalhado, colocando uma série de pontos que estão vagos ou precisam ser objeto de um detalhamento maior nesse EIA\RIMA antes que seja dada qualquer eficiência ambiental, para que a operação urbana seja encaminhada. E os pontos que eu detalhar agora de uma maneira breve que eu me disponho inclusive a dar o conteúdo mais detalhado pros que tiverem interessados são os seguintes: 1º queremos a compatibilização, estudo de compatibilização dessa operação urbana com as demais intervenções que vão ser feitas no perímetro dessa operação urbana, para os senhores terem uma noção estão previstos para mexer nesse perímetro a operação urbana Água Branca, a Operação Urbana Lapa-Brás, a implantação de dois elefantes enormes que é a Arena multiuso do Palmeiras e a futura fábrica dos sonhos, ou seja, estas coisas todas tem que ser estudadas em conjuntos, isso é obvio na área técnica e tem estudo na operação urbana esquecendo que vai ter uma Arena multiuso do Palmeiras que os dados de ruídos inclusive vão ser totalmente diferentes isto não está contemplado. Então essa compatibilização é

necessária. 2º ponto a questão de **estudo da capacidade de suporte viário**. Eu pedi oficialmente que esse estudo fosse entregue, e eu pedi que fosse entregue antes dessa audiência pública, e gostaria de deixar aqui firmado que eu acabei de recebê-lo agora, portanto não há condição objetiva de se analisar tecnicamente o conteúdo dessa possibilidade de capacidade de suporte, sem um estudo mais apurado que nós da comunidade devemos fazer a posterior. 3º ponto a questão das edificações para população pobre, a operação urbana que é de gente hoje a da lei que foi feita na época do prefeito Paulo Maluf, ela previa áreas para **construção de habitação de interesses social e habitação do mercado popular, ocorre o que toda a população pobre que vivia nesse perímetro já foi posto para fora**, ou foi dado três mil reais, cinco mil reais, enfim, limpavam as favelas que lá se encontravam, isso não significa que não exista, e eu gostaria de pedir os colegas que estão representando as comunidades, vejam com detalhes quais foram as áreas dessa operação urbana destinada do mercado popular e habitação de interesse social até privilegiando quem lá morava a época em função das suas raízes e da necessidade de que tinha naquele momento. ...conversar com mais detalhes sobre a questão dos aquíferos, dos aquíferos como então, disse o colega da SP-Urbanismo que eu concordo plenamente, é uma área de solos extremamente frágeis, nós temos na várzea do rio um aquífero ele é praticamente um aquífero muito próximo a superfície que vai exigir cuidados muito grandes quando for tratado e a **bacias de drenagem** eu gostaria de dizer, que nós temos cinco, cinco córregos na área, portanto são cinco bacias de drenagem, não é só Água Preta e Sumaré e essas cinco bacias de drenagem elas se ligam a bacia de drenagem do Alto do Tiete que é a bacia mãe, hoje em dia os estudos de drenagem tem que ser feito como um todo, no sistema estudar duas bacias de drenagem somente vai resolver problemas pontuais, portanto nós pedimos que estudo sejam feitos para bacias como um todo, e finalmente, gostaria de dizer que a área, **o perímetro da área não tem equipamentos públicos que possam comportar o incremento de população que se pretende fazer. Não há equipamentos de saúde, não há equipamento educacional ao que me consta isto não está previsto no plano orçamentário** que está sendo ora discutida pela Prefeitura de São Paulo. Terminando que os senhores tenham uma noção, hoje os setores que foram aqui apresentados contendo 29.000 habitantes, prevê-se para 2025 um incremento de 86.000 habitantes para que essa área venha a suporta o total de 117.000 habitantes, eu pergunto: com que equipamentos coletivos? Com a capacidade de suporte do solo, um patrimônio e inclusive o que tem que ser destinado para habitação de interesse social. Era isso que eu queria dizer, dizendo que obviamente nós teremos que fazer novas reuniões para ter mais clarezas sobre esse licenciamento ambiental” (grifo nosso)

“Primeiramente eu quero parabenizar os munícipes pela grande presença aqui numa audiência tão importante que está decidindo o futuro do nosso bairro, que quer decidir depende de nós. Para quem não me conhece sou presidente do conselho comunitário de segurança (Conselho Comunitário de Segurança do Estado de São Paulo -

CONSEG) da Lapa. E a nossa preocupação aqui, é que eles **apresentaram para nós um crescimento de com proposta de melhorias, mais empresas, sistema viários, urbanização, mais fizeram estudos de todos os aspectos menos um o da segurança, hoje nós sabemos que o crescimento dos ordenados do bairro tem trazido grandes transtornos, arrastão em condomínios, a fiscalização aqui na Lapa aqui na nossa região cada dia mais vem crescendo, nós temos prédios, cada empreendimento, cada dia novo surge um empreendimento fora os supermercados, shopping e agora Arena do Palmeiras, agora estamos caminhando por pesadelo, quero afirmar isso para vocês, caminhando com pesadelo e me admira muito hoje numa audiência tão importante do qual é decidido as questões somente um vereador que está aqui presente...cadê os demais vereadores, que dizem lutar por nós (...)**" (grifo nosso)

"Sou Diretora do Movimento Defesa São Paulo. Esses slides que eu vou passar são todos públicos e foram apresentados em algumas reuniões do CADES que é o Conselho Municipal do Meio Ambiente da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que promoveu essa audiência pública, eu quero chamar atenção, que a operação urbana começou de uma lei promulgada em 1995. ...deveria ser um polo de geração de empregos e 300.000m² para uso residencial, isso porque os bairros em volta já são bastante densos e como ela se desenvolveu um arquiteto da **SP Urbanismo, explicou muito bem, que essa operação ele patinou, patinou e só teve um interesse do mercado imobiliário a partir de 2006** e o que aconteceu a partir de 2006, o estoque residencial que é de 300.000 mil ele já 140.000 mil já foi consumido e tem na fila 328.00m² de empreendimentos que estão esperando para entrar na operação urbana e poder construir mais do que o zoneamento permite? (...) outra coisa importante de se falar é a questão das **grandes glebas, quando uma gleba enorme é loteada é uma lei federal estabelece quem faz o loteamento tem que doar 40% ou 30% de áreas verdes e viário**, que ela vai gerar, acontece que na operação urbana está sendo prevista a abertura de várias ruas, isso se significa que numa gleba grande se a prefeitura abre, desapropria a faixa de rua, o empreendedor não precisa doar nada, então isso é um negócio, não é nem da China é um negócio fantástico, é um bilhete de loteria premiado, então, a coisa não é bem assim eu **acho que tem ficar muito claro quais são as reais pressões para ocupação dessa área**, porque se fosse ter esse público, por exemplo, haveria um plano de drenagem dessa área já pronto, **onde está o plano de drenagem**, não tem plano de drenagem só que tem plano para construir 1.200m² além do coeficiente 2,5 gente tem que atentar muito bem para isso, a quantidade de metros quadrados e as 86.000 mil pessoas que vão morar aqui" (grifo nosso)

"(...) dizer que muitos que vocês assistiram aqui é uma indignação muito grande com a **Operação Urbana Água Branca extremamente nociva a nossa região**, há quinze anos, e quem é morador aqui como eu sou, sabe do que estou falando eu hoje me sinto quando eu vou naquelas audiências públicas a 30 km da minha casa eu entendo porque as

peessoas estão bravas. Então, hoje eu quero até falar mais como morador eu tenho uma birra na operação urbana Água Branca para não dizer **ódio isso trouxe um enorme estrago na região, trouxe dinheiro que ficou depositado ao longo de 15 anos e nenhuma obra a não ser uma ruazinha que é piada no mundo inteiro, começa atrás do viaduto e entra nele mesmo** (...), Só na drenagem, agora pouco o Marcelo me falou aqui nós temos **5 projetos de drenagem** não sei por que comparam tanto projetos, gastaram até agora 8.000 milhões da operação urbana, cinco só em projeto, projeto drenagem Água Preta, projeto drenagem Sumaré, não discutiram a bacia, não. Agora vamos discutir a bacia toda, agora mais um projeto, aí o executivo desse projeto é mais da metade do dinheiro que temos aqui” (grifo nosso)

“Sou Coordenador da União Nacional de Moradia Popular, uma entidade que debateu as questões dos Planos Diretores. O Estatuto da Cidade, de fato, toda operação urbana na cidade de São Paulo, ela causa grande impacto na cidade, tanto para população que está morando no seu bairro, para **população que é expulsa do local**, e eu pedi a inscrição para estar colocando duas questões que eu acho importante. **Primeiro não é verdade que não querem tirar o pessoal, que nós trabalhamos ali na Água Branca, porque o senhor Alonso, que é da Secretaria da Habitação, mas a senhora Bete França, foi sim tirar o pessoal lá. E nós tivemos que entrar com a medida cautelar no juiz, para barrar o despejo que estava sendo feito lá. Segundo, eu sou do movimento de moradia, e respeito todos os companheiros e pessoas que moram aqui na região.** Então, temos algum diálogo sim com os representantes da prefeitura, principalmente na região central onde está se recuperando prédios antigos, porque que a gente não pode ter esse dialogo aqui? 250 unidades de HIS aqui para nós é ridículo, é muito ruim, isso nós não vamos aceitar de jeito nenhum e porque que nós não vamos aceitar? Porque já foi dado muito, você acha que **aquele espaço do campo do São Paulo e do Palmeiras lá, é terreno da prefeitura, não é particular aquilo lá não, aquilo lá é uma concessão que foi dada pelo Prefeito Jânio Quadros, e o Palmeiras e o São Paulo não pagam nada para prefeitura, agora vem incomodar o povo aqui na Francisco Matarazzo, então essa é a troca que gostaríamos de fazer, o senhor Vereador, foi feito um debate na câmara municipal, que os clubes tinham que pagar para sociedade estes terrenos, até hoje eles não pagaram um centavo, quantas unidades habitacionais daria para o pessoal que luta pela moradia aí, para não intervir aqui no bairro que está aqui. Foi feita essa Arena aqui, poderia ter feito lá, lá não tem nem moradia, mas essa discussão não vem até nós, então eu peço a vocês essa oportunidade de ter aberto a palavra e que vocês possam ouvir aí o clamor do povo**” (grifo nosso)

Resposta do Empreendedor:

*“Começando pela questão da compatibilização dessa Operação Urbana e com Operação Lapa-Brás, só queria deixar claro que a Operação Urbana Lapa-Brás não existe ainda é uma diretriz é um projeto que está sendo previsto pela prefeitura, então essa compatibilização terá que ser feita quando a Operação Urbana Lapa-Brás for de fato estudado. Com relação a **Arena multiuso e a Fábrica dos Sonhos, a Arena do Palmeiras ela é um empreendimento particular**, ela é geradora de impacto e deve, portanto, seguir a legislação vigente por que existem medidas mitigadoras a serem tomadas o que não me parece correto é fazer que a operação urbana arque com as medidas de mitigadoras de um empreendimento privado acho que isso não pode acontecer, com relação aos estudos de capacidades de suporte ele foi encaminhado ao CADES já conforme solicitado, enfim está a disposição do CADES. Ele foi encaminhado ao CADES semana retrasada. Com relação a **habitação do interesse social**, nesse momento está sendo feito uma desapropriação de um terreno para implantação da habitação de interesse social um terreno de mais ou menos 9.000m², para atender uma demanda que nos foi passada pela Secretaria da Habitação, que disse que atualmente a demanda é com 250 moradias, lá existe 250 famílias e moradores em favela esse é o número que a Secretaria da Habitação nos passou. De imediato está sendo desapropriado um terreno, caso existam outros domicílios em favela nada impede que a Operação Urbana possa atender isso também, nós trabalhamos com a demanda que a Secretaria da Habitação nos passa. Que região? É na Av. Marquês de São Vicente, não sei o número agora no site da EMURB tem a indicação dessa área com relação ao patrimônio arquitetônico e a solicitação de uma reunião a disposição do diretor do DPH, fazer uma reunião conosco realmente aconteceu na demanda do CADES e uma outra questão que também foi levantado por representantes da SIURB com relação a drenagem proteção das cabeceiras de drenagem e reunião com SIURB já foi feita a reunião com o Departamento de Patrimônio Histórico? Não. Será feita, não conseguimos agenda ainda. **Com relação aos equipamentos públicos o EIA/RIMA apontou que há uma insuficiência de equipamentos públicos** então nós estamos nesse momento trabalhando no dimensionamento desses equipamentos, ou seja, precisamos saber de quantas escolas, quantas creches, quantos postos de saúde serão necessários para atender esse incremento populacional. ...com relação aí entre **insegurança, verticalização desordenada**. Que eu não conheço, não concordo. Se fosse assim, todas as áreas que não são verticalizadas sejam plenamente seguras. Que não é verdade. Então, não existe essa relação direta entre verticalização e aumento da insegurança. ...com relação a proteção dos lençóis freáticos a gente mostrou aqui algumas das diretrizes que a gente pretende adotar, ou seja criar, uma série de mecanismo para que os solos sejam protegidos e para que os estacionamentos sejam construídos sobre o solo. **O plano de drenagem** está em curso nesse momento, ele deu conta dos principais problemas, dos principais pontos de alargamento que são gerados pelos córregos que compõem a bacia do Sumaré e Água*

Preta, existem outros córregos na região, sim, existem o da Água Preta e Sumaré, são os que geram os piores problemas, então nós começamos as ações estruturais por aí, podem ser feitas outros estudos de outras bacias, só que queria deixar claro o seguinte: que a gente não pode imaginar que a Operação Urbana Água Branca vai fazer projetos para a Bacia do Tietê, não teria cabimento, a Bacia do Tietê é muito maior do que a área Operação Água Branca, então a gente pode complementar esses estudos até na área de influência direta, uma área um pouco maior, de seguinte da operação da Água Branca, agora a operação Água Branca tem um raio de ação relativamente restrito, é a sua área e o entorno próximo, as outras bacias devem ser estudadas com outros recursos, devem ser feitas de outra forma” (grifo nosso)

Na Audiência Pública o que foi solicitado pelos presentes foi acatado na Resolução CADES:

- Dispositivos e regulamentação para o incentivo e implantação de novas áreas verdes permeáveis, no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB.
- Garantia de que áreas verdes atualmente ocupadas pelos Centros de Treinamento São Paulo Futebol Clube e Sociedade Esportiva Palmeiras, ao término da concessão (ano 2020), sejam incorporadas ao Parque Urbano a ser criado em área ocupada atualmente pela Companhia de Engenharia de Tráfego - CET.
- Mecanismos que visem o controle de impermeabilização do solo, contenção de águas pluviais no interior dos lotes, a implantação de parques lineares junto aos córregos, aumento das áreas verdes públicas e privadas e a utilização de materiais com maior permeabilidade na pavimentação das obras públicas.
- Instrumentos de regulamentação de formas de ocupação urbana coerentes com a diretriz de preservar a característica local de área de várzea do rio Tietê, incentivando a continuidade da ocupação esparsa e horizontal, conforme

prescreve o Plano Urbanístico da OUCAB e o Relatório da Carta Geotécnica do Municipal de 1992.

- Para Licenciamento Ambiental das obras de drenagem da região, deverá ser apresentado Estudo Ambiental específico, conforme Resolução n.º 61/CADES/2001. O Estudo deverá tratar de regime hidrológico, avaliação da situação atual de drenagem e deverá propor um plano com obras e medidas para a melhoria da drenagem em toda a região. Todos os 5 (cinco) córregos que atravessam o perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca deverão estar contemplados no diagnóstico do Estudo.
- Inclusão de mecanismos que propiciem a implantação dos equipamentos sociais necessários ao adensamento proposto no Programa de investimentos da operação urbana, conforme os resultados do estudo em fase final de elaboração.
- Desenvolver políticas de assistência técnica e reinserção social para a população atingida.
- Garantir que os locais destinados ao reassentamento dos moradores de baixa renda do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, não deverão estar situados em área de proteção ambiental ou áreas próximas a fontes de poluição, que possam afetar o direito à saúde mental e física dos habitantes.

O que foi solicitado na Audiência Pública e na Resolução CADES foi contemplado na Licença Ambiental Prévia solicitando:

- Deve ser garantido o apoio emergencial aos que necessitarem, enquanto a moradia definitiva e adequada estiver pendente, apresentando medidas que garantam que a moradia emergencial não se torne definitiva.
- Caminhos verdes previstos no Plano Diretor Estratégico - PDE e Plano Regional Estratégico - PRE; Calçadas verdes, segundo Decreto Municipal no. 45.904/05, que regulamenta o Artigo 6º da Lei Municipal nº. 13.885/04, a serem implantados em todos os passeios dos novos viários previstos e passeios ampliados devido às exigências e incentivos da OUCAB.
- Parque Urbano Municipal, em área hoje ocupada pela Companhia de Engenharia de Tráfego.
- Parques Lineares às margens da Rua Dr. Quirino dos Santos, Água Branca e Córrego Pacaembu.
- Áreas verdes vegetadas, ajardinadas e arborizadas, como as áreas verdes a serem criadas na Gleba Telefônica e Gleba Pompéia.
- Outras áreas verdes e permeáveis a serem implantadas, como as áreas verdes atualmente ocupadas pelo Centro de Treinamento São Paulo Futebol Clube e Sociedade Esportiva Palmeiras a serem incorporadas ao Parque Público a ser criado.
- O Programa deverá prever o envio regular de relatórios de avaliação à SVMA e uma linha direta para reclamações dos moradores da região.
- Apresentar Estudo da Capacidade de Equipamentos Públicos de cada setor da Operação Urbana para atendimento à demanda futura em função do adensamento proposto para o perímetro da Operação Consorciada Água Branca, abrangendo equipamentos voltados à promoção da saúde, educação, lazer, esportes e segurança.

- Apresentar detalhamento do Programa de Negociação do Processo de Desapropriação, contemplando as medidas mitigadoras propostas no EIA.
- Mapear todos aqueles que serão atingidos direta ou indiretamente pelo processo expropriatório, identificando especialmente os grupos mais vulneráveis da população.
- Apresentar mapeamento com o diagnóstico socioeconômico dos moradores do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, que se encontram em moradias precárias, áreas de risco ou Áreas de Preservação Permanente, os quais deverão ser reassentados em Habitação de Interesse Social - HIS, produzidas na área definida para a Operação Urbana Consorciada Água Branca.
- Apresentar Planos de remoção/reassentamento, contendo a identificação dos atingidos e seu número.
- Apresentar Programa de atendimento econômico e social para a população direta e indiretamente afetada pela Operação Urbana.
- Apresentar Plano Ciclovitário desenvolvido para o perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB e respectivo cronograma de implantação.
- Apresentar detalhamento do Programa de Comunicação Social, incluindo a abertura e manutenção de canal de comunicação entre a SP Urbanismo, o Conselho Gestor, e a população local, a ser implementado desde a aprovação da Lei para a implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca, com o objetivo de divulgação junto à população em cada fase e etapa do empreendimento, de forma simples e didática.

7.10. ASPECTOS QUANTITATIVOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

O quadro 11 demonstra os aspectos quantitativos relacionados aos temas que mais se destacaram nos documentos analisados no período investigado

Quadro 11: Aspectos Quantitativos da Análise Documental

Termo de referência	Aspectos socioambientais solicitados	9
	Consulta a população no Termo de Referência	0
Audiência Pública - temas mais discutidos	Falta de comunicação com famílias afetadas	9
	Desapropriação	7
	Remoção de famílias	7
	Perda de áreas verdes	6
	Aumento de tráfego	6
	Enchentes	4
	Impermeabilização do solo	4
	Ilhas de calor	4
	Poluição Visual	3
	Traçado de Ciclovia inadequado	3
	Impacto em parques próximos a obra	2
	Construção de túnel – custo e impacto socioambientais	2
	Insegurança quanto ao tipo de modal a ser implantado	2
	Insegurança aos usuários pelo tipo de modal adotado	2
Esclarecimentos solicitados na Audiência Pública	Não foram suficientes	9
	Suficientes	0
Resoluções – atendeu ou não as solicitações das Audiências Públicas	Sim	4
	Atendeu em parte	5
Licença Prévia atendeu ou não as solicitações das Audiências Públicas	Sim	0
	Atendeu em parte	9

Fonte: Elaboração própria

8. RESULTADOS DA PESQUISA

8. RESULTADOS DA PESQUISA

Por ter optado pela triangulação dos dados obtidos por meio das entrevistas com os Conselheiros e Gestores, a observação participante foi permeando os demais resultados.

Com base na metodologia utilizada e a partir dos resultados obtidos, foram identificados os principais temas e categorias, os quais assim foram discriminados:

1 – A indicação para exercer o papel de Conselheiro do CADES obedeceu a Lei Municipal nº 14.887 de 2009 e estabeleceu que as indicações para a composição no caso dos representantes do Governo, titular e suplente serão designadas pelo Prefeito, considerando as respectivas pastas. Os membros de Instituições e respectivos suplentes serão designados pelo Prefeito mediante indicação dos órgãos representados. As organizações não governamentais – ONGs, sediadas no Município de São Paulo, serão eleitas, mediante processo eleitoral.

2 - Os Conselheiros indicados para representar o Poder Público e segmentos da Sociedade Civil, junto ao Conselho relataram a forma pela qual se reportavam aos seus pares para discutir os assuntos tratados no CADES.

A maioria dos respondentes afirmou que se reportava aos representados, seguindo um determinado método ou procedimento, garantindo a representatividade das posições adotadas no CADES.

Depoimento de Conselheiros:

“Apresentava as discussões ao Instituto que represento com rápidas considerações e definíamos a posição a ser adotada”

“Eventualmente, a posição da Instituição era objeto de discussão nas reuniões de Diretoria ou do Conselho Deliberativo”. “Por meio de exposições periódicas”

“Me reportava (sic) à minha Gerente e à minha Coordenadora. Discutia com o meu Diretor, que fazia as discussões e os encaminhamentos ao Secretário. Em geral, me reportava a Chefia de Gabinete”

“Era preciso provocar debates internos no meu local de trabalho para respaldar as minhas opiniões sobre o tema”

Somente um respondente assegurou que não se reportava à sua Instituição, assumindo uma posição mais pessoal na representação. Por outro lado, a instituição representada não se preocupava em atualizar as posições assumidas pelo representante.

“Eu não levava as questões do Conselho para o Secretário ou para seus assessores”

Os Conselhos de Meio Ambiente são importantes instrumentos de participação da sociedade e exercem sua função principal como formuladores das políticas públicas ambientais.

Importante refletir sobre a dificuldade de concluir a lógica dos interesses específicos ou localizados, que precede a escolha dos representantes dos Conselhos e, em geral, norteie sua atuação com a lógica dos interesses coletivos ou globais. (GONDIM e SOARES 1998, p. 87).

Palavras de um Conselheiro entrevistado:

“Os representantes dos órgãos da administração pública agem como representantes do governo do momento e, se não agem assim, são sumariamente substituídos, sendo obrigados a compactuar com o que tenha sido decidido”

3 - A responsabilidade de assumir o compromisso como membro do CADES e representar seus segmentos foi relatado de forma consciente e positiva por parte dos Conselheiros, conforme se pode perceber pelos relatos a seguir:

“Tenho a responsabilidade de votar e me posicionar defendendo os meus pares”

“Além da relevância imediata em termos do debate de ideias, minha maior responsabilidade era dar vida e consistência a um modelo de cogestão em que o cidadão comum tenha papel proeminente e que identifique a realização dos anseios da maior parte da sociedade”

“A responsabilidade é grande visto que eu precisava ter clareza do tema discutido para poder defender a necessidade da inclusão ou o motivo de exclusão de pontos do EIA consideradas as competências relativas à secretaria a que pertencio”

“Temos responsabilidade de contribuir para o fortalecimento do processo de licenciamento, da participação e da transparência”

“Responsabilidade é grande, devido ao impacto gerado por grandes projetos e responsabilidade na discussão de medidas compensatórias”

“A responsabilidade de um técnico que tem que defender os pontos de vista da Pasta que represento, porém, sempre respeitando o seu padrão ético, técnico e moral”

“Não tive nenhum caso onde tive que me posicionar em desacordo com minhas convicções”

“A responsabilidade é de extrema seriedade e importância. O fato do cidadão ser voluntário, não o exime da responsabilidade em zelar pelo bem difuso e pela qualidade de vida do cidadão. As questões devem ser tratadas com muito profissionalismo, ética e empenho para o desenvolvimento técnico”

“A responsabilidade é muito grande, pois é preciso não somente discutir, mas articular as políticas públicas, de forma a beneficiar a categoria empresarial que represento, sem, contudo, prejudicar o meio ambiente”

Todos os entrevistados expressaram com clareza a responsabilidade e as consequências de representar sua Instituição no Conselho. Contudo, nem sempre as ações correspondiam a esta forma de pensar.

Comentário de um Conselheiro entrevistado:

“Ensinar e educar a população sobre a importância do meio ambiente diretamente ligado à sua vida e o poder de sua participação”

Pelicioni e Pelicioni (2007 p.77) explicam o comentário do Conselheiro exprimindo que “Educar é um processo intencional com o objetivo de prover situações ou experiências

que estimulem a expressão potencial dos seres humanos e complementa que o amadurecimento da capacidade crítica e reflexiva é resultado da participação consciente na sociedade”.

A Participação descompromissada de alguns Conselheiros foi observada por meio de análise de Atas e ou observação presencial e pessoal do autor nas Reuniões Plenárias do CADES. Constatou-se que alguns Conselheiros não se preparavam para as Reuniões. Compareciam sem ter conhecimento da pauta e alegavam falta de tempo. O acúmulo de trabalho e desinteresse sobre determinados temas também foram justificados pela pouca participação e ausência nas Reuniões Plenárias.

Os Conselhos com processos democráticos, têm sido considerados “formas inovadoras de gestão pública que permitem o exercício de uma cidadania ativa, incorporando as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas que possam solucioná-los” (CARVALHO e TEIXEIRA, 2000, p. 8).

O Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU realizada no Rio de Janeiro em 1992, mostra que a melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos.

A falta de comprometimento dos Conselheiros, pode provocar discussões incipientes não se constituindo em políticas públicas efetivas, bem como, traz a possibilidade de abrir espaço para acordos de interesses políticos em detrimento dos interesses técnicos e coletivos.

Palavras de um Conselheiro entrevistado:

“Acho que isso ocorre porque eles não querem afetar negativamente a rede de relações proporcionada pelo Conselho, pois isso significaria perder o acesso às informações privilegiadas a que têm acesso”

Entende ALCÂNTARA 2010 (p.1814) que os Conselhos de Meio Ambiente “são espaços de discussão, debates e conflitos de interesses”.

A participação democrática nem sempre se efetivava conforme o esperado.

Os Conselhos podem ser compreendidos como potencialidades para a efetivação da democracia participativa, com prerrogativas para deliberar, controlar e fiscalizar as políticas públicas. (DIEGUES, 2013, p.91).

4 - Quanto ao tempo que os Conselheiros entrevistados têm de atuação no CADES, constatou-se o tempo mínimo de um ano e o tempo máximo de 11 anos segundo o Gráfico 1.

Gráfico 1: Tempo de atuação dos Conselheiros entrevistados.

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 demonstra que a maioria, 67%, dos Conselheiros, atua no CADES entre 8 e 11 anos, 22% permaneceram entre 4 e 8 anos e 11% dos Conselheiros participaram do CADES entre 1 e 4 anos.

A Lei Municipal nº 14.887 de 2009 que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, no artigo 36, descreve o período de tempo que se pode exercer o mandato de Conselheiro no CADES.

O mandato dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, será de até dois anos, permitidas duas reconduções por igual período.

(SÃO PAULO-CIDADE, 2009)

Na análise das Portarias que designaram os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, para o exercício do mandato de Conselheiro, observou-se alguns Conselheiros serem reconduzidos e exercerem a função de Conselheiro por seis anos.

Ocorreram casos em que o Conselheiro que já havia sido reconduzido por duas vezes e interessava para a Instituição sua continuidade, deste modo, ele se afastava por um período retornando posteriormente.

Constatou-se ainda, que alguns Conselheiros bastante experientes eram indicados por suas Entidades seguidamente com o intuito de defender seus interesses no Conselho. Não é ilegítimo, mas é desigual perante a possibilidade de participação de alguém que permanece muito tempo nesta função comparado a outros que ocupam este papel pelo período legal.

Há casos também de Conselheiros que mudam de Instituição na mesma área e permanecem como Conselheiros. Isso pode explicar a longa permanência de alguns membros.

Isto explica a razão pelo qual alguns Conselheiros tiveram participação no CADES por até 11 anos.

5 - Quanto ao tempo disponibilizado pelos Conselheiros para contribuir no Conselho com questões ambientais da Cidade, assim foi indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Horas trabalhadas com as questões ambientais da Cidade no CADES.

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se verificar que 45% dos Conselheiros relataram que contribuíram entre 30 e 40 horas mensais. Estes estavam envolvidos nos trabalhos das Câmaras Técnicas e pesquisas para contribuir com as discussões e ainda, assumiram outras atribuições de maior responsabilidade, como a Presidência ou Relatoria de Câmaras Técnicas ou Comissões Especiais. Os que relataram dispor entre 20 e 40 horas, 33%, estavam envolvidos nos trabalhos das Câmaras Técnicas ou Comissões especiais. Os Conselheiros que demandaram entre 10 e 20 horas mensais, 22%, alegaram sobreposição de compromissos e que não poderiam colaborar com mais horas de trabalho. Nota-se uma discrepância no total de horas trabalhadas, ou seja, alguns Conselheiros contribuíram bem mais que outros. Ressalta-se que os membros do CADES não são remunerados, uma vez que a função é considerada de relevante interesse público.

Neste sentido, Conselheiros que não pudessem dispor de tempo ou por qualquer outro motivo se sentissem impedidos de participar efetivamente do processo, deveriam declinar de

sua representação. Desta forma, seria possível realizar discussões mais qualificadas e melhorar a qualidade da participação.

A contribuição dos espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. A ampliação destes espaços de participação cidadã favorece qualitativamente a capacidade de representação dos interesses e a qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais (JACOBI, 2003).

6 - As horas dispensadas para exercer a função de Conselheiro, não se restringiram a participação em Reuniões Plenárias, Câmaras Técnicas ou Comissões Especiais, envolveram também, horas de leitura e compreensão dos Estudos, Relatórios, Pareceres Técnicos, pesquisas e Atas. Incluíram, também, reuniões com seus pares e presença em Audiências Públicas, ações fundamentais para garantir que as Resoluções do CADES assegurem o interesse coletivo.

“A qualificação técnica tem se revelado um desafio importante para a sociedade civil não só porque ela é condição necessária para uma participação efetiva, mas também pelas implicações que ela tem assumido na prática” (DAGNINO, 2002 p.284).

As Câmaras Técnicas e Comissões Especiais são criadas para apreciar e aprofundar as discussões de matérias de sua competência, bem como, servem para relatar ao Plenário as decisões acordadas.

A Resolução nº 140/CADES/11, assim define:

Art. 24. As Câmaras Técnicas são colegiados constituídos por membros do CADES, mediante adesão voluntária, subsistindo por prazo indeterminado.

Art. 35. As Comissões Especiais são colegiados constituídos por membros do CADES, mediante adesão voluntária, criadas para estudo e avaliação de assuntos específicos que extrapolem a temática das Câmaras Técnicas. As Comissões Especiais terão caráter temático e consultivo, extinguindo-se com a consecução de seus objetivos.

(SÃO PAULO-CIDADE, 2011)

A forma de participação nas Câmaras Técnicas e Comissões Especiais ocorrem por meio da inscrição espontânea dos Conselheiros. Nelas são discutidos os projetos e elaborados os relatórios para que sejam apresentados na Sessão Plenária. Esta participação requer tempo para as várias reuniões e dedicação às pesquisas.

Os Conselheiros entrevistados consideraram relevante haver disponibilidade de tempo para o trabalho em Colegiados:

“Ser um Conselheiro proativo e competente para debater as questões postas pelas políticas públicas discutidas nos Conselhos exige dedicação e estudo”

“Não se limita a comparecer às reuniões agendadas pelo Conselho. Mas, muitas vezes, dediquei-me a estudar e elaborar documentos às noites e finais de semana, o que foi bastante desgastante”

“O tempo disponibilizado depende da complexidade do projeto que está sendo analisado. Por exemplo: Para empreendimentos passíveis de EIA/RIMA o tempo era de no mínimo três dias por semana, levando vários meses, dependendo da complexidade do caso e do andamento dos trabalhos nas Câmaras Técnicas, e os Conselheiros sobrepunham essas atividades com os seus respectivos trabalhos de rotina”

“Especificamente para as reuniões, entre deslocamentos e preparação, com a leitura de atas e material de consulta, o comprometimento chegava a oito horas por mês. Mas o envolvimento com questões ambientais é uma tarefa contínua, não se limita à participação no CADES”

O papel por eles exercido na solução dos problemas ambientais da Cidade e em seu planejamento pressupõe que os Conselhos tenham em sua composição membros capacitados e participativos e desta forma, possam influenciar nas decisões do governo, exercendo o controle social.

Para o desenvolvimento sustentável, é preciso assegurar que a participação nos Conselhos seja um processo de decisão responsivo, inclusivo, participativo e representativo em todos os níveis (ONU, 2015).

7 - Quanto às contribuições oferecidas pelos Conselheiros durante o seu mandato, todos os entrevistados acreditavam que suas contribuições durante o mandato foram relevantes para a cidade, apesar dessa participação não ter efetivamente essas características, o que pode ser facilmente percebido pelas suas declarações.

“Tenho a expectativa de que minha participação no CADES seja reconhecida como tendo contribuído, ainda que modestamente, à melhoria da qualidade de vida da população paulistana”

“Participei ativamente de Câmaras Técnicas, até fui presidente de duas e raramente faltei à sessão plenária, mesmo quando suplente”

“Tenho procurado nesses anos como Conselheiro defender os interesses da Cidade, principalmente na região que represento”

“Por estudar, trabalhar e militar na área, tentei em todas as intervenções contribuir de forma o mais “real” possível”

“Não tenho dúvidas de que minhas intervenções foram sempre favoráveis ao interesse coletivo, e tenho certeza de ter sido sempre fiel à minha convicção de que o poder e as decisões devem ser compartilhados com a sociedade civil. Mas não chegamos a esse ponto de maturidade política, e a relevância possível de minhas contribuições, muitas vezes, teria ficado esmaecida por trás dos interesses que movem nossos administradores públicos”

“A Administração Pública é um problema para o licenciamento ambiental, pois as autoridades do momento só dispõem do tempo do mandato para fazer o que pretendem e, com isso, não querem fazer discussão do projeto nem de suas repercussões para sociedade. Assim, “atropelavam” o licenciamento ambiental, pois acabavam expondo as falhas do projeto e evidenciando os interesses em jogo”

“Acredito que contribuí de forma relevante para a Cidade tendo participado na avaliação e aprovação de vários projetos importantes para a melhoria da qualidade de vida da Cidade”

“No período que participei, aprendi muito e muito contribui com minha experiência para o andamento dos processos de impacto ambiental”.

Realmente os Conselheiros destinaram parte significativa do seu tempo e capacidade de trabalho à melhoria da Cidade e embora tenham conquistado espaço importante, alguns indicados para esta representação, ainda não perceberam o poder da repercussão de suas

decisões e a importância efetiva que o exercício de sua função representa na vida da sociedade, desde que exerçam com propriedade o Controle Social.

O Controle Social para ASSIS e VILLA (2003, p.377), *“consiste em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios”*.

Os Conselhos de Meio Ambiente são fóruns que permitem a participação da sociedade civil organizada e o consequente exercício do controle social sobre as políticas públicas relativas ao Meio Ambiente, por meio da formulação e proposição de diretrizes e estratégias, do estabelecimento de prioridades e de ações voltadas ao interesse coletivo.

Di Pietro (2007, p. 671), nos mostra a importância dos instrumentos de participação e o decorrente controle social:

Embora o controle seja atribuição estatal, o administrador participa dele à medida que pode e deve provocar o procedimento de controle, não apenas na defesa de seus interesses individuais, mas também na proteção do interesse coletivo. A Constituição outorga ao particular determinados instrumentos de ação a serem utilizados com essa finalidade. É esse, provavelmente, o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular.

Os indivíduos por meio de processos deliberativos e tomada de decisão garantem a legitimidade das decisões coletivas dividindo as responsabilidades entre poder público e sociedade civil. O cooperar deliberativo está embasado na admissão de que os interlocutores estão juntos em um espaço discursivo e político de afetação mútua (YOUNG, 2000, p. 110).

No entanto, constatou-se por meio de análise do documental e observação presencial e pessoal do autor que ocorrem casos de Conselheiros que se envolveram de forma pouco expressiva na rotina do Conselho, algumas vezes desconhecendo o conteúdo do EIA e do Parecer Técnico que seria objeto de discussão e votação. Foi observado que a maioria dos presentes nas Reuniões Plenárias se sentia incomodada com os Conselheiros que não participavam das Câmaras Técnicas ou não faziam a leitura adequada do Estudo ou mesmo do

Parecer Técnico elaborado por esta Câmara Técnica. Sem o devido preparo, os Conselheiros não tinham condições técnicas para votar um Estudo de Impacto Ambiental.

A Resolução nº 140/CADES/2011, no artigo 12 determina que os Conselheiros devam “manifestar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental - EIA/ RIMA” (SÃO PAULO-CIDADE, 2011).

Na opinião dos respondentes:

“A Câmara Técnica estuda o projeto por três ou quatro meses com reunião pelo menos uma vez por semana e não tem o seu trabalho reconhecido por alguns Conselheiros”

“O maior problema é o Conselheiro que não participava, queria opinar ou pior, tentava impor sua opinião intempestiva sobre uma decisão tomada por uma Câmara Técnica competente”

“É uma situação que os membros das Câmaras têm reclamado muito. O Conselheiro que não participou da Câmara Técnica deve ler o EIA e o relatório da Câmara Técnica para votar conscientemente”

“Se por um motivo ou outro o Conselheiro não participou do processo e na reunião plenária sugere mudança no parecer, é muito ruim”

“A apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental na Plenária do Conselho não municia suficientemente os Conselheiros das nuances de um empreendimento”.

“Avalio que se o Conselheiro não participou de discussões anteriores, só a leitura do EIA (que duvido que todos Conselheiro façam) ou mesmo do parecer da Câmara Técnica, tem muito pouco a contribuir ou mesmo para tomar uma decisão bem fundamentada”.

“A participação no CADES deveria, obrigatoriamente, estar ligada à participação em algumas Câmaras Técnicas”.

“O EIA é extremamente complexo e exige um certo grau de conhecimento técnico. Infelizmente, o conselheiro que não participa da câmara técnica acaba por conhecer o assunto através de um relatório e não tem condições de questionar todos os pontos do EIA e por fim votar da maneira mais acertada”.

“Nem todos os Conselheiros possuíam perfil adequado para discutir determinados projetos ambientais”

“O voto é direcionado pela orientação política do Conselheiro”

Para Pateman (1992), a participação não deve se resumir ao comparecimento nas reuniões plenárias. Há uma complexidade de interesses particulares e coletivos no processo político de tomada de decisões.

A participação transcende a clássica fórmula de mera consulta à população, pois molda uma nova configuração da relação Estado e Sociedade, já que envolve também o processo decisório.

Neste sentido, a participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura e na história se faz na medida de sua conscientização. O homem é sujeito da educação e esta é sempre um ato político transformador (FREIRE, 1975).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, 2001) destacou-se a importância da educação e mobilização de indivíduos, grupos e organizações em torno da avaliação dos impactos ambientais e dos processos decisórios, em particular daqueles que possam vir a afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham.

8 - Quanto à avaliação dos Conselheiros sobre a participação da Sociedade Civil e da Administração Pública no processo de Licenciamento Ambiental, constatou-se que a maioria dos Conselheiros não tem claro que a participação deles não deveria ocorrer apenas no âmbito do Conselho, ou seja, em suas Câmaras Técnicas, nas discussões em Plenário e nas fases de análise e deliberação do Estudo de Impacto Ambiental. A partir destes atos, o Poder Público, representado pelo órgão ambiental que tem por competência o controle da qualidade ambiental, acompanha a implantação e a operação dos empreendimentos por meio da emissão das licenças Ambientais. A Licença Ambiental Prévia – LAP, aprova a viabilidade ambiental e estabelece as exigências técnicas para o desenvolvimento do projeto. As Licenças

Ambientais de Instalação – LAI e Operação – LAO, autorizam o início da construção do empreendimento e a instalação dos equipamentos e o funcionamento do empreendimento respectivamente (BRASIL, 1986)).

O licenciamento ambiental cabe ao órgão licenciador, no caso, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA. É o que está garantido na Política Nacional do Meio Ambiente. Entretanto, isso não significa que Sociedade Civil não possa e não deva se manifestar durante todo o processo das emissões das Licenças. Pode ser por meio de provocações ao próprio Conselho ou pelos meios legais disponíveis

Verifica-se que a maioria dos Conselheiros é desconhecedora dos trâmites, procedimentos e fases do Licenciamento Ambiental o que pode fragilizar todo um processo longo de análise do Estudo.

Os Conselheiros em sua maioria, não acompanharam o andamento das Licenças e nem pediram retorno ao órgão ambiental para fazer o controle do que foi aprovado no CADES e o que está sendo realizado. Pode ocorrer a necessidade de ajustes nas exigências e recomendações constantes do Parecer Técnico que foi aprovado pelo Conselho, paralisação da obra ou outros motivos técnicos ou políticos.

Os Programas de Comunicação após a concessão da Licença prévia ficam sob a responsabilidade do Empreendedor que neste momento estará mais próximo da Comunidade. No entanto, depende muito do interesse de ambas as partes. O órgão licenciador será sempre responsável pelo cumprimento das exigências e recomendações previstas nas licenças e pelo acompanhamento do cumprimento destas. Mesmo após a Licença de Operação o órgão licenciador continua na sua missão de monitoramento e controle ambiental dado que a razão do licenciamento ambiental é exatamente o fato de que empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental são causadores de impactos reais e potenciais.

Palavras de um Conselheiro:

“Muitas vezes a Sociedade Civil é desconhecadora dos trâmites, procedimentos e fases do Licenciamento Ambiental prejudicando a força e efetividade”

A Resolução nº. 179/CADES/2016 que trata da competência do Município de São Paulo para o Licenciamento Ambiental elucida que:

O EIA/RIMA deverá ser objeto de avaliação e deliberação pelo CADES, previamente à concessão da licença ambiental solicitada (Art. 9º).

A SVMA, no exercício de sua competência de controle da qualidade ambiental, expedirá as licenças: I - Licença Ambiental Prévia - (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO).

(SÃO PAUL-CIDADE, 2016)

Em se tratando de competência, a Resolução nº. 140/CADES/2011, no Artigo 13 afirma que são atribuições do Plenário:

VI - Manifestar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental - EIA/ RIMA (SÃO PAULO-CIDADE, 2011).

Quanto à informação da SVMA sobre a continuidade do andamento das Licenças Ambientais, após aprovação do EIA-RIMA e Licença Prévia, tem-se o entendimento que os Conselheiros não participaram destas fases. Afirmaram que não havia informação do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT ao Conselho sobre o andamento das Licenças emitidas, desta forma, não havia possibilidade de controlar o que foi aprovado. Tanto a Sociedade como os Conselheiros podem e devem a qualquer tempo se manifestar junto ao órgão licenciador e da mesma forma o poder público deveria convocar a Sociedade para prestar contas das mudanças e solicitar colaboração e opiniões, possibilitando a sua participação até o final do processo.

Segundo os entrevistados:

“Não tenho nenhum registro de que esse assunto tenha chegado à Plenária do CADES por iniciativa do governo”

“Pessoalmente, e em nome das entidades que represento, solicitei informações em alguns casos, mas não na qualidade de Conselheira”

“A SVMA informava apenas quando era provocada”

“Não era um procedimento adotado pela SVMA, até onde tenho conhecimento”

“Só tinha informações por meio das publicações oficiais”

A aprovação do Estudo de Impacto Ambiental dependerá da análise do Conselho de Meio Ambiente, da equipe técnica do órgão ambiental e da realização de Audiências Públicas respeitando-se as legislações competentes, federais, estaduais e municipais. Após a emissão da Resolução aprovando o EIA, o órgão ambiental, se responsabilizará pela emissão das licenças ambientais, prévia de instalação e operação. A emissão das Licenças não é competência do Conselho que aprovou o EIA, mas o acompanhamento destas está implícito na atribuição dos Conselhos, de monitorar e fiscalizar as ações da gestão pública.

9 - A Importância da participação dos Conselheiros no processo de discussão até a aprovação do EIA foi ressaltada e criticada, por parte do Poder Público e por parte da Sociedade Civil:

Depoimento de Conselheiros:

“A sociedade civil precisa se capacitar para ter condições de discutir com o poder público”

“Às vezes há Conselheiros muito despreparados, tanto da sociedade civil, como do poder Público”

*“Os Conselhos de meio ambiente **necessitam** (grifo nosso) de participantes da sociedade civil sejam que habilitados e mais técnicos para que possam agregar valor às discussões”*

“Avalio que a participação da sociedade civil tem se dado de maneira muito variável. Há períodos em que há Conselheiros da sociedade civil muito combativos e bem preparados tecnicamente”.

“A sociedade civil, representada nos Conselhos, dependendo do perfil dos Conselheiros, não tem a menor condição técnica de analisar esses

estudos e muito menos, monitorar se as recomendações serão cumpridas”

“Há uma grande desconfiança da sociedade civil para com o Poder Público, o que torna as discussões e negociações, muitas vezes menos produtivas do que deveriam e poderiam ser”

“Os Conselhos de meio ambiente necessitam de participantes da sociedade civil sejam que habilitados e mais técnicos para que possam agregar valor às discussões”

“Com relação à Conselheiros do Poder Público, há um agravante, existe a pressão dos dirigentes, Chefias, Secretários, e o próprio Prefeito, para a aprovação de obras de interesse da Gestão do momento. Esta é uma realidade que existe nos Conselhos e não só no CADES, independente do Governo”

“Considero tanto a participação da Sociedade Civil quanto a Administração Pública no processo de Licenciamento Ambiental de grande importância, pois nos debates entre as várias possíveis correntes de pensamento, quanto entre os diversos interesses presentes, aparecem todas as maneiras de encarar os impactos decorrentes de determinado assunto ou projeto”

É fundamental que os Conselheiros se apropriem do conteúdo dos Estudos que estão em análise, façam a leitura do material encaminhado pelo CADES, realizem pesquisas, consultem seus pares e tenham tempo hábil para se preparar. Desta forma, os Conselheiros estarão aptos tecnicamente para discutir e elaborar alternativas que respeitem todos os aspectos que devem tornar a cidade mais planejada e sustentável.

Na compreensão de Fonseca, Bursztyn e Moura (2012) a redução do rigor técnico pode gerar prejuízo no que se refere à qualidade dos atos e deliberações emanadas no Conselho.

Na incorporação pelo órgão licenciador das necessidades trazidas pela população nas Audiências Públicas (Gráfico 3), constatou-se que grande parte das necessidades sentidas foram atendidas apenas parcialmente pelo órgão licenciador.

Gráfico 3: Necessidades trazidas pela população nas Audiências Públicas atendidas pelo órgão licenciador.

Fonte: Elaboração própria.

Parte significativa dos Conselheiros, 61%, responderam que as necessidades trazidas pela população nas Audiências Públicas foram incorporadas de forma parcial pelo órgão licenciador. Enquanto 33% entenderam que o que a população solicitou nas Audiências Públicas não foi incorporada pelo Órgão Técnico e apenas 6% relataram que estava correto o que o órgão licenciador incorporou das demandas das Audiências Públicas.

“O empreendedor trazia uma apresentação reduzida do projeto e por outro lado a população quando ouvida nem sempre apresentava uma demanda do projeto”

“A forma como a Audiência Pública foi realizada permitia claramente que quem dominava seu rito tivesse uma participação desigual em relação ao restante da população”

“As demandas foram pouco atendidas, por várias razões, principalmente quando a reivindicação da população estava acima da capacidade de investimento da Prefeitura”

Afirmando que não foram atendidas, os respondentes alegam que:

“Faltava foco. Discutiram-se mais questões políticas do que ambientais”

“Claro que não. Não havia informações precisas sobre o que ia ser debatido, nem subsídios que permitissem à população entender o conteúdo e sobre o que ia se manifestar”

“Vários fatores dificultaram o atendimento destas necessidades, o formato das audiências, o pouco espaço para o debate, a falta de preparo e conhecimento do processo de licenciamento pela população”

“As audiências públicas que trataram de meio ambiente nunca atingiram seu objetivo de colocar em discussão as questões ambientais. O modelo totalmente equivocado e muitas vezes dirigido”

Tão somente, **um respondente** assinalou que sim, justificando que:

“Seguidas as regras estabelecidas na regulamentação em vigor se garantem publicidade e transparência do processo”

Importante ressaltar que nem tudo que a população solicita é passível de ser incorporado, pois é necessário analisar a legalidade e os aspectos técnicos de cada demanda. O papel do Estado é zelar pelo interesse público, coletivo e pelos direitos difusos. Sublinha-se que a vontade política que deveria estar inserida em todo este processo nem sempre se manifesta a favor do bem público.

10 - Quanto aos objetivos e as demandas apresentadas nas Audiências Públicas, os respondentes acreditam que esses objetivos deveriam ser mais claros, o que impediria que as pessoas comparecessem supondo que haveria votação do Projeto ou solicitando informações muito específicas que naquele momento não faziam parte do EIA. O licenciamento ambiental é um processo dinâmico e a Audiência Pública influência na adaptação do Estudo.

“Acho que deveria haver uma divulgação maior dos seus objetivos, pois muitos consideravam que a Audiência Pública tinha função deliberativa e não de divulgação e comunicação entre os empreendimentos e as necessidades da população”.

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p.82 e 83).

Contudo, a Resolução nº 177 /CADES/2015 explicita os objetivos da Audiência:

Art. 1º - As Audiências Públicas, para fins de licenciamento ambiental, têm por objetivo apresentar, debater, esclarecer e recolher sugestões sobre os empreendimentos e atividades e seus respectivos estudos ambientais, não possuindo função deliberativa.

Outro ponto ressaltado foi o fato de não haver uma explicação sobre as solicitações que não foram atendidas.

“Após a audiência não havia devolutiva das soluções técnicas encontradas para as solicitações da população. Por vezes, não se poderia atender posto que a demanda trazia questões por vezes insolúveis no âmbito da SVMA”.

“Em muitos casos, a audiência era mero cumprimento da legislação”

“As audiências públicas traziam elementos à análise dos impactos que, por vezes, não eram observados pela área administrativa ou técnica”

“Raramente eram contempladas demandas e propostas de representantes legítimos da sociedade civil. Mesmo assim, entendo que é preciso participar, até para aprimorar nossos parques e ainda imaturos instrumentos de democracia participativa”

“A sociedade civil tem que estar bem organizada, articulada e informada para dar coerência e força às suas opiniões e reivindicações. O que nem sempre ocorria”

“As audiências de que participei só tiveram desdobramento por conta da presença de promotores públicos e de colegas engajados nos debates e que conheciam tecnicamente o que estava sendo debatido”

Na análise documental elaborada para o exame das atas das Audiências Públicas dos Estudos de Impacto Ambiental em processo de licenciamento, percebeu-se por meio da análise das atas e observação participante a insatisfação dos presentes quanto as respostas

oferecidas da Audiência Pública. A maioria dos presentes saíram frustrados por não conseguirem respostas mais concretas e específicas.

As Audiências Públicas são espaços preciosos para se conhecer com detalhes o projeto em discussão, ouvir o desejo da comunidade, as demandas, expectativas e colher sugestões. No entanto, nem sempre esse espaço foi bem compreendido e aproveitado.

Segundo Palavras de uma pessoa presente na Audiência Pública:

“Tudo foi muito subjetivo”

Geralmente, a exposição realizada pelo empreendedor do projeto e pela equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, segundo registro das audiências públicas analisadas, foi genérica, realizada de uma forma muito ampla, quando na realidade a comunidade gostaria de ter respostas mais particulares, mais específicas.

A forma de linguagem que os expositores usaram para expor o Estudo foi rebuscada, cheia de termos técnicos, o que dificultou o entendimento pela população, o que pode se perceber claramente por alguns de seus depoimentos:

“Eu queria chamar a atenção da mesa humildemente, para que eles (os técnicos que estavam apresentando o projeto) usassem também de sua humildade e procurassem explicar mais detalhadamente, usando mais o linguajar do povo...”

Nas Audiências Pública em que ocorreram desapropriações, remoções e reassentamentos o número de presentes e a tensão percebida, eram maiores que nos casos de empreendimentos com outros objetivos.

“Eu gostaria de fazer só uma perguntinha: vai ter desapropriação? Até agora ninguém passou para falar nada, eu queria a resposta, o que vai ser? Nossa preocupação é moradia”

“Estamos preocupados com a desapropriação. Viemos aqui em busca de uma solução e eu tenho notado que muita gente está aflita, porque acha que vai ficar sem moradia daqui a dois meses, três meses. Então eu acho que seria de suma importância que a mesa esclarecesse o que está sendo feito”

“Não há reuniões com as famílias afetadas pela obra”

A implantação de obras de infraestrutura exige, em quase todos os casos, a desapropriação de um grande volume de áreas e, conseqüentemente, o desalojamento de um contingente significativo de pessoas e atividades (PRADO, 2013).

Nas Intervenções urbanas, os processos de desapropriações e os impactos ambientais, políticos, econômicos e sociais decorrentes, ocorrem, quase sempre, carregados de conflitos, pois a descrença no poder público gera ansiedade e insegurança quanto ao futuro desta comunidade diretamente afetada, desencadeando degradação na qualidade de vida da população. Neste sentido, há de se ter Programas de Comunicação efetivas e a garantia da transparência na negociação indenizações. O Artigo 182 da Constituição Federal de 1988, no parágrafo 3º versa que “As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro” (BRASIL, 1988).

Moreira Neto (1997. p. 283) aduz que a “desapropriação se faz presente por várias vezes no texto constitucional, suscitando cuidados especiais por ser a modalidade mais drástica de intervenção estatal na propriedade privada”.

Mesmo que obras urbanas gerem problemas coletivos, pode-se verificar pelos documentos analisados que grande parte das manifestações tem relação com interesses individuais e acabaram se sobrepondo aos interesses coletivos.

Para BRITO (1992), o exercício de cidadania se dá quando o indivíduo age para defender interesses que são também seus, mas que beneficiam o conjunto da sociedade em oposição ao poder político. Já os direitos individuais e coletivos têm por beneficiários somente o indivíduo ou um grupo de pessoas, embora também oponível ao poder político do Estado.

Na opinião de um Conselheiro entrevistado:

“Embora o CADES seja um fórum paritário, a parcela da sociedade que se ocupa da preservação da Cidade, estava sempre em desvantagem”

Por parte da Comunidade existe uma grande desconfiança em relação ao Poder Público que conforme alegado, é responsável pela descontinuidade parcial ou total das obras e atrasos recorrentes.

Depoimentos de pessoas presentes nas Audiências Públicas:

“Eu quero aqui registrar meu protesto, porque, essa audiência, no meu modo de pensar e ver, está atrasada. É a discussão do projeto já acabado e já pronto e vem fazer uma audiência pública onde as coisas já estão colocadas no papel”.

“Não é assim ao meu modo de ver que se faz uma audiência pública. Então para questionar isso, eu gostaria de dizer que essa audiência pública está acontecendo, porque tem alguns movimentos e esses movimentos, representados por este que vos fala, já entraram no Ministério Público para questionar a função das audiências públicas”

“É evidente, é uma coisa que já está em andamento que já foi aprovado de alguma forma, e para nós da sociedade, novamente é empurrada goela baixo”.

Basso (2003), destaca a influência de interesses políticos na aprovação de Estudo de Impacto Ambiental, entanto, muitas vezes a decisão de aprovação ou não de um projeto já está definida antes do estudo, isso indica que o interesse político é mais forte que o interesse técnico, fazendo com que o EIA seja realizado apenas com a finalidade de cumprir normas.

Criar espaços de divulgação em que os representantes dos Conselhos possam dialogar com seus representados é fundamental, pois a prestação de contas à comunidade é uma forma de legitimar a instância participativa, avalia-la e criar condições para que a população se motive a participar, além de desenvolver uma relação transparente e de confiança entre representantes e representados (JORGE, 2014, p. 820).

Presentes nas Audiências Públicas relataram antecedentes de descontinuidade de projetos e atrasos recorrentes de obras anteriores. Estes fatos podem se tornar um fator de desmobilização da sociedade.

“Todos esses estudos nunca foram concluídos na nossa região, não tivemos a continuidade das vias locais, não tivemos a urbanização, a

reurbanização e todas as nossas vias locais hoje foi completamente degradada em função do trânsito local”

“Nós temos aqui na nossa região um enorme número de empreendimentos públicos que não foram concluídos”

“Eu só espero que esse projeto realmente comece e termine. Que a obra fique pronta de preferência e que não fique se arrastando como muitas obras na Cidade, já viraram até novela”

Zhourí (2008) considera que as audiências públicas são “uma formalização do processo de licenciamento ambiental, um jogo de cena de procedimentos democráticos e participativos”. Tal ponderação se deve ao fato de que os participantes reclamam por maiores explicações, que nem sempre são oferecidas e um retorno do que foi aprovado para o Empreendimento e justificativas para o que não foi incorporado.

Depoimento dos Entrevistados:

“As Audiências Públicas eram um grande teatro, um pretexto para cumprir agenda”

“A audiência pública é nada mais nada menos do que um referendo daquilo que vocês, enquanto técnicos, enquanto governo, querem impor sobre a sociedade”

Por vezes, a Comunidade não tem muita clareza quanto os objetivos de uma Audiência Pública e faz solicitações que não se referem ao estudo.

“A Audiência Pública funcionava muito mais como um espaço em que a população apresentava as suas queixas, desabafos e reivindicações e não necessariamente como um espaço de troca de ideias e construção de alternativas”

Nem tudo o que a Comunidade solicita é pertinente para aquele projeto, é preciso sempre verificar a legalidade e a possibilidade de atender as questões colocadas.

Manifestação do então Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do CADES em audiência pública realizada em 23 de novembro de 2008:

“A Audiência Pública não é uma assembleia popular. Aqui não há votação, aqui não se tira uma decisão. Aqui qualquer pessoa, seja uma

“pessoa que represente 100, 200 pessoas numa associação bem organizado, ou um único cidadão pode falar igualmente, com a mesma voz, o mesmo direito de fazer sugestões e críticas. Portanto, aqui é uma hora de falar, hora de ouvir, hora de trocar ideias com os empreendedores. Não é preciso ficar então num processo de angústia, que vai haver a votação, uma decisão porque não é esse o momento. O momento da decisão é a votação no Conselho Municipal do Meio Ambiente. É uma reunião aberta, quem quiser pode acompanhar, mas, isso não é o final do processo. Então, é importante que a Audiência Pública tenha esse ambiente de diálogo de ouvir, de falar, de contribuir porque é o momento de melhorar o projeto, acrescentar propostas ao projeto e tudo isso é ouvido de forma independente pela SVMMA”

A possibilidade de chegada de grandes projetos acaba gerando expectativas na sociedade e em autoridades estaduais e municipais com a promessa de benefícios, como geração de empregos e de tributos. Porém, projetos com potencial poluidor do meio ambiente podem trazer também malefícios, como piora da qualidade atmosférica, contaminação dos recursos hídricos e até mesmo prejuízos aos recursos naturais (SÁNCHEZ, 2013).

Entende CANTER (1998), que não basta que as pessoas sejam ouvidas, é preciso incorporar a informação coletada no processo decisório. Isso poderia ocorrer por meio de instâncias com legitimidade de representações, que tenham papel deliberativo e de interlocução, com trabalhos em longo prazo de acompanhamento e monitoramento de resultados, ou maneiras alternativas, ainda que mais trabalhosas e dispendiosas.

11 - Sobre a possibilidade de outros espaços e formas menos burocráticas para discussões e acompanhamento do projeto, os entrevistados em sua maioria, concordaram que deveria haver outros encontros durante todo o processo de Análise do Estudo. Um modelo que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB vem adotando desde 2014, por meio do manual para elaboração de estudos para o licenciamento ambiental, solicita planos de comunicação social desde a elaboração do Termo de Referência. Colocou como condicionantes, na Licença de Instalação e Operação a apresentação dos resultados contínuos de satisfação à Comunidade. O termo de referência deve caracterizar, por meio de

levantamento primário, a percepção dos moradores em relação à região onde vivem e sua expectativa em relação à implantação do empreendimento. É um processo contínuo de comunicação social entre a comunidade afetada pelo empreendimento e o poder público.

Neste sentido, tanto nos depoimentos dos Conselheiros entrevistados, bem como na análise das atas das audiências públicas, fica claro que é necessário que ocorram reuniões da comunidade com os técnicos do órgão ambiental licenciador, empreendedor e elaborador do EIA para que se possa vislumbrar aspectos mais específicos que nem sempre são apresentados em Audiência Pública.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo não utiliza esta forma de consulta a população antes do Termo de Referência.

Para garantir um diálogo transparente entre a Administração Pública, o empreendedor da obra e as comunidades afetadas pelo empreendimento é necessário programar estratégias e ações de comunicação. Os planos de comunicação deveriam estabelecer canais permanentes de diálogo direto entre sociedade e empreendedor, desde o início do termo de referência até a licença de operação, desta forma, poderia impedir ou minimizar situações de conflito.

Os Conselheiros assim se manifestaram: É preciso:

“abrir espaços de efetiva participação como oficinas e grupos de trabalho”

“fortalecer e ampliar os canais de comunicação, aumentando a transparência da gestão pública”

“incluir plataformas interativas e uso de ferramentas como midiassociais”

Deram também algumas sugestões:

“Deveria ser aprimorado por implantação de plataforma digital”

“Todas as licenças ambientais deveriam ser públicas, disponibilizadas na internet, para a que a sociedade fiscalizasse sua execução”

“Deveria incentivar a participação da Sociedade por meio de apresentação de reivindicações escritas a serem lidas em Audiência Pública estabelecendo-se um documento com a assinatura de uma quantidade significativa de moradores da região onde se darão os impactos diretos do empreendimento”

“A Administração Pública precisa ser transparente na apresentação de suas propostas para o conjunto dos moradores da Cidade”

Para Fernandes (2014, p. 215),

(...) por meio de diferentes canais de comunicação, pode-se garantir ao processo de licenciamento ambiental a participação da sociedade em todo o seu desenvolvimento. Com estratégias bem definidas, pode-se ouvir a sociedade em diferentes momentos, e não somente nas audiências públicas, que cumprem o rito do processo para registro legal, mas não se pode atribuir a um único momento que ele seja a oportunidade da sociedade se manifestar.

Os planos de comunicação social estão previstos no processo de licenciamento ambiental desde fase pré-constitutiva, durante a construção e até no caso de paralisação da obra, no entanto percebe-se claramente que isto não é considerado.

Mas como pode ser observado na manifestação dos participantes das Audiências Públicas, muitas vezes os esclarecimentos precisam ser solicitados diariamente.

Depoimentos de pessoas presentes nas Audiências Públicas:

“O Poder Público não se comunicava muito bem, principalmente com a comunidade afetada”

“Falta comunicação com a sociedade”

“Ninguém recebeu nada de informação, nós ficamos sabendo através do diz que me diz (sic), que vai passar uma avenida aqui. Ninguém sabe de nada. A gente precisa saber, tomar as decisões, o que vai acontecer? (...) ano passado nós fomos numa reunião na Empresa para assistir uma exposição do Terminal e não foi apresentado nada mais do que um mapa, aquele que já tinha sido visto, com risco em vermelho e azul e nada mais foi acrescentado”.

“Não tem nenhum painel onde as pessoas possam se aproximar e ver uma planta, alguma coisa que elas possam olhar”

Apenas a partir da convergência de discursos e práticas fará sentido a transformação em larga escala de valores e comportamentos humanos. E só com o conhecimento da existência de redes complexas de conexão entre organizações e pessoas as comunicações sobre a sustentabilidade poderão caminhar na direção de uma mudança cultural, pré-condição para afirmarmos que praticamos e construímos, efetivamente, a sustentabilidade (SOARES, 2009, p. 31).

Na análise das atas das Audiências Públicas as organizações ambientalistas presentes nas Audiências, solicitaram reuniões específicas com os Empreendedores, Elaboradores do EIA, Técnicos e Secretarias afetas ao Projeto.

Conforme depoimento de pessoas presentes nas Audiências Públicas:

“Nós teremos que fazer novas reuniões para ter mais clareza sobre esse licenciamento ambiental”

“Precisamos de reuniões com a comunidade”

“Desde o começo deste ano de 2013, a gente não teve sequer uma reunião decente para discutir a região, isso é um absurdo (...)”

“Infelizmente, nossa população é resignada e se contenta com pouco”

“(...) é a terceira Audiência Pública e eu estou ouvindo as mesmas explicações, mas eu posso dizer que os técnicos não me convenceram e já teve contradições”

A despeito da Constituição Federal em seu artigo 37, determina que no Brasil, a Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entretando, ainda persistem no cotidiano do aparelho do Estado, práticas características do patrimonialismo, cujo traço marcante é a subordinação do interesse público a interesses privados. Esta prática faz com que a administração pública, muitas vezes, dedique mais esforços à distribuição de favores do que à promoção da cidadania. Nem sempre o poder público age no sentido de garantir o interesse público (QUINTAS, 2002). Mostra-se quase sempre uma relação de tensão da sociedade com a administração pública.

A finalidade das audiências públicas é expor o EIA de uma forma ampla, pois, a primeira licença, a Licença Prévia, é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento. A Licença Prévia aprova a localização, atesta a viabilidade ambiental e estabelece requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas licenças consecutivas.

12 - A participação dos Conselheiros do CADES no processo de Avaliação de Impacto Ambiental se dá até a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e não no processo de licenciamento ambiental, pois o licenciamento cabe ao órgão licenciador. A partir deste ato, o Poder Público, representado pelo órgão ambiental tem por competência o controle, monitoramento, fiscalização e a expedição das respectivas licenças. Os Conselheiros em sua maioria, não acompanharam o andamento das Licenças, mesmo que estas fossem publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Depoimentos dos Conselheiros entrevistados:

“Pessoalmente, e em nome das entidades que represento, solicitei informações em alguns casos, mas não na qualidade de Conselheira”

“Ficam muitos ‘resíduos’ de licenciamentos que são ignorados e não sendo provocada, a SVMA não envia”.

“Depois da aprovação nas reuniões ordinárias dos pareceres elaborados pelas Comissões e da emissão da Licença Prévia eu, particularmente, não tive mais informação sobre o andamento das licenças de implantação e operação”

“A Secretaria não informa”

“Esta foi uma reivindicação constante de vários Conselheiros ao longo do tempo em que participei”

“Após a deliberação da Licença Ambiental Prévia, não se sabe mais do andamento do licenciamento ambiental”

“Após a aprovação do EIA ou de outro instrumento de avaliação ambiental, pouco ou nenhuma comunicação é feita aos Conselheiros”

“Acompanhei o licenciamento de algumas obras que têm importância para toda a Cidade, fica a impressão que é um evento proforma, pois o que é ‘decidido’ normalmente não é cumprido”

“Não é um procedimento adotado pela SVMA, até onde tenho conhecimento”.

“As questões ligadas ao meio ambiente no município de São Paulo sempre correram à margem das informações que alcançam o cidadão comum”

“As informações são divulgadas somente por meio das publicações oficiais”.

O acompanhamento das Licenças Ambientais pela Sociedade garante um processo de transparência e é protegido de pressões políticas.

A responsabilidade pelo acompanhamento é partilhada entre o empreendedor e o órgão ambiental competente. O público também participa, mas não se trata de uma responsabilidade assumida e, sim, do direito de ser informado sobre as condições ambientais (SÁNCHEZ, 2008).

Nada disso, no entanto, ocorre se não houver o tempo todo informação correta sobre o processo em desenvolvimento.

“A publicidade da existência do Conselho é fundamental para que a população acompanhe de perto seu desempenho. A grande maioria nem sabe de sua existência”

O controle social é essencialmente direito individual que pode ser reivindicado por meio de ação judicial por uma só pessoa física ou jurídica, por um grupo de pessoas físicas ou jurídicas (BRITTO, 1992).

Quando houver descontentamento por parte da população em algum aspecto que não foi contemplado durante todo o processo de análise do Estudo ou omissão por parte do poder público ou do empreendedor, ainda há o recurso de acionar o Ministério Público. Qualquer pessoa ou entidade poderá fazê-lo. O Ministério Público solicitará esclarecimentos e poderá entrar com uma ação civil pública e até exigir a suspensão do licenciamento Ambiental.

O artigo 127 da Constituição Federal de 1988 conceitua que “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do Regime Democrático de Direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

E como uma de suas funções institucionais o artigo 129 da Constituição Federal assevera que o Ministério Público deve:

III- promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (BRASIL, 1988).

Para que todo o processo de licenciamento ambiental ocorra com a participação plena tanto da sociedade como do poder público, Philippi Junior e Pelicioni (2002), concluem que ,a participação da população é viabilizada pela educação, que vai formar os indivíduos para o exercício pleno da cidadania, para a sua participação na sociedade, possibilitando a aquisição de conhecimentos e práticas corretas, culturalmente abrangentes, de modo a desenvolver a reflexão sobre a sua qualidade de vida, identificando os problemas, e as possíveis soluções, baseadas em suas reais necessidades.

A detailed black and white line drawing of a sustainable city. The scene includes a modern house with solar panels, a wind turbine, a recycling symbol, a sun, clouds, a bicycle, a car, a person's profile, a globe, and various eco-friendly icons like a light bulb, gears, and leaves. The word "ECO" is written on a tag.

9. CONCLUSÕES

Considerando-se o exposto no referencial teórico, os documentos analisados, as entrevistas realizadas, bem como, os fatos observados pela autora, tornou-se possível alcançar os objetivos propostos para a pesquisa.

Objetivo geral – Investigar como se deu a participação da sociedade civil e da administração pública no processo de avaliação de impacto ambiental no Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no Município de São Paulo - SVMA, no período de 2010 a 2016. A participação dos Conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES no processo de Avaliação de Impacto Ambiental deu-se no âmbito das Câmaras Técnicas e nas Reuniões Plenárias. O CADES com base nas atribuições e competências que lhe são conferidas por Lei, tem emitido Resoluções aprovando ou rejeitando o Estudo de Impacto Ambiental.

O processo de Licenciamento Ambiental como um todo ocorre até a emissão das Licenças Ambientais pelo órgão técnico ambiental. Embora os Conselheiros não participassem diretamente deste processo, teriam a obrigação ética e a reponsabilidade de monitorar as condicionantes aprovadas por eles, por meio da Resolução CADES. Após a expedição das Licenças, no entanto, a maior parte dos Conselheiros não acompanhou o andamento e nem requereu retorno ao órgão ambiental do que foi aprovado no CADES. Também não houve verificação do que foi ou não realizado, mesmo considerando que durante o processo da emissão das licenças poderia ocorrer a necessidade de ajustes nas exigências e recomendações, bem como a paralisação da obra ou outros motivos técnicos ou políticos.

Verificou-se que a maioria dos Conselheiros desconheciam os trâmites e os procedimentos, bem como as fases do Licenciamento Ambiental, o que acabou por fragilizar todo o processo de análise.

Os **objetivos específicos** definidos para a presente investigação foram alcançados conforme descrito a seguir:

OBJETIVO 1 – Verificar se a Audiência Pública envolvendo a da Sociedade Civil e da Administração Pública tem sido dialógica.

Esse diálogo conforme apontado nos depoimentos dos participantes das Audiências Públicas, não foi satisfatório, muitas questões ficaram sem respostas e sem justificativas durante a audiência pública.

Conforme análise dos documentos, não houve uma obrigatoriedade de o Empreendedor responder posteriormente às questões não justificadas durante a audiência pública.

A linguagem e a exposição visual apresentada nas Audiências Públicas nem sempre foi compreensível à população em geral.

Houve inúmeras tentativas no sentido de garantir que o processo de participação não se esgotasse na Audiência Pública, mas se tornasse um processo contínuo de participação e comunicação social que a precedesse e se estendesse além do licenciamento prévio, para as Licenças de Instalação e Operação, o que não ocorreu.

O acompanhamento das Licenças Ambientais pela sociedade foi insuficiente. Compromete o processo de transparência e compromete a proteção de pressões políticas de qualquer natureza.

Para garantir um diálogo transparente, é necessário planejar estratégias e ações de comunicação. Os planos de comunicação devem estabelecer canais permanentes de diálogo direto entre a sociedade e o empreendedor, desde o termo de referência até a licença de operação, podendo, assim, evitar ou minimizar situações de conflito. Podem colaborar também para a redução de ações civis públicas e ações populares.

Verificou-se que não houve durante a pesquisa formas de capacitação com os Conselheiros do CADES.

OBJETIVO 2 – Verificar e analisar se a Audiência Pública como instrumento de participação da sociedade civil contribui para o processo de avaliação de impacto ambiental.

As Audiências Públicas, conforme demonstrado pela presente pesquisa, mesmo tratando-se de um instrumento em cumprimento à legislação, não se mostraram satisfatórias. A análise realizada evidenciou que as Audiências Públicas têm sido um instrumento limitado e insuficiente para garantir os resultados esperados na análise dos Estudos de Impacto Ambiental. A comunidade, que compareceu às Audiências Públicas solicitando melhor entendimento do Projeto em discussão, demonstrou insatisfação quanto às respostas oferecidas, tanto por parte do Poder Público como dos Empreendedores dos Projetos e Elaboradores do Estudo de Impacto Ambiental.

As exposições dos Estudos de Impacto Ambiental feitas nas Audiências Públicas, tanto por parte do Empreendedor como do elaborador do Estudo de Impacto Ambiental, foram genéricas e não permitiram esclarecimentos de especificidades com relação às questões levantadas pelos participantes, com evidentes prejuízos ao entendimento dos impactos e suas consequências.

Embora as Audiências Públicas não tenham função deliberativa, são espaços preciosos para se conhecer o projeto em discussão, ouvir as aspirações das comunidades, suas demandas e expectativas e colher sugestões. No entanto, esse espaço, durante a pesquisa, não foi um momento para se compreender a totalidade e as especificidades do projeto em discussão. A maioria dos presentes saiu frustrada por não conseguir respostas claras e particulares, bem como, alegou que as Audiências eram apenas um rito para o cumprimento da legislação.

Neste sentido, houve uma grande demanda para que ocorressem reuniões específicas ou outros encontros com os empreendedores, elaboradores do EIA, técnicos e Secretarias afetas ao Projeto, o que nem sempre foi atendida.

Nas Audiências Públicas em que as obras exigiam desapropriações, o número de presentes foi muito maior se comparado a outros Projetos. Os processos de desapropriação foram carregados de conflitos e momentos de muita tensão. A descrença no poder público e a falta de informação declarada pela comunidade gerou ansiedade e insegurança quanto ao futuro.

No geral, os participantes que se manifestaram nas Audiências Públicas, na maioria das vezes o fizeram individualmente, muitas vezes sem conexão com o coletivo. Mais que uma potencialidade individual, a participação deve ser um processo coletivo, transformador, em que a população por direito conquistará autonomia por meio de uma presença ativa e decisória e, assim, poderá exercer controle sobre os processos e sobre a autoridade constituída.

OBJETIVO 3 - Identificar e analisar a opinião dos Conselheiros no processo de avaliação de impacto ambiental:

- da sociedade civil sobre a participação da administração pública**
- da administração pública sobre a participação da sociedade civil**

A atuação dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil e da Administração Pública no CADES durante a Avaliação de Impacto Ambiental, foi tanto criticada como elogiada pela maioria dos entrevistados. Os Conselheiros do Poder Público entendiam que os representantes da Sociedade Civil necessitavam melhor preparo o que qualificaria mais as discussões.

Os Conselheiros representantes da Sociedade Civil alegavam que os Conselheiros do Poder Público agiam quase sempre conforme os interesses do governo vigente.

No entanto, ambos consideraram positivo o fato de que nos debates havia um rico campo de diversidades, correntes diferentes de pensamento, interesses e formas de encarar os impactos decorrentes de determinado projeto.

Questões relevantes foram identificadas e se fossem apreendidas, muito qualificariam as decisões do Conselho e fortaleceriam a participação, destacando-se:

- solicitações recorrentes por parte da Comunidade afetada pelo Empreendimento para participar desde a fase inicial do projeto até a tomada de decisão, o que poderia ocorrer a partir da elaboração do Termo de Referência. Este termo poderia caracterizar a percepção dos moradores e suas expectativas em relação à implantação do empreendimento estabelecendo uma comunicação contínua entre a Comunidade afetada, o Poder Público e o Empreendedor da obra.
- constatou-se, por meio de análise documental, observação presencial e pessoal do autor, que ocorreram casos de Conselheiros que se envolveram de forma pouca expressiva na rotina do Conselho, algumas vezes desconhecendo o conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental e do Parecer Técnico da Câmara Técnica que seria objeto de discussão e votação na Reunião Plenária do CADES;
- os Conselheiros presentes nas Reuniões Plenárias se sentiam incomodados com os Conselheiros que não participavam das Câmaras Técnicas ou não faziam a leitura adequada do Estudo ou mesmo do Parecer Técnico elaborado pela Câmara Técnica. Sem o devido preparo, os Conselheiros não tinham condições técnicas para votar um Estudo de Impacto Ambiental;
- alguns Conselheiros contribuíram bem mais que outros e os que assumiram a Presidência ou Relatoria de Câmaras Técnicas ou Comissões Especiais declararam mais horas de trabalho, pois tinham a responsabilidade de elaborar e apresentar Pareceres Técnicos;

- constatou-se ainda que alguns Conselheiros bastante experientes eram indicados por suas Entidades seguidamente, com o intuito de defender seus interesses no Conselho. Havia casos também de Conselheiros que mudaram de Instituição na mesma área e permaneceram mais tempo no CADES. Isso pode explicar a longa permanência de alguns membros. Não foi ilegítimo, mas desigual perante a possibilidade de participação de alguém que permanecesse muito tempo nesta função quando comparado a outros que ocuparam suas funções pelo período legal.

A fim de possibilitar que as decisões sejam tomadas de forma transparente e independente, ou seja, com a transferência à sociedade de uma parcela do poder, e principalmente de parte da responsabilidade da gestão, tanto dos recursos como das ações, os membros dos Conselhos de Meio Ambiente precisam estar técnica e politicamente preparados, o que nem sempre não ocorreu.

Manter e melhorar a qualidade de vida da população não é responsabilidade apenas dos governos, por meio da elaboração de normas, pela aplicação e garantia das leis, mas também, e principalmente, é responsabilidade da sociedade, sendo necessário o compartilhamento da responsabilidade com a comunidade que pode, participando, acionar os instrumentos de que dispõe para a defesa dos seus direitos.

A possibilidade de participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios é garantida quando a população consciente busca contribuir na implantação e no prosseguimento de políticas públicas e de ações que visem o bem comum e a melhoria da qualidade de vida para todos. O contrário acarretará custos políticos para o Governo na hipótese da decisão de interrompê-las, bem como, prejuízos à sociedade que não poderá exercer devidamente o controle social.

10. RECOMENDAÇÕES

10. RECOMENDAÇÕES

Baseado nas entrevistas com os Conselheiros, nas manifestações dos presentes nas Audiências Públicas e nos documentos analisados, recomenda-se que se criem espaços menos burocráticos com as comunidades, com a presença de técnicos do órgão ambiental licenciador, com os empreendedores e com elaboradores do Estudo de Impacto Ambiental, para que se possa vislumbrar aspectos mais específicos que possam trazer inquietação às comunidades envolvidas, que nem sempre têm condições de serem apresentados e discutidos em Audiência Pública. Este formato poderia propiciar discussão de pontos comuns gerando construções coletivas além de ampliar e tornar mais eficientes as formas de participação.

Recomenda-se aperfeiçoar os procedimentos com relação aos Termos de Referência, levantar a percepção da população com relação ao empreendimento antes da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, poderia diminuir desgastes desnecessários nas Audiências Públicas.

Um aspecto que merece ser considerado é a capacitação dos conselheiros. O papel por eles exercido na solução dos problemas ambientais da Cidade e em seu planejamento pressupõe que o CADES tenha em sua composição membros capacitados e participativos e desta forma, possam influenciar as decisões de governo, exercendo e contribuindo para o controle social, o que implica em formação continuada dessas pessoas. A criação de mecanismos institucionais permanentes para a capacitação dos Conselheiros estimularia a formação de conselheiros e ofereceria a possibilidade de a administração pública contar com contribuições cada vez mais qualificadas para a gestão ambiental e das cidades.

As estratégias e ações de comunicação deveriam estabelecer canais permanentes de diálogo entre o poder público, a sociedade e o empreendedor durante todas as fases do licenciamento ambiental.

As Licenças concedidas com as exigências técnicas deveriam ter um acompanhamento, principalmente, dos Conselheiros que aprovaram o empreendimento. O órgão ambiental poderia elaborar um instrumento de publicização de fácil interpretação para o acompanhamento do que está sendo cumprido, mesmo que este continue a ser publicado no Diário Oficial do Município.

Há uma fragilidade no cumprimento e monitoramento relacionados aos impactos sociais acarretados por impactos ambientais. No caso de alterações nos meios físicos e biológicos, estas estão asseguradas por vastas legislações. Enquanto que, no caso de impactos sociais, faltam reflexões conceituais com relação a diretrizes e responsabilidades no processo de Avaliação de Impacto Ambiental.

Os empreendimentos discutidos no âmbito do CADES, devem obedecer aos Planos, Programas e Projetos aprovados pelos órgãos competentes.

Sugere-se rever o artigo 33 da Lei nº 14.887 de 2009, que criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por permitir que o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ouvido o CADES, possa aprovar ou rejeitar os estudos e relatórios de impacto ambiental. Embora na história do CADES esta prática não tenha sido utilizada, é temerário continuar constando da legislação um artigo que pode ferir a legitimidade da participação social.

O fortalecimento da participação no processo da Avaliação de Impacto Ambiental deve ser realizada por meio da Educação Ambiental, que possibilita que as pessoas incorporem conhecimento e conseqüentemente busquem alternativas e valores, vislumbrando novas maneiras de ver, ser e sentir dentro de uma nova ética.

É preciso formar cidadãos críticos e capacitados na busca de soluções práticas comprometidas com os interesses maiores da sociedade, estas recomendações se impõem para aqueles que queiram ver e ter um país que respeite a cidade e o cidadão.

Os Conselheiros destinam parte significativa do seu tempo e capacidade de trabalho à melhoria da Cidade e, embora tenham conquistado espaço importante, alguns indicados para esta representação não percebem o poder da repercussão de suas decisões, bem como a importância efetiva que o exercício de sua função representa na vida da sociedade.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. Saneamento Ambiental: Caminho para o futuro. 2014. São Paulo: ABES-SP; c2014. Disponível em <http://abes-sp.blogspot.com.br/2014_01_19_archive.html#.WuMG2C7wbIU>. Acesso em: 11 jan. 2018.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 37120**: Desenvolvimento sustentável de comunidades – Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida. Rio de Janeiro, 2017.

AGRA FILHO, S. S. Conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**. eGesta, v. 4, n. 2, abr/jun, 2008. p. 127-140.

ALCÂNTARA, L. A. G. Poder, território e participação social: uma reflexão acerca dos espaços de deliberação coletiva no sistema Brasileiro de gestão ambiental. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, **Anais...** Fortaleza, 2010. Disponível em www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4145.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2017.

ALMEIDA, C. C. Evolução histórica da proteção jurídica das águas no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 60, nov. 2002.

ANTONELLO, C.. et al. Visões que fogem do mainstream. PALMA, L. C.; NASCIMENTO, L. F.; ALVES, N. B. (orgs). **Educação para a sustentabilidade**: bases epistemológicas, teorias e exemplos na área de Administração. Canoas: Instituto Federal de Rio Grande do Sul, 2017. p. 72-114.

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 11.^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, 2003. p. 376-382. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rlae/article/view/1779>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BARBIERI, J. C. Avaliação de impacto ambiental na legislação brasileira. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 78-85, 1995.

BENJAMIN, A. H. V. **Introdução ao direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, abril-junho, v. 14, ano 4, 1999.

BILAR, A. B.C. et al. Governança ambiental em áreas de proteção da biodiversidade: uma revisão sistemática. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 02 n. 04, 2017. p.439-456. Disponível em: <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/JEAP/article/view/1508/1506>> Acesso em: 10 jan. 2018.

BORDENAVE, J.E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, R.; CASTRO, M.D. L.; CENEVIVA, L. A experiência do município de São Paulo na implementação do fundo especial do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, v. 4, ago. 2006.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981** (alterada pela Lei nº 7804 de 18 de julho de 1989.) Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de setembro de 1981.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 1986.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de julho de 1990, seção 1, p. 12945.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06, de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei Federal Nº 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de novembro de 1992 (p.16061, col.1).

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 273, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de dezembro de 1997.

BRASIL **Lei Federal Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de fevereiro de 1998.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental, Institui a política Nacional de Educação e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de abril de 1999.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de julho de 2001 e retificado em 17 de julho de 2001.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.650, de 16 de abril de 2003**. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abril de 2003.

BRASIL **Lei Complementar Nº 140 de 9 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de dezembro de 2011 e retificado em 12 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. CONAMA faz 30 anos e ensina Brasil como viver em uma democracia representativa. Brasília, DF: Suelen Gusmão, c2011. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/7250-conama-faz-30-anos-e-ensina-brasil-como-viver-em-uma-democracia-representativa>> Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resoluções CONAMA**: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Edição especial. Brasília, DF: MMA, 2012. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Portal da Transparência do Governo Federal. Controle Social 2018. c2018. Disponível em: <www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRITTO, C. A. Distinção entre “Controle Social do Poder” e “Participação Popular”. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 189, p. 114-122, jul./set. 1992.

BRUSCHI, D. M. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2002. v. 1.

CALDARELLI, C. E. **A avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental no Brasil**: reflexões a partir do caso do Complexo Terrestre Cyclone 4. 2011. Dissertação (Mestrado profissional em bens culturais e projetos sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CANTER, L. Participación pública en la toma de decisiones ambiental. In: _____. **Manual de Evaluación de Impacto Ambiental**: técnicas para elaboración de estudios de impacto. Madrid: Mc Graw Hill, 1998.

Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde; nov 17-21; Ottawa, Canadá, 1986. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf> Acesso em 21 mar 2018.

CARVALHO, M. C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. (orgs.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Pólis, 2000. (Publicações Pólis, 37).

CASTRO, M. D. L et al. Conselho Municipal de Meio Ambiente na formulação de políticas públicas. In: Asociación Peruana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental; AIDIS. Gestión ambiental en el siglo XXI. **Anais...** Lima: ABES, 1998.

CASTRO, M. D. L. **Educação ambiental, capacitação e participação na formulação de políticas públicas ambientais: o caso do conselho municipal do meio ambiente e desenvolvimento sustentável de São Paulo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. América Latina y el Caribe adopta su primer acuerdo regional vinculante para la protección de los derechos de acceso em assuntos ambientales. 2018. Disponível em: <<https://negociacionp10.cepal.org/9/es>>. Acesso em: 26 mar de 2018.

CEU – CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS. **A Nova Carta de Atenas 2003: A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do século XXI**. Conselho Europeu de Urbanistas: Lisboa, 2003. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf> Acesso em: 01 abr, 2018.

COSTA, A. M.; VIEIRA, N. A. Participação e controle social em saúde. Em: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 3.

COSTA, M.V.; CHAVES, P.S.V; OLIVEIRA, F.C. Uso das Técnicas de Avaliação de Impacto Ambiental em Estudos Realizados no Ceará. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Campinas: Paz e Terra, 2002. P. 9-15.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1988.

DEMO, P. Participação e planejamento: um arranjo preliminar. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, jul/set 1991, p. 31-54.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, E. G. C. S.; SÁNCHEZ, L. E. Deficiências na Implementação de Projetos Submetidos à Avaliação de Impacto Ambiental no Estado de São Paulo. **Revista de Direito Ambiental**, 6 (23), 2001. p. 163-204.

DIEGUES, G. C. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos Conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v.4, n.6, mai/out 2013. p. 82-93.

FERNANDES, B. R. Planejamento Estratégico de Comunicação para o Licenciamento Ambiental de Estado de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERNANDES, G. F et al. Democracia e saúde no Brasil: desafios ao empoderamento e ao protagonismo popular. In: PELICIONI, M.C.F; MIALHE, F. L. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. 2016. p. 435-453.

FERRER, J. T. V. **Audiência Pública o processo de Avaliação de Impacto Ambiental no Estado de São Paulo**. 1996. Trabalho de Monografia (Curso de Especialização em Gestão Ambiental) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <http://cetesbhomolog.sp.gov.br/escolasuperior/wp-content/uploads/sites/30/2016/06/Josilene_T_V_Ferrer.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FINK, D. R. Legislação Ambiental Aplicada. Em: PHILIPPI JR, A. (ed.) **Saneamento, saúde e ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. 2 ed. revista e atualizada. Barueri-SP: Manole, 2018. p. 886-912.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M.; MOURA, A. M. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Revista de Sociologia e Política**, vol.20, n.42, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FREITAS, V. P. **Direito Administrativo e Meio Ambiente**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

FUNDAÇÃO SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Município de São Paulo e o mercado de trabalho**. São Paulo, 2017. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/01/MSP_Indicadores_25jan_2.pdf> Acesso em: 08 jan. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GLASSON, J.; THERIVEL, R.; CHADWICK, A. **Introduction to environmental assessment**. 2 ed. London: UCL Press, 1999.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

GONDIM, L.; SOARES, J. A. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: BAVA, S. C.; COHN, A. (Eds.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 61-96.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana, a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em Perspectiva**. vol. 15, n. 1. São Paulo, Jan./Mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392001000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 10 de març 2018.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, 2006. p. 201-210.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 357-378, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2018. [<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000200004>].

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Impacto ambiental: caminhos para o fortalecimento do Licenciamento Ambiental Federal**. Brasília: Ibama, 2016. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2016/resumo_executivo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ISODA, M. K.T. **Transporte sobre trilhos na Região Metropolitana de São Paulo: estudo sobre a concepção e inserção das redes de transporte de alta capacidade**. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

JACOBI, P. R.. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**. Editora UnB, Brasília, v. 18, n. 1/2, 2003.

JOSÉ FILHO, P. M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, P. M; DALBÉRIO, O. (org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: UNESP - FHDSS, 2006. p.63-75.

KECK, M. A. **A transição brasileira para a Democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p 43.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 10 de março de 2018.

LAYRARGUES, P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade fim da Educação Ambiental. In: REIGOTA, M. (Org.) **Verde cotidiano – o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DPEA, 1999. p. 134.

LEITE, C.; AWAD, J. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

MACIEL, C. A. B. Políticas Públicas e Controle Social: encontros e desencontros da experiência brasileira. **Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades**, v. 1, n. 1, 2010. p.12.

MAGLIO, I. C. Questões verificadas na aplicação do EIA/RIMA: a experiência da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Em: TAUKE, S. (Org.). **Análise ambiental – uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p. 64-70.

MALHEIROS, T. F.; COUTINHO, S. M. V.; PHILIPPI JR, A.. Desafios do uso de indicadores na avaliação da sustentabilidade. Em: PHILIPPI JR; A.; MALHEIROS, T. F. (eds.). **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. Barueri-SP: Manole, 2012. p. 1-30. (Coleção Ambiental).

MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. Natural Hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigo. **Revista Ambiente & Sociedade**. v. 7, n. 2, jul/dez, 2004.

MARCONDES, M. J. A. **Urbanização e meio ambiente: os mananciais da metrópole paulista**. 1995. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARICATO, E. D. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, oct. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de março de 2018.

MEYER, R.; GROSTEIN, M.; BIDERMAN, C. **São Paulo metrópole**. São Paulo: Edusp, 2004.

MILARÉ, E. Instrumentos Legais e Econômicos Aplicáveis aos Municípios. Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUMA / SISNAMA. Em: PHILIPPI JR, A, et al. (eds.) **Municípios e Meio Ambiente: Perspectivas para a Municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999. p. 33-42.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: Doutrina, Prática, Jurisprudência e Glossário**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MOREIRA NETO, D. F. **Direito da participação política: legislativa, administrativa, judicial: fundamentos e técnicas constitucionais da democracia**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

MOREIRA NETO, D. F. **Curso de direito administrativo**. 11^a ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MORROW, R. A.; TORRES, C. A. Jürgen Habermas, Paulo Freire e a pedagogia crítica: novas orientações para a educação comparada. **Educação, Sociedade & Cultura**, n. 10, 123-155, 1998.

NOGUEIRA-NETO, P. **Uma trajetória Ambientalista: diário de Paulo Nogueira Neto**. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

OLIVEIRA, A. I. A. **Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

OLIVEIRA, H. M. J. Controle Social e Assistência Social: o desafio (im)possível. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.0 n. 4, 1999. p. 37-50. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6251/5829>> Acesso em: 20 jan de 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano-1972**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Brasília, DF: MMA, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights (ST/ESA/SER.A/352)**. New York: United Nations; 2014. Disponível em <<https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: transformar nosso mundo**. Nova Iorque, 2015. Disponível em:

<www.nr.undp.org/...agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em: 25 set. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). **Nova Agenda Urbana**. Quito, Equador, 2016. Disponível em: <<http://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda>> Acesso em: 21 ago. 2017.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Historia de la Organización Panamericana de la Salud**. Washington, DC: Opas, 1992.

PALERM, J. R. Public participation in EIA in Hungary: Analysis through three case studies. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 19, pp. 201-220, 1999.

PALMA, L. C.; PEDROZO, E. A Aprendizagem Transformadora Sustentável na Prática: o caso da Schumacher College. Em: PALMA, L.C.; NASCIMENTO, L.F.; ALVES, N.B. (orgs.). **Educação para a sustentabilidade: bases epistemológicas, teorias e exemplos na área de administração**. Canoas: Instituto Federal de Rio Grande do Sul, 2017. p 234-251.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PELICIONI, MCF. **Educação em Saúde e Educação Ambiental: Estratégias de Construção da Escola Promotora da Saúde**. 2000 (Tese de Livre Docência) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.saudepublica.bvs.br>> Acesso em: 20 dez. 2017.

PELICIONI, M. C. F.; PELICIONI A. F. Educação e promoção da saúde: uma retrospectiva histórica. **O Mundo da Saúde** v. 31, n. 3, São Paulo, 2007. P. 320-328. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/55/02_restrospectiva_historica.pdf> Acesso em: 20 dez. 2017.

PELICIONI, M.C.F.; CASTRO, M.L.; PHILIPPI JR., A. **Educação ambiental e sustentabilidade**. In: PHILLIP JR, A. PELICIONI, M.C.F. (eds.) **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014.

PHILIPPI JR, A. et. al. Estruturação dos Municípios para a Criação e Implementação do Sistema de Gestão Ambiental. Em: PHILIPPI JR, A, et al. (eds.) **Municípios e Meio Ambiente: Perspectivas para a Municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Alguns pressupostos da Educação Ambiental. In: _____. (eds.). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: USP; Signus, 2002. p. 03-05.

PHILIPPI JR, A.; SALLES, C. P.; MALHEIROS, T. F. **Subsídios para o planejamento estratégico: fortalecimento da gestão ambiental municipal no corredor central da mata atlântica – Bahia**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; Núcleo de Informações em Saúde Ambiental da USP, 2004.

PHILIPPI JR, A.; BRUNA, G.C. Política e Gestão Ambiental. In: PHILLIP JR, A.; ROMÉRIO, M.A.; BRUNA, G.C. (eds.). **Curso de Gestão Ambiental**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. p. 707-765.

PRADO, I. C. A. Desapropriação em obras de Infraestrutura: Uma reflexão sobre a política de reassentamentos. c2013. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/noticia/desapropriacao-em-obras-de-infraestrutura-uma-reflexao-sobre-a-politica-de-reassentamentos>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

QUINTAS, J. S. **Curso de formação do analista ambiental: concepção pedagógica**. Brasília: Edições Ibama, 2002 (Série Meio Ambiental em Debate 43).

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. 2 ed. Brasília, DF: Edições Ibama, 2006. (Série Educação Ambiental – coleção meio ambiente)

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representações sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

REIS, N.G.; TANAKA, M.S. **Brasil – estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo: FAU-USP, 2007.

RICHARDSON, T.; DUSIK, J.; JINDROVA, P. Parallel public participation: an answer to inertia in decision-making. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, 201-216, 1998.

RIBEIRO, A. I. M. Formação Educacional: Instrumento de acesso à cidadania? In, SANTOS, G. (org). **Universidade Formação Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 62-73.

RIBEIRO, H. **Estudo de impacto ambiental como instrumento de planejamento**. In: PHILLIP JR, A.; ROMÉRIO, M.A.; BRUNA, G.C. **Curso de Gestão Ambiental**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. p. 856.

RIFKIN, S. B. A framework linking Community Empowerment and Health Equity: it is a matter of CHOICE. **Journal of Health, Population and Nutrition** 21(3):168-180. 2003.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 1, n. 11, São Luis/MA, 2009. Disponível em: <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114>. Acesso em: 19 de fev. 2018.

SÁNCHEZ, L. E. Os papéis da avaliação de impacto ambiental. In: _____, **Avaliação de impacto ambiental: situação atual e perspectivas**. São Paulo: EPUSP, 1993. p. 15-33.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Editora Oficina de textos. 2006.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos. 2008.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed., revisada e ampliada. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SÃO PAULO (CIDADE). **Lei Municipal Nº 11.426 de 18 de outubro de 1993**. Cria a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 23 de outubro de 1993a, p.1.

SÃO PAULO (CIDADE). **Decreto Nº 33.804 de 17 de novembro de 1993**. Regulamenta o título V da Lei Nº 11.426, de 18 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 18 de novembro de 1993b, p.1.

SÃO PAULO (CIDADE). **Lei Municipal Nº 13.155 de 29 de junho de 2001**. Cria na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 30 de junho de 2001, p.1.

SÃO PAULO (CIDADE). **Resolução n.º 69, de 5 de julho de 2002**. Regular e tornar públicos os procedimentos para convocação e realização de Audiências Públicas para empreendimentos ou atividades de impacto ambiental local e em processo de licenciamento ambiental. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2002. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades/resolucoes/index.php?p=10927>. Acesso em: 9 mar. 2016.

SÃO PAULO (CIDADE). **Lei Municipal Nº 13.539 de 20 de março de 2003**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 21 de março de 2003a, p.1.

SÃO PAULO (CIDADE). **Decreto Nº 43.685 de 28 de agosto de 2003**. Regulamenta a Lei Municipal Nº 13.539, de 20 de março de 2003, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 29 de agosto de 2003b, p.1.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **GEO cidade de São Paulo: panorama do meio ambiente urbano**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Brasília: PNUMA, 2004.

SÃO PAULO (CIDADE). **Portaria Intersecretarial nº 005/SVMA/SMSP/SEPP/SEME de 28 de novembro de 2007**. Cria no âmbito de cada Subprefeitura do Município de São Paulo, um Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, de 28 de novembro de 2007.

SÃO PAULO (CIDADE). **Lei Municipal Nº 14.887 de 15 de janeiro de 2009**. Reorganiza a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA e dispõe sobre o quadro de cargos de provimento em comissão; confere nova disciplina ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA, ao Fundo Especial do Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz; revoga as leis e os decretos que especifica. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 16 de janeiro de 2009.

SÃO PAULO (CIDADE). **Resolução Nº 140/CADES/2011 de 20 de julho de 2011.** Dispõe sobre a nova redação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, revogadas a Resolução nº 01/CADES/94, de 23 de fevereiro de 1994 e Resolução nº 138/CADES/11, de 20 de abril de 2011.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **SP 2040:** a cidade que queremos. São Paulo: SMDU, 2012.

SÃO PAULO (CIDADE). **Resolução Nº 177/CADES/2015 de 19 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre Alteração da Resolução CADES nº. 69, de 05 de julho de 2002, que trata da necessidade de regulamentar e tornar públicos os procedimentos para convocação e realização de Audiências Públicas. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, de 14 de janeiro de 2016.

SÃO PAULO (CIDADE). **Resolução Nº 179/CADES/2016 de 16 de março de 2016.** Dispõe sobre a Alteração de Resolução CADES nº. 170, de 05 de dezembro de 2014 que trata sobre a competência do Município de São Paulo para o Licenciamento Ambiental. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, de 07 de abril de 2016.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura do Município de São Paulo. **Portal Transparência.** Controle Social. 2018. Disponível em: <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/ControleSocial.aspx>> Acesso em: 20 mar. 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto Nº 20.903 de 26 de abril de 1983.** Cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de abril de 1983, p.1.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei Complementar Nº 1.139, de 16 de junho de 2011.** Reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo, cria o respectivo Conselho de Desenvolvimento e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo, São Paulo, 17 de junho de 2011, v 121, n114, p.1.

SÃO PAULO (ESTADO). **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014 de 23 de abril de 2014.** Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local, nos termos do Art. 9º, inciso XIV, alínea “a”, da Lei Complementar Federal 140/2011. 318ª Reunião Ordinária do CONSEMA: São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (ESTADO). Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Sobre a RMSP. São Paulo: Emplasa, GIP/CDI, c2018. Disponível em <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário Social.** Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SIRAQUE, V. **O controle social da função administrativa do Estado**: possibilidades e limites na Constituição de 1988. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

SOARES, A. T. Comunicação e sustentabilidade na construção de uma nova visão de mundo. In: KUNSCH, M.; OLIVEIRA, I. L. (Orgs.). **A Comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Paulo: Difusão Editora, 2009. p. 21-32.

STAMM, H. R. Método para Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em projetos de grande porte: Estudo de caso de uma usina termelétrica. 2003. Tese de Doutorado (Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

STEVENSON, F. Research Centre for Gas Innovation. c2018. Disponível em: <<http://www.rcgi.poli.usp.br/pt-br/brasil-tem-bons-procedimentos-para-estimar-impactos-ambientais-de-empreendimentos-mas-dificuldade-na-pratica/>> Acesso em 21 mar 2018.

TEIXEIRA, A. C. **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social - revista de Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 2. 1990. p.35.

THE EAGLE VIEW: O resgate histórico do controle ambiental pelo município. São Paulo: Antonio Fernando Pinheiro Pedro, c2014. Disponível em <<http://www.theeagleview.com.br/2014/07/o-resgate-historico-do-controle.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

THOMÉ, R. **Manual de Direito Ambiental**. 4ª ed. Salvador: Editora Juspodivm. 2014.]

TOLEDO, R. F. de; GIATTI, L. L; JACOBI, P. R. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar. **Interface** (Botucatu. Online), v. 00, 2014. p. 633-646

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCCI, C.E.M. Águas urbanas. **Estudos Avançados**, vol.22, no.63, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200007>. Acesso em 10 de marc 2017.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESCOLA, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Universities and environmetal education**. Paris.1986.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESCOLA, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Teaching and learning for a sustainable future**. 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/tlsf/> . Acesso em: 29 de jan 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VEROCAI, I. **Vocabulário Básico de Meio Ambiente**. São Paulo: FEEMA / Fundação Estadual de Meio Ambiente – Petrobrás, 1990.

VEROCAI, I. O licenciamento ambiental em outros países. In: Seminário Licenciamento, Proteção Ambiental e Desenvolvimento, 2004, São Paulo. Programação... Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/DAI/_arquivos/iaraverocai2.pdf>. Acesso em: 15 out 2017.

WALLERSTEIN, N. **What is the evidence on effectiveness of empowerment to improve health?**. Kobenhavn, Dinamarca: WHO Regional Office for Europe's Health Evidence Network, 2006. Disponível em: <http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0010/74656/E88086.pdf> Acesso em 25 jan de 2018.

WEBB, W; SIGAL, L. L. Strategic environmental assessment in the United States. **Project Appraisal**, volume 7, number 3, September, p. 137 – 141, 1992.

WILHEIM, J. PDE São Paulo. c2004. Disponível em <<http://www.jorgewilheim.com.br/legado/Projeto/visualizar/1668>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

WOOD, C. **Environmental impact assessment: a comparative review**. London: Longman, 1995.

YOUNG, I. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000250&pid=S0104-6276201100010000700079&lng=en> Acesso em: 10 jan. 2018.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, 2008. p.97-107.

ANEXOS

**ANEXO 1 – CARTA DA SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

TID Nº 15354435

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL
Endereço: Dr. Arnaldo, 715 - CEP: 01246-904 – São Paulo – SP
Telefone: 3061-7712

Ofício APJ # 03/16

São Paulo, 13 de julho de 2016.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena
Secretário do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo

Ilmo Senhor Secretário,

Envio para sua apreciação o presente ofício com o objetivo de solicitar autorização e apoio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente em especial do Departamento de Controle Ambiental – DECONT e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES para realização de pesquisa da Doutoranda Mary Dias Lobas de Castro do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo (FSP/USP).

Os dados serão utilizados para contribuir com a pesquisa intitulada "Participação da sociedade civil e da administração pública no processo de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo".

A pesquisa será realizada nos Municípios limítrofes ao Município de São Paulo, enquadrados na tipologia "Alto", para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local, representado pelos seus respectivos Conselhos de Meio Ambiente, por meio da Normativa CONSEMA 01/2014. Portanto, os municípios pesquisados serão São Paulo, Santo André, São Bernardo e Guarulhos.

O objetivo proposto desta pesquisa será identificar e analisar a participação da sociedade civil e da administração pública no processo de licenciamento ambiental no estado e no município de São Paulo.

Desta forma, para alcançar o objetivo proposto a pesquisa será realizada por meio de análise documental dos Estudos de Impacto Ambiental cujos empreendimentos tiveram impacto no meio urbano com seus respectivos termos de referência, atas das audiências públicas, parecer técnico do órgão licenciador e ata da reunião plenária que aprovou o empreendimento no período compreendido.

SVMA/DAF
14/07/16 às 14:30 hs.

SVMA - DAF. 33
14 JUL 2016
11:51

F10C
L. G. Ferreira
RF: 758.114.9
SMA-G

entre 2010 a 2016, bem como a aplicação de questionário com Conselheiros do CADES selecionados de acordo com a metodologia proposta.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a colaboração do Departamento de Controle Ambiental – DECONT e do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES.

Saliento que estas informações serão utilizadas apenas no âmbito da pesquisa, aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da FSP/USP.

Caso haja necessidade de maiores informações, por favor, contatar a aluna pelo telefone (11) 98443 3384 ou e-mail marylobas@usp.br.

Desde já agradeço sua colaboração

Cordialmente,

Prof. Dr. Arlindo Philippi Jr.

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
Av. Dr. Arnaldo, 715 - São Paulo, SP - CEP 01246-904 - Tel: (11)3061.7118

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES

Do TID 15354435

19/07/2016

Folha de informação nº 03.

a)

Julio Cirillo Junior
Analista em Meio Ambiente
RF: 646.076.3
DPP / SVMA

INTERESSADO: USP – Faculdade de Saúde Pública – Departamento de Saúde Ambiental

ASSUNTO: Solicitação de autorização para pesquisa de Doutorado

Prof. Dr. Arlindo Philippig Júnior

Autorizamos a pesquisa de Doutorado da Sra. Mary dias Lobas de Castro, no âmbito do Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas –DPP/CADES.

São Paulo, 19 de julho de 2016.

Julio Cirillo Junior
Diretor em exercício
SVMA\ DPP

De Acordo

Fabio Piccinini
Diretor de Departamento
RF: 627.075-1
Decont G

APÊNDICES

**APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS CONSELHEIROS
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CADES**

1 - Por quanto tempo o Senhor (a) permaneceu como Conselheiro do CADES? Se ainda permanece, está desde quanto?

2 - Sendo ou tendo sido um Conselheiro do CADES quanto tempo o Senhor (a) disponibilizou ou disponibilizava para contribuir com as questões ambientais da Cidade?

3 - Qual a sua opinião sobre a participação da Sociedade Civil e da Administração Pública no processo de licenciamento ambiental. Como isso tem se dado?

4 – Para você a Audiência Pública tem atendido as necessidades trazidas pela população?

☐ Sim; por quê? ☐ Não, por quê? ☐ Atendido parcialmente,
por quê?

5 - Que outras formas Senhor (a) considera que possam contribuir esclarecer dúvidas sobre Estudo ou para atender as reivindicações da população?

6 – Como um Conselheiro que não participou de uma Câmara Técnica que analisou o Estudo de Impacto Ambiental tem condições de discutir na Reunião Plenária que vota pela aprovação ou não do EIA?

7 – De que forma a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente informa ao Conselheiro sobre o andamento das Licenças Ambientais?

8 - Na sua opinião porque alguns Conselheiros não participaram de Câmaras Técnicas, Audiências Públicas e pouco contribuem nas discussões?

9 - Acredita que suas contribuições foram relevantes para a Cidade?

10 - Como foi a forma de escolha para que o Senhor (a) representasse a Sociedade Civil ou o Administração Pública no CADES?

11 - Como Senhor (a) compreende sua responsabilidade de ser um membro do Conselho representando a Sociedade Civil ou a Administração Pública?

12 - Como Senhor (a) tem se reportado ou se reportou aos seus pares para apresentar as discussões e decisões do Conselho?

13 - Gostaria de contribuir com outras observações?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS GESTORES DA SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO - SVMA

1 - Por quanto tempo o Senhor (a) permaneceu como **Coordenador / Presidente do CADES/ Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT da SVMA**?
Se ainda permanece, está desde quanto?

2 - Qual a sua opinião sobre a participação da Sociedade Civil no processo de licenciamento ambiental. Como isso tem se dado?

3 - Qual a sua opinião sobre a participação da Administração Pública no processo de licenciamento ambiental. Como isso tem se dado?

4 – Para o Senhor (a) a Audiência Pública tem atendido as necessidades trazidas pela população?

☐ Sim; por quê? ☐ Não, por quê? ☐ Atendido parcialmente, por quê?

5 – O Senhor (a) acha que as Audiências Públicas são suficientes como forma de participação da Sociedade no processo de licenciamento Ambiental?

6 - Na sua opinião, por que alguns Conselheiros não participam de Câmaras Técnicas, Audiências Públicas e pouco contribuem nas discussões ocorridas nos Conselhos de Meio Ambiente?

7 – Como um Conselheiro que não participou de uma Câmara Técnica que analisou o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e não compareceu as Audiências Públicas tem condições de votar na Reunião Plenária que aprova ou não do EIA?

8 – Os Conselheiros não acompanham e não são informados sobre o andamento das Licenças Ambientais dos EIAs. Acha importante que os Conselheiros acompanhem a emissão das Licenças Prévia de Instalação e de Operação?

9 - As contribuições oferecidas pelos Conselheiros no processo de licenciamento de EIA são relevantes para a Cidade?

10- Gostaria de fazer outras observações?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Saúde Pública

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: Participação da sociedade civil e da administração pública no processo de licenciamento ambiental no Município de São Paulo - Brasil

Pesquisador Responsável: **Mary Dias Lobas de Castro**

JUSTIFICATIVA: O impacto ambiental no meio urbano necessita de estudos cada vez mais detalhados, uma simples construção pode ocasionar problemas que vão desde ambientais, sociais, econômicos e até de saúde pública. Assim, há que se compatibilizar gestão ambiental com estudos prévios de impacto ambiental. Neste sentido, a Avaliação de Impacto Ambiental – AIA como instrumento de gestão ambiental, preventivo e de planejamento, estabelecido pela Resolução CONAMA 01/1986, tem o papel de contribuir como um instrumento participativo de gestão ambiental e de uso do solo, atuando preventivamente no sentido de mitigar potenciais impactos negativos ao meio ambiente. A participação da sociedade em fóruns deliberativos e formuladores de políticas públicas, como os Conselhos de Meio Ambiente são ferramentas imprescindíveis para o planejamento de uma cidade e, por meio de audiências públicas, principal canal de participação da comunidade no processo de licenciamento ambiental, a comunidade tem a oportunidade de conhecer e opinar sobre os Projetos que serão instalados em nossa Cidade.

Portanto, são objetivos da presente pesquisa:

Objetivo geral:

Investigar como se deu a participação da sociedade civil e da administração pública no processo de avaliação de impacto ambiental do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no Município de São Paulo, no período de 2010 a 2016.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Verificar se a Audiência Pública envolvendo a participação da Sociedade Civil e da Administração Pública tem sido dialógica.
2. Verificar e analisar se a Audiência Pública como instrumento de participação contribui para o processo de avaliação de impacto ambiental.
3. Identificar e analisar a opinião dos Conselheiros no processo de avaliação de impacto ambiental:

- da sociedade civil sobre a participação da administração pública
- da administração pública sobre a participação da sociedade civil

PROCEDIMENTOS: Para atingir o objetivo proposto, serão utilizadas metodologia de análise de dados secundários, disponíveis em sites oficiais, análise documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas para os Conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São Paulo.

- a. A pesquisa não oferece riscos, ou algum desconforto no fornecimento de informações. Contudo, salienta-se que a qualquer momento o senhor (a) poderá se recusar a participar da pesquisa ou retirar o seu consentimento de uso das informações coletadas sem que ocorra qualquer tipo de prejuízo a sua pessoa, familiares ou quaisquer pessoas próximas. Todas as informações coletadas serão sigilosas.
- b. O envolvimento dos participantes no processo de pesquisa contribuirá oferecendo benefícios como o acesso aos produtos do projeto, tais como informações relevantes ao tema da pesquisa, além de proporcionarem ganhos de qualidade e confiabilidade na informação para disponibilização dos resultados da pesquisa para uso da sociedade.
- c. Durante todo o período de estudo o senhor (a) será acompanhado (a) pela pesquisadora responsável, Mary Dias Lobas de Castro, e pelo seu orientador – Prof. Dr. Arlindo Philippi Jr. – que ficarão à sua disposição para esclarecimentos que o senhor (a) necessite, envolvendo detalhamento do que está sendo estudado e da metodologia adotada.
- d. Quanto aos aspectos legais, este consentimento foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos. Atende a Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde – Brasília / DF, e suas complementares.
- e. Quanto a confiabilidade o senhor (a) terá direito à privacidade. Sua identidade (nome e sobrenome) não será divulgada. Porém, o senhor (a) assinará o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser utilizados nesta pesquisa e apresentados em congressos e publicações. O senhor (a) receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ATENÇÃO: a participação nesta pesquisa é voluntária e não será oferecido qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. Procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no telefone 11 3061-7779 ou Av. Dr. Arnaldo, 715 –

Cerqueira César, São Paulo - SP, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Para informações, esclarecimentos e quaisquer outras demandas entrem em contato diretamente com a responsável pela pesquisa Mary Dias Lobas de Castro pelo e-mail marylobas@usp.br ou com o Prof. Dr. Arlindo Philippi Jr. no e-mail aphij@usp.br.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar deste projeto de pesquisa.

São Paulo, ____ de ____ de ____ .

Nome: _____

Assinatura: _____

Eu, Mary Dias Lobas de Castro, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

_____ Data: ____/____/____.

CURRÍCULOS LATTES

Arlindo Philippi Junior

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5256254337538114>

Última atualização do currículo em 07/03/2018

Arlindo Philippi Junior tem Doutorado em Saúde Pública (USP), Pós-Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais (MIT/EUA) e Livre Docência em Política e Gestão Ambiental (USP). É Professor Titular da Universidade de São Paulo. Na USP foi presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública, Prefeito da Prefeitura do Campus da Capital (PUSP-C), Pró-Reitor e Pró-Reitor adjunto de Pós-Graduação. É Chefe do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública, e membro do Conselho Deliberativo do INCLINE-Interdisciplinarity Investigation Center on Climate Change da USP. Está em ano sabático no Instituto de Estudos Avançados da USP, com o Projeto Experimentações Urbanas na perspectiva de novas ideias e soluções sustentáveis para cidades. Na CAPES, foi Membro do Conselho Superior, Coordenador das Áreas Interdisciplinar e de Ciências Ambientais, membro titular do Conselho Técnico Científico de Ensino Superior e Diretor de Avaliação. Foi membro titular do Conselho Diretor do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas do MCT. Exerceu funções de direção no IBAMA, na CETESB e na Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Coordenou a área de Ciências Ambientais do PADCT/MCT. Publicou 72 artigos científicos em periódicos qualificados, 120 capítulos de livros e 49 livros publicados e/ou organizados. Possui 172 itens de produção técnica. Participou, na qualidade de convidado, de cerca de 500 eventos científicos e tecnológicos no Brasil e no exterior. Orientou 20 dissertações de mestrado, 17 teses de doutorado e supervisionou 9 pós-doutorados. Atualmente orienta 2 mestrandos 4 doutorados. Foi finalista do Prêmio Jabuti em 6 edições, tendo recebido o 2º lugar na categoria Educação, com a obra "Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação" em 2011; o 3º lugar na categoria Ciências Naturais, com a obra "Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário", em 2014; o 1º lugar na categoria Educação e Pedagogia com a obra "Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa, em 2016. Os termos mais frequentes na produção científica e tecnológica são: Política, Planejamento e Gestão Ambiental, Planejamento Urbano e Regional, Saneamento e Saúde Ambiental e Indicadores de Sustentabilidade. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Arlindo Philippi Junior
Nome em citações bibliográficas	PHILIPPI JR, Arlindo; PHILIPPI JR., ARLINDO; PHILIPPI JUNIOR, ARLINDO; PHILIPPI JR, A; PHILIPPI, ARLINDO

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Prefeitura da USP. Av. Professor Almeida Prado, 1280 - Gabinete Butantã 05508070 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (011) 30914600 URL da Homepage: www.puspc.usp.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

1982 - 1988	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Controle de Poluição Ambiental: Implantação de Sistema de Financiamento, Ano de obtenção: 1988. Orientador: Walter Engracia de Oliveira. Grande área: Engenharias
1973 - 1979	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Sistema de Resíduos Sólidos: Coleta e Transporte no Meio Urbano, Ano de Obtenção: 1979. Orientador: Walter Engracia de Oliveira.

Maria Cecilia Focesi Pelicioni

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1006683875453587>
Última atualização do currículo em 17/12/2015

Maria Cecilia Focesi Pelicioni concluiu o mestrado em 1989 e o doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, em 1995. É Professor Associado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, desde 2000. Publicou 52 artigos em periódicos especializados, 41 trabalhos completos e 99 resumos em anais de eventos. Possui 61 capítulos de livros e 6 livros publicados. Tem 169 itens de produção técnica. Participou de 33 eventos no exterior e 226 no Brasil. Organizou 29 eventos. Orientou 23 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado e 1 pós-doutorado e 185 especializações em educação em saúde e educação ambiental. Atualmente orienta 1 doutorado. Recebeu 14 prêmios e/ou homenagens. Entre 1984 e 2014 participou de 54 projetos de pesquisa, sendo que coordenou 15 destes. Participa de 1 projeto de pesquisa. Atua na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Educação em Saúde e Educação Ambiental, temas de especialização realizada na Faculdade de Saúde Pública da USP. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e cultural, são: Promoção da Saúde, Educação em Saúde, Educação Ambiental, Meio Ambiente, Qualidade de vida, Saúde Pública, Escola Promotora da Saúde, Formação de Recursos Humanos, Saúde Escolar, Saneamento Básico e Participação Popular. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Maria Cecilia Focesi Pelicioni
Nome em citações bibliográficas	PELICIONI, M C F; PELICIONI, MARIA CECÍLIA FOCESI

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública. AV DR ARNALDO 715 - Térreo CERQUEIRA CESAR 01246904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617796 Ramal: 7761 Fax: (11) 30833501 URL da Homepage: http://www.fsp.usp.br/hsp
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1991 - 1995	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Qualidade de Vida das Mulheres Trabalhadoras das Creches Conveniadas do Bairro Bela Vista do Município de São Paulo, Ano de obtenção: 1995. Orientador: Nelly Martins Ferreira Candelas. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: Creches; Mulheres Trabalhadoras; Educação em Saúde; Qualidade de vida; Promoção da saúde; Saúde do Trabalhador. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública. Grande Área: Ciências Humanas / Área: Educação. Setores de atividade: Educação; Saúde Humana.
1983 - 1989	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Serviços de Saúde: Utilização e Opinião dos Usuários, Ano de Obtenção: 1989. Orientador: Márcia Faria Westphal. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: Educação em Saúde; Serviço de Saúde; Opinião dos Usuários; Avaliação de Serviços; satisfação dos usuários. Grande área: Ciências Humanas

Mary Dias Lobas de Castro

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3103872941021416>

Última atualização do currículo em 27/02/2018

Doutoranda do Programa de Saúde Ambiental, Modos de Vida e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Especialização em Educação Ambiental. Professora da Universidade Mogi das Cruzes - Campus Villa Lobos. Consultora Ambiental. Linhas de pesquisa de interesse: educação ambiental, gestão ambiental, participação, conselhos de meio ambiente, fortalecimento institucional, capacitação, organização não governamental, projetos, estudos de impacto ambiental. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Mary Dias Lobas de Castro
Nome em citações bibliográficas	CASTRO, M. D. L.

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de Mogi das Cruzes, Ciências Biológicas. Avenida Imperatriz Leopoldina - 550 Vila Leopoldina 05305000 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 36485050
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2015	Doutorado em andamento em Saúde ambiental, modos de vida e sustentabilidade. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP, FSP/USP, Brasil. Título: Processos participativos para sustentabilidade de Campus Universitário, Orientador: ☺ Arlindo Philippi Junior.
2001 - 2003	Mestrado em Educação Arte e História da Cultura -Meio Ambiente. Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, Brasil. Título: Educação Ambiental, Capacitação e Participação na Formulação de Políticas Públicas Ambientais: O Caso do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo, Ano de Obtenção: 2003. Orientador: ☺ Petra Sanchez Sanchez. Palavras-chave: Meio Ambiente; Participação Social; Educação Ambiental; Conselhos de Meio Ambiente; Políticas Públicas; Interdisciplinaridade. Grande área: Ciências Humanas Grande Área: Ciências Humanas / Área: Educação / Subárea: Educação Ambiental. Setores de atividade: Planejamento e Gestão das Cidades, Inclusive Política e Planejamento Habitacional.
1994 - 1995	Especialização em Educação Ambiental. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
1983 - 1988	Graduação em Ciências Biológicas. UNIVERSIDADE IBIRAPUERA.

Formação Complementar

2016 - 2016	Oficina de Autoria em Educação a Distância. (Carga horária: 34h). Universidade de Mogi das Cruzes, UMC, Brasil.
2013 - 2013	Informação técnico científica: fontes e bases de d. (Carga horária: 4h). Universidade de Mogi das Cruzes, UMC, Brasil.
2013 - 2013	Abordagens Participativas para questões de saúde a. (Carga horária: 45h). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP, FSP/USP, Brasil.